

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA LUIZA TUCHE PERCIANO BELO

Por dentre os 'Becos da Memória' do Rio de Janeiro: uma estória da remoção da favela da  
Praia do Pinto

SÃO PAULO  
2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIA LUIZA TUCHE PERCIANO BELO

**Por dentre os 'Becos da Memória' do Rio de Janeiro: uma estória da remoção da favela da  
Praia do Pinto**

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
de São Paulo para obtenção do título de  
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Planejamento  
Urbano e Regional

Orientador: Nabil Georges Bonduki

Co-orientadora: Júlia Ávila Franzoni

SÃO PAULO  
2022

*à todas as mulheres que se amontoam em mim*

## Agradecimentos

Início agradecendo tudo de etéreo que auxiliou esse trabalho a ser materializado. Como canta Alessandra Leão em *Folia de Santo*: saúdo o céu, saúdo a estrela do mar, saúdo a noite que vem, saúdo a Terra e todos os pontos de céu, saúdo as aves e todos os bichos do chão, saúdo todos os peixes e quem mora no mar. Saúdo quem vai chegar. Saúdo quem vai partir. Saúdo quem está aqui.

E quem está aqui, é muito para mim. Como direi nas próximas páginas, a escrita-dissertação foi mergulho em águas turbulentas, de depressão profunda, e é preciso agradecer a tudo e todos, coletes salva-vidas, que me auxiliaram a permanecer boiando e respirando. Além da fé, e dos santos que me acompanham, os ancestrais que já passaram e sussurraram o que eu precisei para continuar – mesmo que cansadamente – seguindo, agradeço à minha (des)estrutura. Meus pais, queridos e amados, cada um com os seus questionamentos acerca da minha trajetória acadêmica, me ensinaram mais sobre minhas escolhas do que jamais esperei ser possível. Não é evidente a escolha pela teoria, e é difícil, e frustrante, em almoços de domingo, explicar o que eu passei os últimos três anos da minha vida vivendo e estudando. Ainda sim, agradeço o acolhimento que chegou por outras vias – menos diretas – mas nem por isso menos amorosas. Mama, não imaginei que fosse precisar de tanto colo, e você foi tudo. Afinal, três anos de escrita também foram três anos de vida – e dois de pandemia – em que me vi voltar a ser criança. Em muitos momentos, foi mais fácil me esconder, estagnar, abandonar, ceder a algo muito maior que parecia tomar conta da minha sanidade. Algo que eu sei que você sabe o que é, em sua intimidade, e talvez por isso você tenha tido a sabedoria de me impedir de permanecer em águas semelhantes. Papi, parece que desde um certo momento na minha vida eu vivia para te desafiar, para traçar caminho-trajetória oposta à que você escolheu, fosse por desejo ou necessidade. A maturidade vem trazendo o reconhecimento de que não adianta rejeitar as partes suas que também são minhas, pois todas me compõem. Em especial, a persistência e a teimosia, que foram motoras para me levar a cantos inimagináveis nessa vida. É a minha admiração pela sua determinação que me guia em momentos de dúvida. Talvez vocês não entendam a forma como escolhi organizar as minhas palavras, mas a insistência de vocês em permanecer ao meu lado, eu levarei sempre comigo. À minha alma-irmão: acredita que a sua promessa deu certo? Eu consegui! Deve estar na hora de voltarmos à Aparecida e agradecer a conclusão desse ciclo. Meu coração, você me inspira, você me alegra, você me mostra que a leveza é possível. Você traz toda a esperança de que eu preciso e como disse Cortázar: *a esperança é a própria vida se defendendo*. Minha querida Tia Vera, mãe de alma, e de outras vidas, sua fé em mim me soa absurda, mas me incita a dar tudo de mim, vez e vez de novo. Com você eu aprendo a sonhar grande, a ser grande, a não ter medo da minha grandeza. No meu coração, há sempre um dia das tias no qual eu te honro, e agradeço infinitamente ao universo pela felicidade de caminhar ao seu lado. À Tim-Tim, capitã do time daqueles que torcem por mim desde o céu, eu te amo todos os dias da minha existência. Isso tudo também é por você, e por todas as mulheres da nossa linhagem que não tiveram o espaço para realizarem suas próprias escolhas. Sinto e sei que você ajudou a me criar para ser livre, e tento, todos os dias, honrar esse ensinamento. Ao Fê: obrigada por refletir o amor que há em mim e me ensinar, a todo momento, as nuances desse sentimento imenso. Me sinto uma grande aluna da nossa relação, e do que significa – em essência – companheirismo, sinceridade e acolhimento. E o equilíbrio entre tudo isso. Às

minhas amigas-irmãs: Tata, Paula, Flynn, Mari, Chica: a nossa amizade me eleva. O meu privilégio sempre foi ter um grupo que não foge de aprofundamentos e que me ajudou, em toques e palavras, a sustentar o mundo emocional que me acompanha. À Bia e Cá, companheiras de casa nessa última etapa, agradeço a bruxaria, a cura, e ao corpo, selvagem.

Aos meus orientadores, o mundo! Júlia deve ter sido enviada do sutil para me auxiliar, só pode. Lembro daquele dia no café Secreto, em Laranjeiras, em que eu tentava te explicar a bagunça teórica que me assombrava. Lembro de te escutar falar sobre suas venturas acadêmicas e pensar: wow. E ainda: como faço para ser orientada por ela. Quando, para minha surpresa, você sugeriu que poderíamos trabalhar juntas. Te agradeço, com todo meu coração, pela sua paciência e maestria. Pela sua empatia e honestidade. Eu achava que não podia mostrar que era humana nesse mundo acadêmico, e aprendi a me permitir observando a forma como você lida com a sua humanidade. Você é inspiração pura e qualquer pessoa que tenha a oportunidade de trocar com você, carregará essa sorte consigo. Ao Nabil, querido, começo a te agradecer pelo final. Por ter, de forma gentil e cuidadosa, me feito crer que eu conseguiria terminar esse trabalho em tempo. Tento olhar para os encontros da vida como oportunidades de crescimento e aprendizado, e o nosso encontro me ensinou para muito além de suas qualidades acadêmicas. Trabalhar com um orientador homem em uma escrita-feminista, foi permitir emergir toda a minha dificuldade de lidar com esse gênero: as questões de autoridade, os limites, a comunicação truncada. Mas você se mostrou sempre aberto às minhas loucuras, à minha megalomania (tentando trazer meus pés pro chão), à empolgação que me acompanhava no início. Agradeço por você ter dito sim para essa pesquisa, e todas as portas que a nossa parceria abriu. Agradeço, também, pela paciência. Imensa. E por você ter me mostrado, mesmo sem saber, que isso tudo aqui não precisa ser um bicho de sete cabeças.

À FAPESP, agradeço a oportunidade de financiamento dessa pesquisa. Em um país onde o conhecimento científico é cada vez mais subvalorizado, quiçá, a pesquisa feminista, agradeço terem julgado essa pesquisa importante o suficiente para receber apoio público. Espero que ela possa ser revertida, mesmo que de maneira mínima, a algum bem comum.

## Resumo

Este trabalho se debruça sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, em especial sobre os acontecimentos dos anos 1960, com o objetivo de debater o fenômeno das remoções a partir de uma perspectiva descolonial e de gênero. Conta-se com um *corpus* heterogêneo, na prática de tecer uma narrativa cujo principal exercício é elucidar tensões que, embora historicamente constituídas, permanecem operantes até os dias de hoje. Entende-se que as remoções constituem uma pegada histórica na organização e reestruturação das cidades brasileiras. Sugere-se que tal prática, que se repete e atualiza em uma miríade de cidades do globo, vem atuando como instrumento de um urbanismo colonizado e, ao mesmo tempo, colonizante do espaço urbano brasileiro. A partir do arcabouço conceitual do feminismo *descolonial* a pesquisa analisa como concepções hegemônicas de *saber, poder* e *ser* se articularam e materializaram i) na constituição do saber urbanístico brasileiro; ii) na organização formal do território carioca; iii) nas formas possíveis de se reproduzir a história da cidade. Intenta-se manufaturar uma dissertação cuja *forma* seja compreendida como parte imprescindível do *conteúdo*, entendendo que enquanto a forma teria o poder de reproduzir hierarquias opressoras e excludentes, esta também poderia representar possibilidades de aberturas, ou até mesmo rupturas na produção de conhecimento acadêmico. Adota-se a ficção como método, aposta que vem sendo muito explorada por feministas descoloniais, a fim de criar uma narrativa sobre as remoções no Rio de Janeiro que abarque a interdisciplinaridade, a multiescalaridade e múltiplas formas de periodização da vida-memória.

Palavras-chave: planejamento descolonial, feminismo, especulação fabulativa, remoções, Rio de Janeiro.

## Abstract

This work focuses on the history of the city of Rio de Janeiro, especially in the events of the 1960s, with the objective of debating the phenomenon of forced evictions from a decolonial and gender-oriented perspective. There is a heterogeneous corpus, in the practice of weaving a narrative whose main exercise is to elucidate tensions that, although historically constituted, remain operative to this day. It is understood that forced evictions constitute a historical footprint in the organization and reconstruction of Brazilian cities. It is suggested that this practice, which is repeated and updated in a myriad of cities around the globe, has been acting as an instrument of colonized urbanism and, at the same time, colonizing the Brazilian urban space. From the conceptual framework of decolonial feminism, the research analyzes how hegemonic conceptions of knowledge, power and being were articulated and materialized i) in the constitution of Brazilian urban knowledge; ii) in the formal organization of the Carioca territory; iii) in the possible ways of reproducing the history of the city. It is intended to manufacture a work where its form is understood as an essential part of its content, understanding that while form could have the power to reproduce oppressive and excluding hierarchies, it could also represent possibilities of openings, or even ruptures in the production of academic knowledge. Fiction is adopted as a method, a bet that has been much explored by decolonial feminists, in order to create a narrative about forced evictions in Rio de Janeiro that encompasses interdisciplinarity, multiscalarity and multiple forms of periodization of life-memory.

Key-words: decolonial planning, feminism, speculative fabulation, forced evictions, Rio de Janeiro.

# Sumário

<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>8</b>
<b>PREFÁCIO   PARA DISPUTAR O SENTIDO DO MUNDO</b> .....	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO   O TEMPO ENTRE COSTURAS</b> .....	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1   COMO SE ESTIVÉSSEMOS EM PALIMPSESTOS</b> .....	<b>25</b>
RUMINAÇÕES (UM): “HERIDA ABIERTA” .....	28
LOCALIZAR SABERES .....	34
O FIO DA MEADA.....	41
O CONTEÚDO DA FORMA .....	44
PASSOS RUMO A UMA FICÇÃO ESPECULATIVA .....	47
CONCEIÇÃO EVARISTO E DISPOSITIVOS CIBORGUEANOS DE VISUALIZAÇÃO .....	50
<b>CAPÍTULO II   “É MODERNIDADE, É MORALISMO...É TANTA COISA JUNTA”</b> .....	<b>54</b>
UM INÍCIO .....	54
UM QUILOMBO.....	56
RUMINAÇÕES (DOIS): CONTINUUM .....	63
TIO TOTÓ.....	66
TRANSIÇÃO//UM TERCEIRO INÍCIO:.....	67
ARMADILHAS FRONTEIRIÇAS.....	69
DA ORDEM E DO PROGRESSO:.....	72
UMA NOTA SOBRE ‘O PROBLEMA’:.....	75
HABITANTE E HABITAÇÃO: UMA (CON)FUSÃO PROBLEMÁTICA.....	78
CASA HIGIENIZADA PARA UMA POPULAÇÃO HIGIENIZADA .....	84
UMA PALAVRA SOBRE AS VILAS OPERÁRIAS: .....	86
DO PÚBLICO AO PRIVADO: UMA ‘POÉTICA DA RACIONALIZAÇÃO’ .....	89
‘A SOLUÇÃO FAVELA’ EM: A EXPERIÊNCIA TOTALIZANTE DOS PARQUES PROLETÁRIOS: .....	93
<b>CAPÍTULO III   UMA POLÍTICA DE (DES)HABITAÇÃO POPULAR</b> .....	<b>98</b>
A BATALHA DO RIO.....	100
FABULAÇÕES NORMATIVAS .....	104
RUMINAÇÕES (TRÊS): OS BICHOS PESADÕES .....	107
A FUNDAÇÃO LEÃO XIII .....	109
A CRUZADA SÃO SEBASTIÃO OU “SOLUÇÃO RACIONAL, HUMANA E CRISTÃ AO PROBLEMA DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO”: .....	114
QUANDO O ‘CULTO A DOMESTICIDADE’ E A ‘CIÊNCIA-ENQUANTO-TRUQUE-DE-DEUS’ SE ENCONTRAM .....	121
OS ANOS 1960 E A ERA DO REMOCIONISMO .....	123
A REMOÇÃO.....	130
<b>UM FIM OU “ATÉ AQUI E AGORA”</b> .....	<b>152</b>



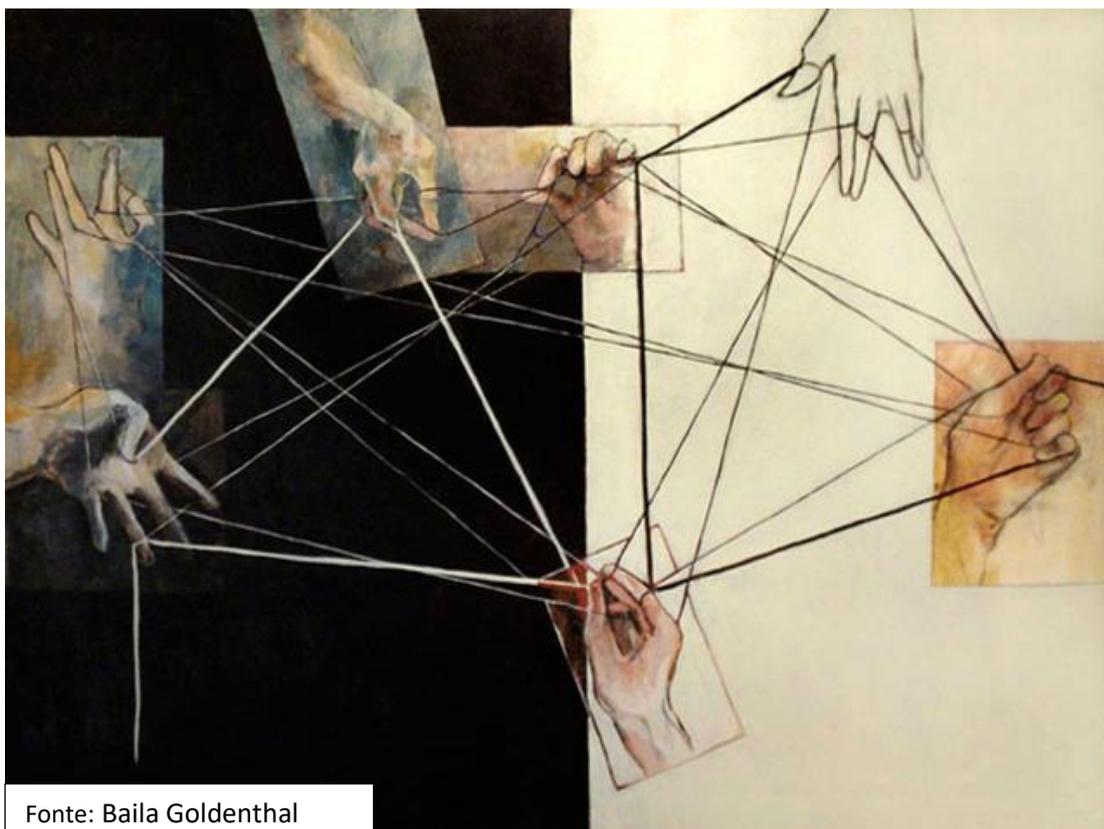
## Prefácio | Para disputar o sentido do mundo

*“Porque sou compelida à escrever? Porque escrever me salva da complacência que eu tanto temo. Porque eu não tenho escolha....Porque o mundo que eu crio quando eu escrevo compensa pelo o que o mundo real não me dá. Escrevendo, eu coloco o mundo em ordem, dou a ele um punho, para que eu possa me agarrar à algo...Eu escrevo para documentar o que os outros apagam quando eu falo, para reescrever as histórias que os outros escreveram errado sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo e com você. Pra descobrir a mim mesma...Por fim, eu escrevo porque eu tenho medo de escrever, mas tenho mais medo de não escrever.”*

*Gloria Anzaldúa, Carta para mulheres do Terceiro Mundo*

*“A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência.”*

*Carta de Pero Vaz de Caminha à Coroa Portuguesa*



Fonte: Baila Goldenthal

Como contar uma estória?<sup>1</sup> Por onde começar se o intuito é a não-exclusão? Será isso possível? Que vias percorrer se os caminhos parecem já terem sido todos desbravados *a priori*? Se o mundo aparenta já ter sido inteiro decodificado, explorado, modificado. Como dar espaço à criatividade disruptiva se nossos imaginários e cotidianos são necessariamente mediados pelos signos, linguagem e tecnologia do Projeto Moderno-Civilizatório-Humanista-Occidental do Mundo. A sensação, não raramente, é de asfixia. Não sei como andam os pulmões de vocês... Minha máscara de oxigênio se tornou a teoria. Através dela foi possível dar sentido à dor e ao mundo que me cercava. Mas é sempre um exercício que titubeia entre o alívio e a angústia. O quanto mais busco conhecer, em uma sede constante de desbravamentos e aventuras teórico-poéticas, mais percebo que o que retenho são fragmentos. O tempo parece ter sido picado em pequeninos pedaços, organizado de forma arbitrária, e paulatina e consistentemente regurgitado até compor a História. E apesar do processo de aprendizado ser tudo menos linear, insistem em argumentar que existe uma ordem. A ordem do Projeto começou a me ser ensinada em aulas precoces nas quais aprendia primeiro sobre os grandes impérios e a mitologia greco-romana, as intermináveis guerras no continente Europeu que tem nomes parecidos, motivos

---

<sup>1</sup> Este prefácio foi escrito através da influência de certos atores em meu percurso e busca acadêmica. Em especial, minha grande inspiração vem sendo a teórica-feminista Donna Haraway. Com ela aprendi à usar minha imaginação como ferramenta de disputa política. Muitas das ideias apresentadas nesse desabafo estão presente nos trabalhos dela, que também serão citados ao longo da dissertação.

repetitivos e duravam 100 anos, ou seja, o vasto repertório sobre tudo que englobava os tempos 'pré'-coloniais nos quais ainda não sangravam as veias da América. Quando exaurimos a Europa, descobrimos o Brasil. Este também foi repartido. A cronologia nacional: temporalidades e períodos históricos referenciados a partir da presença dos agentes colonizadores. Antes disso, o que se sabe ou é disputado em exposições museológicas, escavações arqueológicas, mapas e cartas feitos por quem narrou em português a terra à vista; ou pega fogo. Quando tento descrever o que penso sobre a colonização de algo tão etéreo quanto o *tempo*, esbarro na minha língua que também é cativa. Acredito que longe de linear, o processo de aprendizado talvez seja a fabulação de um rastreamento utópico, sem fim, com o desvelamento de camadas, possivelmente também infinitas, compondo um mosaico disforme e sempre inacabado. Eu pego pedacinhos aqui e acolá e tento dar algum sentido àquilo, mesmo sem ver a imagem completa (será que ela existiu ou é um mito?!). Mas....como habitar a contradição moderna de que o ato de conhecer implica algum tipo de poder ao sujeito que conhece, posicionando objeto e sujeito do conhecimento em um duelo hierárquico? E se o objeto não for inerte, o que acontece? Em parte, não foi o esforço de tudo compreender e capturar que levou os homens Europeus aos mares povoados de monstros? E se as coisas não quisessem ser sabidas? Sempre me pego pensando nisso. Deve ter algo de revolucionário na não-resposta. O Projeto vai provavelmente dizer que isto é contra a natureza humana. Mas que natureza é essa? A partir de quais histórias se contou essa história? A partir de quais fatos se construiu esse fato? Eu me coloco ao lado daqueles que enxergam o passado como uma zona contestável. Sim, ele nos conforma, impregna nossos sentidos, mas não é estático e se transforma a partir do presente. São apostas re-imaginativas, que não tentam recriar a origem do mundo, mas contorcê-la. São apostas afetuosas, isto é, repletas de afetos, mesmo que contraditórios. Quem determinou que a teoria é vazia de paixões? Ó Leviatã, permita-nos existir em nossa humanidade crua e talvez nos surpreendamos uns com os outros. Eu cheguei à Academia farejando a teoria feminista crítica, e me quedo aqui, em grande parte, devido às contestações e reinvenções propostas por certas feministas. Elas me ensinam a transgredir e questionar as normas e as formas, tanto que regem e constroem o mundo, mas que também se cristalizam na produção acadêmica. Eu vi que não só era possível, mas necessário, falar em primeira pessoa- não como quem carrega em si todo o conhecimento, mas como quem se implica no saber que (re)produz. Compreendi que a teoria pode sim ser usada como uma ferramenta de libertação e, pasme (!), um instrumento de cura. Aprendi que eu podia usar a palavra cura fora dos meus confessionários habituais. E que a experiência vivida, a contação de histórias e narrativas pessoais são valiosos artefatos epistemológicos, além de comporem um belo exercício de escuta. São bálsamos para as feridas do corpoalmente. Afinal, se permitir ser permeada pelo outro é uma prática que requer vulnerabilidade e humildade, sem dúvidas, uma metodologia para construção de mundos melhores.

Perdoem-me os cânones, mas elas são minhas heroínas. É isso que a teoria faz né? Disputar o sentido do mundo? Paremos aqui por um instante. O que é necessário para disputar o sentido do mundo? Não digo tudo o que é necessário, mas um primeiro algo. Eu aposto, a partir de Haraway, na localização de saberes. Para que esta disputa não seja algo flutuante, e com pretensões todoabrangentes, mas sim, localizada. Portanto, talvez precise me repetir. Cheguei à Academia farejando a teoria feminista crítica enquanto mulher branca dotada de múltiplos privilégios, e me quedo aqui, apesar de e junto à múltiplas camadas de culpa, contradições e todas as vergonhas que a práxis acadêmica insiste em me fazer sentir. Sim, companheira acadêmica que me lê, acabou que fiz transbordar tudo isso ao longo da escrita deste trabalho. Não soube fazer de outro modo. Talvez meu incômodo te gere incômodo, mas vou considerar isso como algo produtivo. Escreverei e detalharei no primeiro capítulo mais sobre esses casos, mas já adianto alguns pontos. Ao longo das muitas conversas que tive com acadêmicos que respeito, um me disse, no que eu lhe contava sobre a situação da pesquisa ser esta de uma *'herida abierta'*, que esta ferida não deveria estar tão aberta assim, por eu estar conseguindo concatenar ideias e seguir em frente com a escrita. Como muito o faço com este Acadêmico, após matutar sobre sua provocação, decidi discordar. Escrever esta dissertação foi um dos processos mais doídos pelos quais já passei. Não busco ser exagerada, apenas sincera. Entendi, talvez a partir do meu próprio julgamento deste comentário, que a visão que o Acadêmico estaria reproduzindo fosse esta da linearidade. Para ele, a escrita só poderia estar se desenvolvendo 'após' um momento de introspeção e reflexão interior mais profunda. Mas e a coetaneidade da vida? E a possibilidade de escrever em comunhão com as dores e a vida emocional caótica que acompanha um ser? Depois de muito ver minhas (nossas) emoções sendo negadas pela instituição que sedeia esta pesquisa, irei insistir e levar ao limite a necessidade de que elas sejam enxergadas e levadas em consideração enquanto parte constitutiva da produção de conhecimento científico. Podemos até ser ciborgues, mas somos ciborgues subjetivos e contraditórios. Não sei você, mas sei que se eu consegui escrever alguma coisa, foi encontrando espaço no interior da *herida* e alargando-a. Criando mais incômodo, em um escrever *qasi* autodestrutivo. Venho refletindo enormemente sobre processos de criação, destruição, vida-morte-vida: estaria aqui a coetaneidade e a não-exclusão? Seria a escrita um longo processo de se 'desfazer-de-si'? Testando a própria (des)estrutura para ver o que resta de pé? Talvez tenha me restado muito pouco ao qual possa me agarrar hoje em dia. Entendi, que para escrever o próximo capítulo, precisava me despedir do último - como possibilidade de continuação. Como possibilidade mesma de conseguir começar a escrever novamente. Loucos e insanos somos nós, que nos propomos a manter uma linha de raciocínio por infinitas páginas - eu me via assim: me prendendo ao que restava da minha lucidez para extrair da loucura algum sentido. Voltamos ao pontapé inicial desta pesquisa-trabalho-dissertação: é possível disputar sentido? A inesgotável sede

do Projeto em organizar racional-produtivamente a vida em todas as suas esferas e dimensões parecer picotado as realidades sociais em binarismos hierárquicos. Talvez perguntar *como* seja menos inocente de insistir no porquê. Eu sou eu porque não sou o outro. Ele é civilizado porque não é uma bárbara de cor. E *ubuntu* permanece folclórico? Ps: é difícil nomear o Projeto. A tentação de ir adicionando palavras após hifens após palavras é grande demais. Hoje virou quase que moda usar Ocidental, Civilizatório, Humanista, Moderno como termos pejorativos. Esse não é meu intuito. Claro, chamá-lo de O Projeto XYZ é uma escolha político-epistêmica. Além de um trocadilho. (Eu volto para isso depois). É um exercício de dar nome à processos históricos, à eixos de diferenciação sócio-político-culturais. Não existe um idealizador específico desse Projeto, se tivesse imagino o nome dele sendo algo nas linhas de D.Sr.Dr.Exm.Prof.Deus Thomas de Mileto I. Às vezes é importante o exercício de corporificar/nomear/marcar esses processos intangíveis, como brincadeira lúdica de nos opormos aos truques de Deus que conformam a realidade moderna. Nas minhas aventuras acadêmicas, admito que já quis chegar no ponto de origem do Projeto. Onde será que estava? Na Grécia Antiga? Todo mundo volta para lá, então devia ser por ali. Um marco zero da origem das dualidades, dos binarismos, das hierarquias, do Universal, do Racional. Vejo o Thomas de Mileto I: em uma mão, segurando a bandeira fundacional de seu meticuloso Projeto, e a outra, apoiada sobre sua perna, que por sua vez pisava desafiante num toco de pedra que ele tinha passado horas carvando suas infinitas iniciais. Pensando bem, se o Projeto tivesse sido fundado por alguém, nomeá-lo não seria um problema para nós seres-marcados, que de alguma forma carregáramos Seu Nome. Mas é isso que o Projeto faz com a gente né? Essa necessidade inquietante de encontrar a Origem, a Causa, para então subvertê-lo, enfrentá-lo, desmontá-lo. Como escapar das armadilhas da mente colonizada? Como fabular novas narrativas que não reproduzam a necessidade de um mito fundacional? Sigo tentando entender. A realidade social e experiências cotidianas são tão repletas de ironia, que talvez só reste a ironia como caminho a ser trilhado. Os tempos são confusos, mas não vivi outros tempos para saber se não foram sempre assim. Saudosistas dizem que era mais simples, ao menos. Ou seriam estes reducionistas? Aqui e agora, desafio o Projeto ao escolher permanecer com o(s) problema(s). Entrelaçar os braços e seguir a vida *com* ele(s), sem tentar resolvê-lo(s) ou dissolvê-lo(s). Resolver algo partindo dos mesmos pressupostos e ferramentas onto-epistemológicas que criaram a situação para começar não seria um exercício fadado à repercussão de opressões e possivelmente à criação de problemas semelhantes? Ao invés disso, utilizá-los-ei como fios condutores na jornada que inauguro agora. Os problemas, eu digo. Eu escrevo o que eu escrevo devido a uma grande inquietação: como contar uma história? Pois importa quais histórias eu utilizarei para contar essa história. Pois essa história vai ser solta no mundo, e de uma forma ou de outra, ela conta um pedacinho dele. Como filosofa a guru da ficção científica feminista Donna Haraway, o emaranhado de discursos, representações, signos, símbolos,

materialismos que compõe a realidade social nos foi ensinado na Cama de Gato. Fios vão se entrecruzando, formando nós em certas extremidades, sendo passadas adiante em outras, sendo soltos em outras, num eterno vaivém do que foi, é e pode ser. Sinto que preciso falar de mais uma preocupação antes de finalizar. Antes de abrir as cortinas, de acender as luzes do palco e convidar os protagonistas desse enredo. Espero não ser mal compreendida. Acredito que o Projeto se emaranhou de tal forma, que questionar seus fundamentos, historicidade e produções consequenciais- exercício intentado por teóricos em geral progressistas - por vezes sai pela culatra. Digo isso pois o lado mais conservador do espectro político, de forma preocupante, mirabolante e atenta, se apropriou desses questionamentos e presenteou o mundo com a pós-verdade. Entendo como minhas alegações e proposições poderão ser lidas em proximidade com esse paradigma. Me comprometo a ser cuidadosa. Precisei desse momento para suavizar o começo. Para compreender, corporalmente e não só mentalmente, o que significa se engajar com Projetos. Um Projeto de mundo, um Projeto de pesquisa, um departamento de Projeto. Tantos projetos que eu me sinto pequena, incapaz e receosa de abrir diálogo com todos. Eu vs. O Bicho de Sete Cabeças. Mas estou confiante do que carrego na minha bagagem. Não foi Lorca que disse que não existe caminho? Ele se faz ao caminhar. Nos vemos do outro lado.

## Introdução | O tempo entre costuras

Cheguei ao centro da cidade para uma visita ao MAR - Museu de Arte do Rio de Janeiro, o tal prédio que gerou rebuliço uns anos atrás por tentar um teto que imitava onda. Este, ainda, fica próximo de outra construção que também gerou rebuliço, o Museu do Amanhã. Ambos dividem o espaço da Praça Mauá, localizada às margens da Baía de Guanabara, antigo local de entrada das caravelas portuguesas na cidade do Rio de Janeiro, caso que deu nome à cidade, como veremos mais a frente. Toda essa área compunha a zona portuária do antigo Rio, onde os barcos comerciantes se abasteciam para seguir viagem, onde trocavam-se especiarias e mercadorias, que naquela época também levava forma de gente. Antes do aterro que deu origem à Praça, naquela região havia uma pequena praia. Por isso, o primeiro nome da Mauá foi Praça da Prainha e assim permaneceu até 1871, quando a Câmara Municipal a rebatizou como Largo 28 de Setembro, em referência ao dia da assinatura da Lei do Ventre Livre.

Essa região do centro do Rio de Janeiro foi palco central do tráfico da população africana escravizada. Os navios negreiros e mercantis que buscavam desembarcar na capital faziam o desembarque em duas etapas, pois as águas rasas da costa não comportavam o casco fundo dos navios transatlânticos. Assim, em embarcações menores, escoavam aos poucos as mercadorias no Cais do Valongo. O Valongo se manteve em operação até 1840, quando a Monarquia decidiu aterrar a região para receber a Imperatriz D. Tereza Cristina que viria da Itália, levando a região a ser renomeada de Cais da Imperatriz. Já nesta época, a área do Valongo, vizinha à Praça Mauá, era conhecida como Pequena África. Foi em 2011, durante as obras de 'revitalização' do projeto 'Porto Maravilha', que redescobriram a área do antigo Valongo e nomearam-na sítio arqueológico e patrimônio cultural da cidade.

Se exagerássemos, talvez pudéssemos dizer que o centro do Rio é ele todo um sítio arqueológico, no sentido de que hospeda muito do passado nacional e municipal em seu presente. Caminhar pelas ruas do centro é se deparar constantemente com muito do que resiste ao tempo – um convite constante à reflexão histórica. Talvez por esse motivo, o Museu do Amanhã sempre tenha (me) causado tanto estranhamento: que 'ideal' de Amanhã é este que vemos construído sobre a Praça Mauá, tanto simbólica quanto materialmente? Que

ideais são esses que embasaram e justificaram o Projeto do (Museu do) Amanhã fincado no centro histórico do Rio de Janeiro?

Estas perguntas rondam minha cabeça sempre que chego à Mauá e percebo (vejam bem, o que eu julgo ser) esta grande desconexão histórica. Assim, imagine a leitora, que inchaço não teve a minha surpresa quando cheguei ao centro da cidade, em uma manhã de sábado, rumo à exposição “Imagens que não se conformam” no MAR, que propunha “diálogos contemporâneos sobre a história do Brasil”; e me deparo com um outro cartaz, de quilômetros de metragem, anunciado no Museu do Amanhã a exposição: “Futuros Urbanos”. Em um primeiro momento, ignorei a exposição do Amanhã. Atravessei a Mauá a passos largos e comprei minha entrada para o MAR. Buscava insumos para a minha pesquisa.

A curadoria do MAR se propunha a mesclar arte contemporânea e arquivos históricos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB). Propunha-se “uma ênfase em acontecimentos passados que insistem no presente, processos traumáticos e tragédias que se mantêm inconclusos, assim como sonhos que nunca acabam e que alimentam as expectativas sobre o futuro do Brasil”<sup>2</sup>. A partir do conjunto de obras que selecionaram, a exposição buscava recontextualizar fatos históricos, “desafiando as fronteiras entre o antigo e o novo, a tradição e o contemporâneo”. A exposição ‘Futuros Urbanos’, no entanto, parecia estar seguindo uma linha distinta, e mais alinhavada com as mudanças recentes que a zona portuária e a própria Praça Mauá sofreram nos últimos anos. Através do projeto ‘Porto Maravilha’, a região do Porto do Rio sofreu transformações urbanísticas estruturais, que conseqüentemente levaram a ocorrência de grandes remoções na área em questão. Nos anos que antecederam os Jogos Olímpicos de 2016, a área foi modificada, embelezada, recebeu uma roda gigante, um aquário e “abriu espaço” para o desenvolvimento imobiliário de mais prédios futurísticos, que hoje já podem ser vistos compondo a paisagem local.

Veja, fiquei menos fascinada com o conteúdo das exposições em si, do que com o embate temporal que elas pareciam estar travando em plena praça. Em termos simbólicos, a praça Mauá parecia estar sendo organizada em uma certa linearidade, com um polo representando o ‘ontem’, enquanto o outro puxava para o ‘amanhã’. Não pareciam estar dialogando entre si, fazendo aumentar a sensação de desconexão – tanto com o território, tanto com a possibilidade mesma dessa linearidade, pois: não estariam o ontem, o hoje e o

---

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://museudeartedorio.org.br/programacao/imagens-que-nao-se-conformam/>>.

amanhã embaralhados entre si e interdependentes de alguma forma? Talvez, a praça estivesse sugerindo que “a história se forma em duas direções opostas”, como sugere Anne McClintock (2010, p.28) – com o polo do Progresso (Amanhã) vs. o Primitivo (Ontem) –; dificultando o que a exposição do MAR propunha em sua curadoria, isto é, a ideia de um tempo múltiplo.

Entendo que grande parte da disputa deste trabalho se localiza em tentativas de dialogar com o embate acima. Um embate – se me permitirem – colonial. Pois, este trabalho a todo tempo busca propor ferramentas para se pensar além da “suspensão histórica” ocasionada pelo ‘pós-colonialismo’, isto é, a sensação de que os acontecimentos históricos são anteriores ao nosso tempo e por isso não estariam acontecendo – também e ainda – agora. Até mesmo o prefixo ‘pós’, comumente adotado na atualidade, parece fixar o tempo em um ilusionismo de que certos discursos e práticas históricas estariam confinados a um passado ‘pré’-determinado e já teriam esgotado as suas influências (MCCLINTOCK, 2010).

Como a leitora observará, essa pesquisa, em seu marco teórico e objetivos, dialoga bastante com o paradigma da colonialidade. Esse era o intuito desde o início. Desde que migrei do departamento de Relações Internacionais da PUC-Rio, para o departamento de Estudos de Gênero na Paris VIII, para finalmente a faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. O intuito era ir levando o que absorvi de um para o outro, tentando trazer tantos deslocamentos teóricos quanto os que eu fui percorrendo ao longo da minha jornada acadêmica. Em suma, o que se buscava fazer aqui era deslocar, fazer emergir relationalidades entres os ‘campos’ do saber, criar possibilidades de diálogo, a fim de fazer perguntas que dessem conta de uma historicidade complexa e emaranhada.

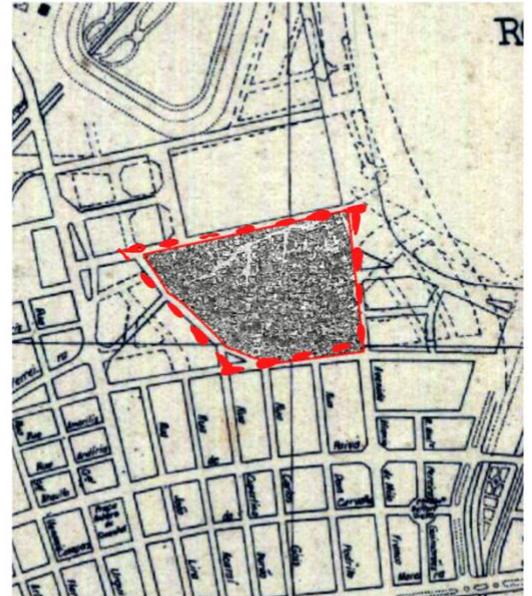
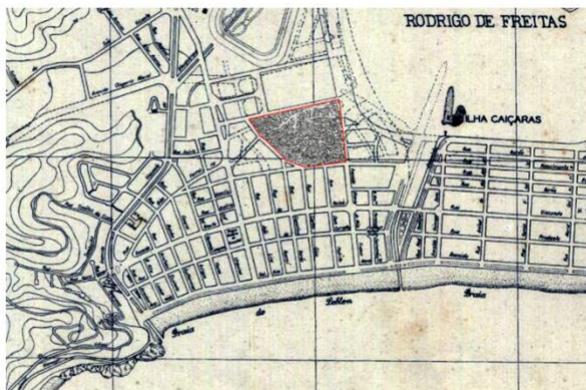
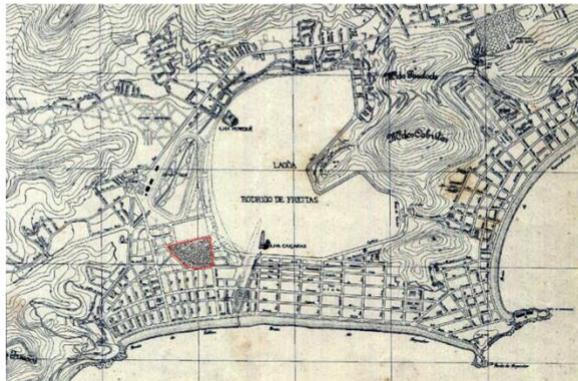
Dentre as múltiplas vias que esta pesquisa percorre, busca-se tocar no nó das remoções. Busca-se aprofundar na possibilidade desta ‘desconexão’ ou ‘suspensão’ histórica materializada hoje pela Praça Mauá. Para tal, a pesquisa dispõe de muitas fontes para poder existir. Tantas que algumas vezes o que se lê pode parecer uma zona. Mas o intuito era que fosse isso mesmo: uma zona, um espaço, de contestação, de questionamentos, de visualização. Assim, busca-se uma espécie de assentamento e costura: assentar a teoria no empírico – apesar de suas defasagens -; assentar a teoria feminista nos estudos urbanos; assentar a ficção na ‘realidade’. Isso tudo será explicado em seu devido tempo – enquanto parte do pacto literário, não posso adiantar todos os elementos da narrativa. Ainda, como a leitora observará, há o constante cruzamento com a literatura. Não tanto com a teoria

literária, mas com algo da estrutura narrativa literária e o que a compõe – personagens, enredo, trama, conflito. Afinal, aqui se conta uma estória.

Através da contação de estórias, busco fazer emergir temas que se repetem ao longo da historicidade das remoções. Em uma espécie de narração-costura, busca-se tecer os múltiplos fios relacionados à estória das remoções no Rio de Janeiro ao longo dos anos 1960. Para tal, vai e volta-se no tempo, fazendo sobrevoos históricos acima de determinados períodos importantes para uma compreensão mais complexa da estória que se conta. Como estudo de caso, nos aprofundaremos na remoção da favela da Praia do Pinto, localizada às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, no bairro do Leblon, na Zona Sul do Rio de Janeiro. A escolha desta favela em especial deu-se por ser um caso emblemático das remoções que ocorreram ao longo da ditadura militar no Rio, ao passo que até hoje pouco se foi estudado sobre esse caso específico. No mais, acredita-se que a Praia do Pinto mobiliza muitos nós fundamentais da estória urbana do Rio de Janeiro e pode atuar como um fragmento importante da estória da cidade.

A costura entrou como parte da metodologia pois, ao mesmo tempo que a pesquisa busca evitar cair em polaridades e reforçar antíteses, esta também tem o objetivo de costurar narrativas hegemônicas, à *outras* narrativas. É também uma tentativa de fazer face aos esquecimentos. Como exemplo, trago a imagem abaixo, forjada enquanto proposta de intervenção visual. Não veremos, mas o mapa original da imagem, referente a um documento do início dos anos 1960, escolheu representar o espaço da favela da Praia do Pinto – que já existia enorme – enquanto um espaço branco vazio. A simbologia é infinita, podendo estar relacionada às palavras apagamento e branquitude. Mas aqui, escolhemos uma representação *outra*. Como a leitora poderá observar, a imagem consiste em um retalho de manchete de jornal, imagens de uma mapa dos anos 1960, e uma foto aérea da Praia do Pinto, que foi ‘costurada’ ao mapa inicial. Nas imagens vemos o Leblon, a Lagoa Rodrigo de Freitas, e a favela da Praia do Pinto. Espaço-palco da nossa estória.

## Uma favela do mapa



uma favela costurada no mapa

Fonte: elaboração própria

Veja Leitora, a metodologia sem nome que adotei para a construção desta pesquisa faz com que o trabalho se inicie com uma explicação. Além do prefácio, o primeiro capítulo atua como uma introdução à grande proposta desta pesquisa: experimentações acerca da ideia de que a forma do trabalho pode, ela mesma, contribuir com e para os fins argumentativos de seu conteúdo. O método, como verão, foi sendo construído ao longo do percurso de escrita. É baseado, e de uma certa maneira continua, proposições feitas tanto pela filósofa Donna Haraway (2011), quanto pelas experimentações de forma-conteúdo propostas por Júlia Franzoni (2018), co-orientadora desta pesquisa. As provocações que trago, as vias que escolhi adentrar, a linguagem que adotei, tudo isso pode ser compreendido como parte de um *continuum* teóricos alimentado e forjado pelas teóricas acima. Uma espécie de corredor teórico, onde as ideais e os fios puxados por elas, me auxiliam a puxar os fios expostos aqui.

Assim, o primeiro capítulo está dividindo em duas partes complementares. Na primeira parte, explico a metodologia e conceitos epistemológicos elegidos para comporem este trabalho – sem um alinhamento de expectativas entre leitora-escritora, o desenvolvimento da pesquisa não seria possível. Apresento porque escolho produzir conhecimento científico de forma a localizar saberes, como propõe Haraway (2011), e discorro sobre o debate epistemológico que embasa a posição dos ‘saberes localizados’, buscando elucidar as mediações transcendentais que podem compor as subjetividades produtoras de conhecimento moderno (ANZALDÚA, 1987). É um capítulo preparatório, onde ajustaremos, juntas, o sentido da visão a fim de melhor visualizar esses “truques de Deus” que possivelmente mediam a produção de conhecimento moderno-iluminista, e inclusive, a produção de conhecimento sobre o urbano. Ainda, elucida-se de que maneira a teoria feminista entra para dialogar com os estudos urbanos no espaço deste trabalho - não enquanto uma adição às chaves interpretativas tradicionais do planejamento urbano, mas entendendo o ‘gênero’, assim como ‘raça’ e ‘classe’, enquanto eixos históricos de diferenciação social produto(res) do ‘espaço’.

No segundo momento do primeiro capítulo, apresento o que se entende enquanto especulação fabulativa no escopo desta pesquisa. Aqui, apresento um dos grandes fios-guia deste trabalho, isto é, a ideia de que a distância entre a ficção e a realidade não passa de uma “ilusão de ótica” (HARAWAY, 2011). Partindo da teoria ciborgueana de Haraway, iremos passar por ditas ‘ficções’ organizadores do planejamento urbano, e seus possíveis efeitos sobre a realidade vivida. A metodologia da SF ou *speculative fabulation* vêm sendo utilizada por teóricas feministas e antirracistas enquanto impulso re-imaginativo (do passado e do presente) que abra possibilidades de futuros para as ditas ‘subjetividades corporificadas’ (HARAWAY, 2011). Essa prática de fazer-mundo composta pela SF, entende o passado enquanto uma zona contestável, e em constante diálogo com o presente e o futuro; buscando abrir espaço inclusivo para outras narrativas, outros corpos e outros significados que possam ter outrora ficado à margem.

Assim, conheceremos a nossa narradora-guia, Maria-Nova, personagem do livro *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo. Entenderemos de que maneira a *escrivivência* de Evaristo parece colocar em prática a especulação fabulativa de Haraway, e pediremos licença para que os fios e pistas propostos por Maria-Nova possam nos guiar ao longo da estória da favela da Praia do Pinto. No espaço desta pesquisa, as estórias ‘fictícias’ relatadas por Maria-

Nova em *Becos*, irão se entrelaçando com as histórias relatadas nos veículos jornalísticos consultados enquanto parte da coleta de dados empíricos. A partir deste entrecruzamento, busca-se i) construir o que vem sendo chamado de uma especulação fabulativa das remoções no Rio de Janeiro ao longo dos anos 1960; assim como, ii) dialogar com o campo histórico e discursivo do remocionismo enquanto produto(r) de espaços e subjetividades urbanas.

No segundo capítulo, iniciamos o nosso sobrevoo. A fim de fugir de “um início” certo, originário, multiplicamos o início em três. Em um trabalho ciborgueano, evita-se compactuar com narrativas teleológicas que necessitam de um ‘mito original’ para existir. Ou como coloca Rachel Cusk em *Esboço*, “como fio solto que faz a peça de roupa inteira desfiar”, é difícil remontar uma “cadeia de acontecimentos até sua original”<sup>3</sup>. Assim, o primeiro início conta um possível começo da Praia do Pinto, tal qual contado por Manuel de Jesus, personagem encontrado no levantamento histórico deste trabalho. Entendemos que o Leblon, então periferia do Rio de Janeiro, não passava de um grande areal nas franjas da cidade, até que começaram algumas construções significativas nas proximidades, como foi a construção do Jockey Club do Rio de Janeiro, na freguesia da Gávea. De forma complementar, o segundo início é uma tentativa de trazer a possibilidade de uma conexão da favela da Praia do Pinto com o Quilombo do Leblon, que chegaram a co-existir temporalmente no mesmo bairro. As relacionalidades entre ambos neste segundo início serve à provocação do que se entende aqui enquanto ‘continuidade descontínua’, isto é, aquilo que atravessa o tempo, mesmo que de maneira modificada e contextualizada. Ainda, proponho um terceiro início, que serve enquanto tentativa de localização histórica da história que tento contar.

Ao longo do capítulo, busco solidificar a argumentação acerca do ponto nevrálgico desta pesquisa, o que entendo como sendo uma (con) fusão histórica entre habitante e habitação. Para tal, o capítulo se mune de historicidade, em uma espécie de revisão de literatura, trazendo teóricas e teóricos que já exploraram essa (con) fusão no âmbito dos estudos urbanos. O sobrevoo histórico consiste em uma breve visualização das tecnologias de controle das fronteiras entre público vs. privado presentes no Rio de Janeiro em fins de século XIX, e vamos tentando argumentar como um olhar vigilante para o espaço público foi invadindo o espaço das casas e da intimidade das relações interpessoais; e como isso se conecta à construção de uma Nação calcada na ‘ordem’ e no ‘progresso’. Introduzo termos

---

<sup>3</sup> Citação retirada do livro *Esboço*, de Rachel Cusk. Pode ser encontrada na página 14.

circulares desta pesquisa, tal qual, ‘poética do contágio’, ‘poética da racionalização’ e culto à domesticidade, todos retirados de McClintock (2010); triangulação a partir da qual tento olhar para a dita (con) fusão problemática entre habitante e habitação.

Mais a frente, o capítulo terceiro se configura como o mais empírico de todos. Em formato de espiral, busco retomar os pontos teóricos trabalhados nos primeiros capítulos, tentando enxergar de que forma eles dialogam ou deixam de dialogar com os principais causos da nossa estória. Assim, desde o final do capítulo dois e ao longo de todo o capítulo três, debateremos o que pode ser entendido como as tentativas de solução do ‘problema-favela’ no Rio de Janeiro. É uma tentativa de traçar os discursos e práticas que embasavam o desfavelamento na época.

Desta maneira, o capítulo três pode ser lido como um mapeamento mais aprofundado dos atores envolvidos na remoção da Praia do Pinto. Assim como busca identificar os atores, em geral, do dito remocionismo dos anos 1960. Após passarmos pelo evento jornalístico da “Batalha do Rio”, desembocamos na remoção-parcial sofrida pela favela do Praia do Pinto nos anos 1950, liderada pelo arcebispo D. Helder Câmara em nome da Igreja. Iremos mais a fundo na estória do conjunto residencial da Cruzada São Sebastião, ou o que foi tido enquanto a “solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro”, e entenderemos o papel fundamental da Fundação Leão XIII nesta estória. Finalmente, o capítulo se encerra com uma narração da remoção da Praia do Pinto, enredando a ela, os relatos de Maria-Nova acerca do desfavelamento da favela onde morava. É o ápice da experimentação deste trabalho.

Ao longo da pesquisa, podemos enxergar cada sub-tópico como pista, parte-integrante de um emaranhado maior. Imagino estes compondo a “cama-de-gato” pessoal e particular dessa pesquisa. São os nódulos a partir dos quais os fios desta estória vão se enredando, se complexificando e se desfazendo. Além disso, como a leitora observará, cada capítulo é atravessado pelo o que chamo de “ruminações”. Estas seções nasceram da não-linearidade, da necessidade de encaixar na forma desta pesquisa conteúdos que ficariam “soltos” demais se não fosse deste jeito. Bom, poderiam existir outras formas, claro. Mas essa foi a que eu escolhi aqui. Sigamos.



## Capítulo 1 | Como se estivéssemos em palimpsestos

*“A história como um antídoto ao dogma”  
- Zadie Smith, Intimações.*

*“Como eu irei dizer agora, esta história será o resultado de uma visão gradual- há dois anos e meio venho aos poucos descobrindo os porquês. É a visão da iminência de. De quê? Quem sabe se mais tarde saberei. Como que estou escrevendo na hora mesma em que sou lido. Só não inicio pelo fim que justificaria o começo- como a morte parece dizer sobre a vida- porque preciso registrar os fatos antecedentes. Escrevo neste instante com algum prévio pudor por vos estar invadindo com tal narrativa tão exterior e explícita...Se há veracidade nela- e é claro que a história é verdadeira embora inventada (...).”*

Clarice Lispector, *A Hora da Estrela*.

Quando eu era pequena, dizia a quem quisesse ouvir que a minha matéria favorita no colégio era História. Dizia, feito criança que escuta algo uma vez e repete sem compreender muito profundamente o significado de suas palavras, que: “gosto de História porque conhecendo o passado podemos entender melhor o presente e assim prever o futuro”. Acredito que fosse essa a ladainha que as professoras repetiam na introdução da matéria a cada ano. Hoje, apesar de discordar da parte de “prever o futuro”, ainda acredito que a busca histórica seja uma de contextualização, uma tentativa de olhar para o que veio antes e enxergar no presente a coetaneidade de temporalidades.

Ao me debruçar sobre arquivos históricos ao longo da pesquisa, me vi, em muitos momentos tendo uma mesma reação, como se ao longo do processo houvesse tido micromomentos de compreensão, aqueles seguidos por uma virada de chave interna que diz “ah, sim, agora entendi.” Mas claro, a compreensão nunca é completa, nem exaustiva. Ou ainda, como diz Clarice, “toda compreensão súbita é finalmente a revelação de uma aguda incompreensão”<sup>4</sup>. É parcial, mas suficiente, acredito, para contar as histórias pertinentes a esta pesquisa.

Estas histórias, compõe feito mosaico o passado, mas também o presente do Rio de Janeiro. São um “resultado gradual”, como diz Lispector. “Há dois anos e meio venho aos

---

<sup>4</sup> Paixão segundo GH, Clarice Lispector, p. 14.

poucos descobrindo os porquês”. Exceto que no meu caso, estou há alguns anos correndo atrás dos motivos, embora não tenha todos. Talvez nunca tenha – e aprenderei a conviver com a incompletude. Um destes, o mais basilar, já foi tema de discussão imaginária com professores em minha cabeça: por que eu escrevo sobre o que eu escrevo?<sup>5</sup>. Acredito ter sido esta pergunta o ponto de (re)nascimento da minha pesquisa. Por mais que eu não saiba a finalidade exata, isto é, o que eu *espero* disso, sei de algo anterior e mais simples: o que me levou a querer saber mais sobre o tema.

Isto, para mim, é evidente: as pessoas – as mulheres – da Vila Autódromo. Foi ter vivido tão intensamente, nos meus últimos meses de faculdade, as transformações que ocorriam na cidade pré-olímpica do Rio. Foi ter tido um professor que pediu como tarefa final para a sua aula um projeto da turma inteira que abordasse algum tema em evidência na política contemporânea. Falamos sobre remoções e pelo visto eu nunca parei de falar sobre isso. Filmamos entrevistas<sup>6</sup> com as principais lideranças da resistência da Vila Autódromo, montamos um pequeno documentário e esse foi só o começo. Terminada a tarefa, ninguém queria ir embora. Continuamos voltando. Para as reuniões de moradores, as ocupações culturais, os dias que as casas de pessoas que viraram amadas eram removidas e passávamos a tarde realocando seus pertences entre os vizinhos cujas casas ainda resistiam. Existe algo no testemunho de eventos violentos que perpetuam a sua força residual. Eu nunca havia testemunhado o que testemunhei na Vila Autódromo e o que vi me fez querer fazer muitas perguntas, perguntas que me trouxeram para este mestrado e esta pesquisa.

O meu primeiro impulso foi querer saber como. Como era possível o estado alavancar tamanha legitimidade para perpetuar aquelas remoções? Como remoções teriam se tornado uma prática – em certa medida – aceitável, legítima, de (re)organização e produção dos espaços da cidade? Como conseguia-se mobilizar diversos setores da sociedade civil e política em prol de campanhas remocionistas tão extensas como as que se via no Rio de Janeiro? Seria isto uma situação isoladamente causada pela chamada “Era dos Megaeventos” ou teria alguma raiz em momento histórico anterior? Como era possível? Como é possível? São as

---

<sup>5</sup> O professor Naeem Inayatullah, teórico de Relações Internacionais da Universidade de Ithaca, conta no texto “Falling and Flying” do livro “Autobiographical International Relations” que sempre antes de aceitar orientar algum aluno ele pedia a resposta escrita para a pergunta: “o que o seu tópico de estudo significa para você enquanto pessoa?”. Ele diz que já perdeu alguns possíveis orientandos devido a este exercício, em especial os que recusavam ceder a sua insistência “na conexão do micro e do macro, o autobiográfico e o internacional”. Desde que li esse texto, essa pergunta ficou grudada na minha cabeça e sigo tentando respondê-la até hoje.

<sup>6</sup> Ver: [https://www.youtube.com/watch?v=s4P8dQJTSBA&ab\\_channel=ColetivoHumaniCidade](https://www.youtube.com/watch?v=s4P8dQJTSBA&ab_channel=ColetivoHumaniCidade)

perguntas que ainda me acompanham, nesse labirinto repleto de emboscadas sem saída; e são as perguntas com as quais eu dialogarei – explícita e implicitamente – ao longo deste trabalho.

Eu conto como a minha estória se entrelaçou, em grau mínimo, com a estória das remoções, não enquanto um exercício autoindulgente ou nostálgico, mas enquanto uma ferramenta metodológica e epistemológica. Por esse mesmo motivo, escolho escrever esse texto, acadêmico, a partir da primeira pessoa do singular; aqui dada uma importante distinção. Se na literatura o recurso linguístico da narradora em primeira pessoa possa vir a indicar a proximidade da sujeita com as experiências narradas, essa função não se aplica aqui. Eu apenas *testemunhei* remoções, e não pretendo me colocar no lugar de alguém que tenha sido submetida a isso. Não seria a minha intenção me apropriar de estórias que não sejam “minhas”, me utilizar de vozes alheias, apesar de que isso venha inevitavelmente a ocorrer. Venho desde a graduação tentando fugir da contradição apontada por Gayatri Spivak em “Pode o subalterno falar?” e o que compreendi até agora é que talvez não exista uma “saída”, a mais próxima deve ser operar *dentro* dos limites da contradição.

Nesse sentido, a escolha narrativa de privilegiar o “eu” se dá com duas finalidades, ambas com um chão comum na *localização de saberes*, como veremos mais adiante, e de colocar em prática a máxima feminista cunhada pelo braço norte-americano do movimento nos idos dos anos 70: “o pessoal é político”. A primeira, é a tentativa de apontar para uma ficção inerente à própria escrita acadêmica, notadamente a de um autor distante e neutro em relação ao seu objeto de pesquisa. Pois, como defende Inayatullah (2010),

“A escrita acadêmica pressupõe uma ficção precária. Ela assume, simultaneamente, a ausência e a presença do escritor em relação a escrita. O/a escritor/a apresenta a si mesmo/a si mesma como ausente, distante, e como indiferente às ideias e à escrita. Crê-se que as ideias falem por si próprias enquanto o escritor serve apenas como um veículo para a sua expressão. A ausência do autor qualifica ele ou ela como “objetivo” e “científico”. Essa distância fictícia, como sabemos, domina a prosa acadêmica. Mas ainda assim o leitor sempre descobre a presença de alguém nos escritos. Como leitores, suspeitamos que a escrita emerge de um ponto de vista, um gênero, uma classe, uma raça, uma nacionalidade, uma cultura, uma especificidade histórica, e uma biografia” (p.5)

A segunda finalidade, atrelada à primeira, é a de afirmar que a sujeita que escreve não é neutra, objetiva ou distante, mas sim, uma subjetividade corporificada, localizada, com seus

próprios anseios, interesses, medos e vieses, isto é, experiências vividas que compõe o ponto de vista que contará a estória e escreverá o texto. Em outras palavras, preocupa-se com a dita contingência histórica, ou ainda, como escreve Zadie Smith, “que eu tenha nascido quando nasci e onde nasci – um caso de relativa sorte histórica”<sup>7</sup>, mas que precisa ser levado em conta no processo de produção de conhecimento.

A contingência histórica nessa pesquisa opera enquanto artefato epistemológico feminista em um duplo sentido. Primeiramente, segundo as provisões da filósofa Donna Haraway, servindo ao propósito de uma produção de conhecimento que não perca os rastros de suas próprias mediações e que sirva portanto a uma ideia de “ciência”/“forma de conhecer o mundo” que se enxergue enquanto não-inocente, ou seja, necessariamente mediada e atravessada por signos e significados de um mundo complexo e contraditório. Segundamente, sigo por torcer um pouco a teoria de Haraway para chamar atenção a uma outra localização fundamental, que diz respeito à triangulação: pesquisadora, pesquisa e instituição de pesquisa - elucidando os limites, contradições e aberturas criativas que emergem desta relação triangular.

*ruminações (um): “herida abierta”*

No dia 8 de março de 2016, poucos meses antes da abertura oficial dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro, Maria da Penha Macena ou Dona Penha, foi homenageada com o Diploma Mulher Cidadã da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) pelo exemplo de sua luta para a permanência e não-remoção da comunidade Vila Autódromo. Ela havia sido contatada pela Comissão de Direitos da Mulher, que lhe entregaria a medalha historicamente destinada a mulheres-símbolo das mais diversas lutas por direitos na cidade do Rio de Janeiro.

A ALERJ estava cheia, tanto por dentro quanto por fora. Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, havia uma enorme aglomeração de pessoas manifestando em prol dos direitos das mulheres, desde os pés das escadarias do Palácio Tiradentes até o encontro com a Av. Presidente Antônio Carlos. Ao chegarmos – moradores e apoiadores da Vila Autódromo–, já

---

<sup>7</sup> No original em inglês: “That I was born when I was born, where I was born – a case of relative historical luck.”

de noite, atravessamos a multidão e ocupamos quase todos os assentos disponíveis do salão principal. A entrega do prêmio estava marcada para às 20 horas, e víamos as deputadas da Comissão chegando uma por uma para compor a Mesa. Os rostos conhecidos na plateia, em sua maioria, estavam exaustos. O dia havia sido demasiado longo.

Estávamos todos de pé desde às cinco da manhã, quando uma mensagem circulou no grupo de WhatsApp alertando: a Guarda Municipal adentrou a comunidade, em centenas, acompanhados de um trator de demolição e um pedido de reintegração de posse. Dentre moradores e apoiadores todos se levantaram confusos. Os que já não estavam lá, chegaram correndo para tentar entender o que só poderia ser um engano. Paes havia prometido, no dia anterior em reunião com a Penha, que a sua casa estaria segura por pelo menos mais duas semanas.

No dia anterior a entrega do prêmio de Dona Penha, ela e seu esposo, Luiz, haviam sido convocados para uma conversa com o prefeito Eduardo Paes. Os meses estavam curtos até a chegada dos Jogos Olímpicos no Rio, e como Dona Penha era uma das lideranças mais centrais do movimento, encontrava-se em constante conversa e negociação com o prefeito. Paes haveria perguntado, mais uma vez, se a família de Dona Penha consideraria ser removida para o conjunto habitacional Parque Carioca<sup>8</sup> caso os termos da negociação fossem mais favoráveis para a família. Àquela altura, termos favoráveis significava muita coisa: uma casa para cada componente da família, acompanhadas de uma quantia de dinheiro considerável. A insistência da prefeitura nos últimos meses foi ainda maior do que nos meses anteriores, mas Dona Penha já havia deixado claro: dali ela não sairia. Apesar disso, nesta conversa, o prefeito teria dito à Penha e Luiz que mesmo que a casa deles precisasse ser demolida por estar “dentro do traçado”, eles teriam ainda mais duas semanas para organizar tudo e fazer a mudança de seus pertences.

---

<sup>8</sup> O conjunto habitacional Parque Carioca é um bloco de apartamentos Minha Casa Minha Vida, construído no governo Eduardo Paes para abrigar as famílias da Vila Autódromo que precisariam ser removidas para a construção de uma vida de acesso ao Parque Olímpico, construído no terreno onde grande parte da comunidade se localizava. O Parque Carioca foi construído a 3 km da localidade original da favela, algo que já se constituiu enquanto uma vitória dos moradores da Vila Autódromo que há anos resistem contra ameaças de remoção. “Diferente dos empreendimentos padrão do programa habitacional (com apartamentos apenas de 2 quartos), foram oferecidos apartamentos de 2 e 3 quartos, a área de lazer incluiu uma piscina e, adjacente ao condomínio, foram construídas unidades comerciais pela prefeitura, a serem geridas pelos moradores. (...) A localização também foi privilegiada. Enquanto na maioria das remoções ocorridas na cidade na década de 2010 as famílias eram deslocadas para imóveis a 30 ou mesmo 60km de distância de sua moradia original, o Parque Carioca estava bem próximo, a cerca de 3km da comunidade”. Fragmento de texto retirado da página 130 do livro “Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção”, Letra Capital, 2018.

Por isso o espanto. Na manhã do dia 8 de março, notadamente o Dia Internacional da Mulher, dia que Dona Penha iria se locomover até o centro da cidade e receber enquanto honra da Assembleia Legislativa, o Diploma Mulher Cidadã, ela teve a sua casa demolida pela administração municipal. Em um vídeo gravado logo após a demolição, vê-se Dona Penha de costas, ao lado de sua filha Nathalia, segurando uma garrafa térmica de café em suas mãos e falando, no timbre de voz de quem sabe que está sendo escutada, à plateia de moradores e apoiadores a sua frente:

“Estou saindo da minha casa de cabeça erguida, consciente de que eu cobrei os meus direitos o tempo todo. E eu vou ter esse direito, à minha moradia dentro dessa comunidade. Estão derrubando a casa, Maria da Penha continua firme e forte (...). A minha mudança está aqui fora, tô sendo expulsa? Beleza. Um juiz é que assinou isso? Beleza. O juiz não quer assim? Não é assim que os moradores, o povo brasileiro merece sair da sua residência? Então que saia. Mas eu não saio da Vila Autódromo. Eu continuo firme e forte. A casa é derrubada. Maria da Penha não.”<sup>9</sup>

O resto do dia foi acontecendo de forma acelerada, as surpresas da prefeitura para a Vila Autódromo não acabariam tão cedo de manhã. Foi algum tempo após a demolição que recebemos a informação de que o prefeito estaria marcando uma coletiva de imprensa no Palácio da Cidade, às 17 horas, para apresentar o novo plano de urbanização da Vila. A apresentação seria feita para alguns poucos moradores e para a imprensa. Assim, foi decidido que nos encontraríamos todos na porta do Palácio, para exigir que a opinião dos moradores sobre o plano fosse escutada, tanto pela mídia como pelo prefeito. Porém, quando já estávamos todos lá, quase na hora marcada pelo prefeito, recebemos a notícia de que a coletiva de imprensa havia sido realocada para a sede da prefeitura na Cidade Nova, e adiantada para às 16:30hrs.

Alguns moradores correram para a Cidade Nova e ficaram do lado de fora do prédio da prefeitura com faixas e cartazes de protesto esperando ter a oportunidade de ao menos serem chamados para assistir à apresentação de Eduardo Paes. Estes acabaram nunca sendo convidados para participar, e viram o prefeito somente quando ele já saía do prédio com a

---

<sup>9</sup> Ver: [https://www.youtube.com/watch?v=RSsiqbBkaAk&ab\\_channel=ColetivoHumaniCidade](https://www.youtube.com/watch?v=RSsiqbBkaAk&ab_channel=ColetivoHumaniCidade). No âmbito do Coletivo Humanidade, grupo estudantil o qual ajudei a fundar no final da graduação, fizemos uma documentação audiovisual do Dia Internacional da Mulher ao lado de Dona Penha. Esse discurso que reproduzi aqui está disponível no vídeo.

sua comitiva. Paes falou aos presentes que receberiam um e-mail com o Power Point<sup>10</sup> do novo plano de urbanização. Os outros moradores, dentre eles, Dona Penha, fizeram falas aos jornalistas que estavam ainda do lado de fora do Palácio da Cidade. Feita a fala, na qual Penha e Luiz questionaram Paes na sua decisão de ignorar mais uma vez o plano popular de urbanização<sup>11</sup> da Vila Autódromo em detrimento a um documento que sequer foi discutido junto aos moradores, saímos todos juntos para a ALERJ. Nos juntamos à demonstração que ocorria no local, e esperamos o momento da entrega “do prêmio”.

A Deputada Enfermeira Rejane, presidente da Comissão de Direitos da Mulher, abriu a sessão solene homenageando a luta de Dona Penha e foi interrompida por uma longa chuva de aplausos que inundou todo o interior do Palácio Tiradentes. Ela mesma se levantou da cadeira e juntou-se à plateia. A deputada informou, aos que ainda não sabiam, sobre a derrubada da casa de Penha naquela manhã e disse, em seu discurso, que isto não se tratava apenas de uma casa, não se tratava “apenas de tirar uma pessoa de um lugar e botar lá no apartamento da Minha Casa Minha Vida”, mas que aquilo que se passava era sobre algo além, era sobre “a vida”, “o sentimento das pessoas”, “a luta pelo seu histórico”, “pela sua história”, e que era isso tudo que a luta de Dona Penha representava.

Da plateia, assistia-se a algo sem dúvida marcante. A realidade da qual participávamos ali, vendo Dona Penha caminhar pelo salão e ser recebida por uma Mesa preenchida apenas por mulheres, todas em pé, parecia tão distante e descolada da realidade que o enorme afresco que decora as paredes do Plenário escolheu documentar e perpetuar: uma pintura de muitos homens, brancos, engravatados em seus paletós e chapéus, vigorosamente discutindo algo inaudível. O contraste era evidente. A plateia gritava, em uníssono, o insistente grito de ordem do qual lançava-se mão em diversos momentos da luta: “Urbaniza Já, a Vila vai ficar!”; mas havia ali, entre os gritos dos presentes e o silêncio do afresco, algo que fazia com que

---

<sup>10</sup> O Power Point pode ser acessado em: <https://riorealblog.files.wordpress.com/2016/03/vila-autodromo2.pdf>

<sup>11</sup> “O Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), por sua vez, é o resultado e a expressão da resistência e da defesa dos moradores em sua luta pela permanência na área. Contém ações voltadas para o desenvolvimento social, cultural, econômico e urbano abrangendo melhorias urbanísticas dos espaços públicos e do saneamento ambiental, todas elas pensadas, discutidas e decididas pelo conjunto de moradores com o apoio técnico das universidades públicas. Reafirma o direito da população a área atualmente ocupada, reunindo propostas técnicas que comprovam tal possibilidade como também a da melhoria das condições habitacionais e ambientais existentes. Nele, todas as ações surgiram a partir das demandas manifestadas pelos moradores e de sua visão sobre seu local de moradia.” Fragmento de texto retirado da página 112 do livro “Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção”, Letra Capital, 2018.

estas duas cenas, esses dois momentos históricos – o registrado e o em andamento – se encontrassem e entrelaçassem.

Ao final de seu longo discurso de agradecimento, no qual Dona Penha dedicou o prêmio recebido a todos presentes, em especial, a todos os apoiadores e aqueles que de alguma forma contribuíram para a Vila ainda estar onde estava; Penha agradeceu a Deus, figura que ela evocava e evoca a todo momento. Na linguagem de Dona Penha, Deus estava sempre presente: nas manhãs que nos reuníamos para tomar café e conversar sobre a luta; durante as inúmeras falas que fazia em reuniões de organização; em qualquer momento que buscava reconhecer a força maior por detrás de sua motivação.

Me recordo de como a presença divina me causava estranhamento no início, e de como esse estranhamento produzia pensamentos internos que me faziam querer “relevar” aquilo que havia sido dito. Quando escutava Dona Penha falar, horas à fio, estranhava como uma fala tão repleta de sabedoria política poderia vir acoplada à um discurso abertamente religioso. Associava a evocação religiosa a um determinado tipo de discurso e posicionalidade política que, em geral, é motivo de alarme. Mas como esse não era exatamente o caso, sabia que havia outra mediação em questão, algo que se apresentava em forma de desconforto, mas que se embaçava diante de mim quando tentava enxergá-lo melhor.

Tendo sido criada por uma família católica, Deus entrou em minha vida sem levantar muita suspeita. A mãe do meu pai, minha vó sulista filha de imigrantes italianos, aprendeu a linguagem da fé antes de qualquer outra e ajudou a me criar rezando. Na beira da cama, de joelhos no chão, eu sabia de cor o rosário. Aprendi a falar com Deus no meio porque era assim que me comunicava com os mais velhos, e mesmo assim, bastaram somente alguns anos de treinamento teórico-acadêmico para fazer surgir tamanho incômodo o qual descrevo aqui. Este incômodo/estranhamento antes era interpretado por mim como um sentimento anti-Igreja Católica e o seu poderio hegemônico, pois quando ouvia Luizinha de Nanã – moradora da Vila Autódromo que teve sua casa e terreiro removidos – evocar os seus santos, sentia uma espécie de arrepio diferente.

Hoje, entendo que o incômodo/estranhamento vem do mesmo lugar que algumas vezes já paralisou a minha escrita e o meu desejo de pesquisa. Este lugar/*herida abierta*<sup>12</sup>,

---

<sup>12</sup> Gloria Anzaldúa é uma autora chicana, isto é, nascida na zona fronteira entre os Estados Unidos e o México e é autora do livro “Borderlands, La Frontera: The new mestiza consciousness” (1987). Gloria ficou conhecida, na década de 80, por ser uma das vozes mais proeminentes no debate acerca da diferença *entre* mulheres, tendo

como descreve Gloria Anzaldúa, que escancara o hegemônico/colonizador em si, pois o que eu pensava ao ouvir Dona Penha evocar o mesmo Deus que me criou, era como ali, naquele discurso, parecia existir traços tão fortes do hegemônico, possivelmente a mesma força/poder que direta ou indiretamente estava removendo a Vila Autódromo do chão no qual foi construída.

Leitora, veja: o que me interessa aqui, com esse exemplo, é sublinhar que enquanto eu questionava o conteúdo do discurso de Dona Penha, eu deixava de ver/questionar: quantas mediações, subjugações, “ilusões de ótica” estavam operando na minha percepção desta situação? Nos meus incômodos? E contribuindo para criar, reproduzir, posições hierárquicas entre o que *enxerga* e o que é *visto*? O que *sabe* e o que é *sabido*? O que *crê* e o que *sabe*? Me enredando, finalmente, à esta dinâmica, da exata forma que eu temia estar sendo enredada.

É neste incômodo paradoxal que grande parte desta pesquisa busca se localizar. Se a *herida* fosse uma situação, estaríamos nela. Mas o que exatamente quero dizer com isso? Quero dizer que entendo o *locus* subjetivo a partir do qual esta pesquisa foi escrita como sendo este lugar da *herida abierta*. Ou seja: algum espaço, localizado entre o físico e o simbólico, que compõe o ponto de vista localizado de onde parte esta pesquisa. Um *locus* ontológico ao mesmo tempo que epistemológico, que cria subjetividades necessariamente fragmentadas e que buscam enxergar o mundo com o qual se relacionam a partir da compreensão de que suas consciências são mestiças – abrigam em si as dualidades organizadoras da realidade vivida e a partir deste hibridismo formam uma terceira via, uma nova consciência (ANZALDÚA, 1987).

De acordo com Anzaldúa (1987), a *herida* é o território onde dois mundos se mesclam e multiplicam-se: um local vago e indeterminado criado pelo resíduo emocional de fronteiras artificiais. É assim, um constante estado de transição, a condição de reconhecimento de subjetividades não-essencializadas. Se é uma posicionalidade sempre em *processo*, significa

---

sido uma das co-organizadoras da antologia “This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Colour” (1981), na qual ela contribuiu para que escritos feministas de mulheres não-brancas pudessem vir para o centro do debate feminista norte-americano. Embora em *Borderlands* Gloria utilize a *herida abierta* como sendo predominantemente o espaço físico da fronteira EUA-México, ela escreve no prefácio da edição original de seu livro que: “As *Borderlands* estão fisicamente presente sempre que duas ou mais culturas margeiem a outra, onde pessoas de diferentes raças ocupem o mesmo território, onde as classes baixas, média e altas se toquem, e onde o espaço entre dois indivíduos se encolha com a intimidade”.

que nunca está acabada ou completa. É o espelhamento de como se enxerga e entende o *espaço* no contexto desta pesquisa, isto é, “nunca como um sistema fechado”, mas como *processual*, local de encontro de uma multiplicidade de trajetórias “até agora” (MASSEY, 2005). Acredita-se que teorizar a partir desse *espaço-herida* é um meio-método para buscar uma compreensão relacional do mundo, e um fazer político que vise responder a tal (MASSEY, 2005).

Neste momento, o que me interessa é a compreensão da *herida aberta* tanto quanto um local ambíguo e contraditório, quanto uma posicionalidade localizada. Isto é, o ponto de vista adotado por esta pesquisa para se contrapor, de maneira desajeitada, à figura divina que já causou incômodo anteriormente. Pois, no contexto de um estado que nunca foi laico, muita coisa já foi (e continua sendo) feita em nome do divino hegemônico. E, da mesma forma que Deus é uma figura onipresente na narrativa de Dona Penha, também o foi ao longo de grande parte da estória das remoções, onde a Igreja Católica exerceu um papel imprescindível, assim como ambíguo. Me interessa, nesse momento, me aproximar dessa figura incorpórea e neutra com as lentes da epistemologia proposta por Donna Haraway em seu texto seminal “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”<sup>13</sup>, para assim localizar os saberes, corpos e espaços com os quais dialogaremos ao longo deste trabalho.

### *Localizar saberes*

Das inúmeras vezes que tentei iniciar essa dissertação, nenhuma escapou de começar desta maneira, isto é, localizando saberes. Apesar de saber de onde gostaria de partir, não sabia muito bem como. O mais difícil vem sendo organizar as informações que coletei ao

---

<sup>13</sup> Em seu célebre texto com ares de manifesto, Haraway se aprofunda sobre o dilema vivenciado pela teoria feminista pós-moderna, que, havendo sido altamente influenciada pelo desconstrutivismo de um lado e pelo marxismo que marcou as teorias críticas modernas do outro, se encontrava, em meados dos anos 80, inapta a realizar uma crítica substancial à ciência hegemônica que fosse além da denúncia de que esta era uma ciência enviesada. O dilema dizia respeito a como justificar a necessidade da objetividade na produção científica enquanto um ponto de vista legítimo, evitando que este paradigma fosse encaixado no polo do relativismo pelos exímios defensores da universalidade. O relativismo, argumenta Haraway, de maneira similar à totalidade, é uma tentativa de não-posicionamento, pois se a totalidade se mascara enquanto estando em todo lugar ao mesmo tempo, o relativismo seria o não-lugar, a abdicação de uma posição que é tão totalizante quanto o seu contrário. A questão da ciência para o feminismo, de acordo com o texto, a disputa pelo o que tem validade enquanto *saber*, é mediado historicamente, e para utilizar a metáfora usada pela teórica, a mediação se dá via o sentido da visão.

longo dos anos de pesquisa. É difícil pois a informação é demasiada dispersa, e formatá-la é um exercício – quase – desnorteador. Tentei inúmeras abordagens, metáforas, mas nenhuma parecia unir corpos e linguagem<sup>14</sup> da forma como eu entedia ser necessário e que abarcasse, mesmo que de forma frágil, a jornada de pesquisa que percorri.

A fé me apareceu como o melhor caminho. Em especial, uma dada virada onto-epistemológica do qual essa faz parte. Me refiro aqui à transição histórica da época feudal para a chamada Era da Razão, ou, como é melhor conhecido, o movimento intelectual e filosófico chamado de Iluminismo, que consolidou a forma de enxergar/conhecer o mundo e suas subjetividades do que é tido aqui – ainda de maneira não muito rigorosa – como “o poder hegemônico moderno”. E por mais que seja tentador iniciar a jornada da dissertação desde aqui, não teríamos tempo nem espaço. No mais, é possível falar sobre e se engajar com as raízes moderno-iluminista da ciência e seus sujeitos sem precisar retrair “como”, “quando” e “por que” estes se conformaram de tal maneira.

Enquanto uma possível metáfora da fé, penso nas suas perguntas. Perguntas feitas desde – desde quando exatamente? Mas que circulam ao redor dos muitos porquês da existência. Quais? Talvez os mesmos que a ciência busca responder desde sua concepção: de onde viemos? como isso – o mundo – se tornou/é possível? como se conhece o mundo? e seus sujeitos? através da retórica? métodos? Perguntas cujas respostas, em dado contexto histórico, eram atribuídas à Deus, ou à vontade divina. A causalidade era simples e suprema, e portanto, inquestionável. O status quo mantinha-se sob o manto das arquiteturas divinas.

É nesse contexto que os novos preceitos iluministas rompem com o pacto de verdades divinas/mitológicas através das máximas: “Sapere Aude!” e “Cogito ergo sum”<sup>15</sup>; criando uma outra estrutura de pactos sob a luz do cientificismo. Porém, o que estaria acontecendo em uma pragmática, de acordo com Adorno e Horkheimer (2002), seria – quase que apenas – a substituição de um Deus por outro: a razão. Pois, se o Iluminismo exige que o conhecimento seja fabricado unicamente a partir dos meios da racionalidade e pelas vias da neutralidade, aquele reproduziu, com outra roupagem, os mecanismos daquilo mesmo que tentou substituir/contestar. Assim, as perguntas-da-fé-tornadas-perguntas-da-razão teriam como objetivo final a obtenção de conhecimento global sobre o mundo de forma a, como escrevem

---

<sup>14</sup> “Como todas as neuroses, a minha está enraizada no problema da metáfora, isto é, no problema da relação entre corpos e linguagem” (p. 12)

<sup>15</sup> Em tradução do latim: “Ouse saber!” e “Penso, logo existo.”

Adorno e Horkheimer, subjuguá-lo. Conhecimento é poder e “somente o pensamento que é violento contra si próprio é forte o suficiente para romper com os mitos” (ADORNO e HORKHEIMER, 2002, p. 2).

É neste sentido que Donna Haraway afirma que a epistemologia moderno-iluminista, tal qual foi construída, teria se utilizado dos termos do divino para substituir a ele próprio: um “truque de Deus”, como chama a filósofa. Os termos específicos sendo: a visão ilimitada, universal e descorporificada. Entendendo a epistemologia como uma visão de mundo, ou seja, um modo de “conhecer o mundo”, a analogia de Deus compõe um caminho intrigante para questionar a forma como “significados e corpos são construídos” no mundo moderno, com o intuito, não de negar tais significados e corpos, mas de “viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (HARAWAY, 1988, p. 17). E para que o futuro seja uma possibilidade para corpos *marcados*, ou seja, para subjetividades que não são permitidas “não ter um corpo”, uma visão de mundo – epistemologia – reflexiva, que se permita ser contestada, revisada, e até mesmo superada, é essencial.

Adequando o que foi dito acima ao contexto da pesquisa, isso significa dizer que buscarei olhar para as categorias analíticas-chave do planejamento de maneira a compreender e elucidar a forma como essas categorias são vistas, conhecidas, operadas, em relação à/e em detrimento umas das outras. Para isso, busco auxílio de teorias que tenham como propósito visualizar os mecanismos de mediação presente no seio do planejamento urbano. Neste sentido, insistir em falar sobre epistemologia é uma tentativa de propor uma mudança na realidade cognitiva, como argumenta Haraway. Pois, a forma como *imaginamos* significados e corpos tem *efeitos* (MASSEY, 2005). E esses efeitos são o que mais me interessam nesta pesquisa.

Assim, aqui, as perguntas da fé são adicionadas a outras perguntas. São perguntas que buscam abrir o campo do conhecimento mais do que fechá-lo, determiná-lo, torná-lo “seguro”. São perguntas que não necessariamente buscam respostas, mas encontram meios de *permanecer com os problemas*<sup>16</sup>. Sejam estas as perguntas que Haraway coloca, no âmbito dos estudos sobre a História da Consciência: A partir de quais estórias eu conto uma estória?, A partir de quais ideias se constrói uma ideia (HARAWAY, 2011); ou sejam elas as perguntas

---

<sup>16</sup> Aqui estou me referindo a provocação de Donna Haraway tal qual exposta em seu livro “Staying with the trouble”, onde a autora critica as grandes respostas buscadas pelas grandes narrativas modernas e propõe que permanecer com os problemas possa ser uma via pragmática de se encontrar vias para um futuro possível.

que Leoni Sandercock<sup>17</sup>, teórica e urbanista norte-americana, faz no campo do planejamento urbano: “Como eu sei o que eu sei?”, “Que formas de conhecimento me oferecem mais segurança?”, “Que responsabilidades eu assumo pela aplicação do que eu afirmo conhecer?”, “O que é conhecimento válido no planejamento?”, “Quem decide isso?”, “Quem possui conhecimento que é relevante para o planejamento?”<sup>18</sup> (SANDERCOCK, 1998a, p.58).

Pensemos nessas perguntas como uma metodologia de visualização das teias às quais estamos enredadas, tal qual a (outra) metáfora da cama de gato evocada no Prefácio deste trabalho. E pensemos nos exercícios propostos a partir da crítica epistemológica como uma espécie de outra-cartografia, um mecanismo de mapeamento das mediações transcendentais (FRANZONI, 2018) presente nas histórias que compõe – o mundo e a nós mesmas. Dado que essas mediações dissimulam os corpos que têm um ponto de vista finito, esse mapa nunca seria *de facto* possível, mas brinquemos com a imaginação para encarar de frente as ironias<sup>19</sup> da realidade construída.

No entanto, é importante dizer que os truques divinos da descorporificação, da visão ilimitada e universal, para serem visualizados aqui, nos darão uma impressão de linearidade. Como se um viesse antes ou depois do outro. Mas peço que possamos operar também dentro desta ilusão, tendo em vista que essas mediações emergem uma da outra, se condicionam e afetam, e, sobretudo, permanecem inacabadas, sendo percebidas em diferentes temporalidades sem que precisemos declamar: aqui foi o início e ali será o fim destas.

De acordo com Haraway, a visão tem sido usada como um sistema sensorial de dominação pelos grupos-categorias "não-marcadas", "não-corporificadas", isto é, a visão tem

---

<sup>17</sup> Sandercock, em seu livro “Toward Cosmopolis” dedica um capítulo para perguntar por que a epistemologia importa para o planejamento, tanto enquanto campo de conhecimento, e enquanto prática. Para Sandercock, assim como para Haraway, falar sobre a epistemologia do planejamento urbano é um exercício de propor uma mudança na realidade cognitiva.

<sup>18</sup> No original em inglês: “How do I know what I know?”; “What forms of knowledge offer me most security?”; “What responsibilities do I assume for the application of what I claim to know?”; “What is valid knowledge in planning?”; “Who decides that?”; “And who possesses knowledge that is relevant to planning?”. P 58

<sup>19</sup> “A crise contemporânea é insidiosa e infecta todas as dimensões da vida, em todos os cantos do globo” argumentou a urbanista Faranak Miraftab (2016, p.363) na Conferência de Abertura do IV Congresso Mundial de Escolas de Planejamento (WPSC- *World Planning Schools Congress*), realizado na cidade do Rio de Janeiro em Julho de 2016. A pesquisadora iraniana argumentou que o planejamento urbano é parte integrante da crise global e, portanto, torna-se imprescindível “imaginar práticas de descolonização que tornem possível um urbanismo humano”. Neste discurso de abertura, Miraftab seguiu justificando a necessidade de: i) uma virada ontológica do urbanismo; ii) uma compreensão aprofundada das esquizofrenias do planejamento; iii) imaginação para descolonizar o futuro.

sido usada pelos sujeitos Homens, Brancos, Colonizadores<sup>20</sup>, como um instrumento de marcação, delimitação, definição. O privilégio consiste em não ser visto. Neste sentido, a visão serve como o Divino que tudo vê, mas nunca é visto, sempre praticante de atos de desaparecimento em momentos onde a autoria é exigida. A grande promessa teórica-prática da ciência que opera como truque de Deus, é a transcendência de limites e responsabilidades. Afinal, quem seria Deus senão um ser onisciente e onipresente (HARAWAY, 1988) que observa e julga uma situação exterior a si, mas que raramente está implicado na situação em questão ou é implicado por ela?

Assim, a descorporificação garante uma posição de ‘superioridade’ à tal entidade, especialmente no contexto da tradição hegemônica judaico-cristã, no qual o corpo está associado, em geral, a uma qualidade e um status de *ser* mundano e impuro<sup>21</sup>. Pensando em termos ontológicos, Deus é um ser neutro, sem gênero e sem sexo (já que prescinde de corpo), mas que se impõe, de forma mítica e violentamente concreta, no âmbito da cognição ocidental, enquanto masculino. Historicamente, o masculino enquanto neutro, se traduz, por exemplo, na substituição da palavra ‘humano’ pela palavra ‘homem’ (em frases banalizadas de repetição cotidiana), ou, para trazer para o campo da produção de conhecimento, o entendimento de que o ponto de vista masculino é universal a todos os outros grupos existentes.

A dissimulação do corpo, de um ponto de vista finito e limitado, nos leva ao segundo truque, já detectado por teorias críticas pós-modernas: o universalismo. A universalidade do sujeito científico a partir de onde se enxerga o mundo a ser estudado chama atenção por produzir teorias em geral androcêntricas (onde o ponto de vista masculino é o ponto de partida); teorias nas quais a branquitude se impõe enquanto norma-racial e se auto-

---

<sup>20</sup> Utilizo essas categorias ciente do risco de essencialização presente neste exercício. Como aponta Massey (2008), a identidade de “homem branco cristão colonizador...” vem sendo frequentemente evocada, mas não sem o risco de ela própria ser essencializada, colocada em evidência como algo não-complexo, definitivo, finito em si mesmo. Porém, proponho evidenciar essas categorias enquanto um exercício de visualização: “um salto para fora do corpo não-marcado”, como afirma Haraway. Nomeando os eixos de diferenciação que perpassam a construção desse sujeito ideal, possibilita-se enxergar alguns dos eixos de dominação com o qual se está trabalhando. Haraway chama esse sujeito essencializado, ponto-de-partida da ciência moderna como o *master subject*.

<sup>21</sup> Em “Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade”, ao elaborar sua crítica sobre a dualidade sexo-gênero, ela explica como certas concepções históricas sobre o corpo partem de concepções cristãs e cartesianas que “compreendiam “o corpo” como matéria inerte que nada significa ou, mais especificamente, significa o vazio profano, metáforas premonitórias do inferno e do eterno feminino” (p. 223).

invizibiliza enquanto raça; e ainda teorias que fazem uso de uma racionalidade específica que divide *saberes* de *conhecimento*, e legitima uns modos de conhecer em detrimento a outros.

Ao longo deste trabalho, dialogarei com autoras e autores que importaram esta discussão para o âmbito dos estudos urbanos. Teóricas e teóricos de pesquisas não-inocentes, de trabalhos que não abrem mão de serem responsabilizados pelos seus pontos de vista finitos, ao mesmo tempo que buscam, incansavelmente, chamar atenção para as mediações transcendentais do planejamento urbano. Pois, por mais que essas mediações nos deixem com dificuldade de rastrear, e que os textos e manuais reafirmando a visão total enquanto a visão legítima sejam abundantes (HARAWAY, 1988), talvez possamos apostar no próprio tempo – que também é espaço - como nosso antídoto? Pois como propõe Rosana Paulino, nada desaparece completamente: *o apagamento também é da ordem da incompletude*.

O último truque visualizador em vias de ser enxergado neste trabalho é aquele já elucidado pela anedota relatada há algumas páginas: a clivagem entre *conhecimento* e *saber*, entre o que *sabe* e o que é *conhecido*, entre *sujeito* e *objeto* do conhecimento. Na epistemologia hegemônica denunciada por Haraway em *Saberes Localizados*, a forma como se enxerga o mundo é extrapolada para um modo de se relacionar, existir e compreender o próprio mundo em questão, tornando-se uma espécie de onto-epistemologia. Ali, o mundo é tido como um objeto inerte, passivo, “fixo e determinado, reduzido a recurso para os projetos instrumentais das sociedades ocidentais destrutivas” (HARAWAY, 1988, p. 34). É um mundo sem possibilidade de futuro, como estamos fartos de saber via as narrativas desenvolvimentistas da sustentabilidade.

São os objetos do conhecimento presentes nos discursos da “terra à vista”, objetos somente passíveis de serem “descobertos”. São as terras virgens, eternamente cativas à narrativa dos desbravadores (MCCLINTOCK, 2010), cuja linguagem e vocabulário remete a um território sempre subjugável porque também feminizado: “Quando Pero Vaz Caminha/Descobriu que as terras brasileiras/Eram férteis e verdejantes/Escreveu uma carta ao rei:/Tudo que nela se planta/Tudo Cresce e floresce.”<sup>22</sup> Preso pelo olhar todo-abrangente – seja dos impérios conquistadores, seja da ciência hegemônica - o objeto seria essencialmente a diferença total daquilo que o é o sujeito: a ambiguidade é extinta a um recalque inacessível e violentamente reprimida.

---

<sup>22</sup> Versos de introdução da canção “Tropicália” (1967) de Caetano Veloso.

Sendo assim, o saber localizado dialoga com essa ambiguidade. Parte de sujeitos corporificados, parciais, que tentam encontrar um caminho por dentre os truques visualizadores e as ilusões de ótica produzidas pelas ciências modernas (HARAWAY, 1988). O caminho é, para Haraway, quase sempre torto, pois gênero, raça, e “até o próprio mundo” (HARAWAY, 1988, p. 10) não passam de distorções, isto é, o que nossos olhos e aparelhos cognitivos (também mediados) conseguem captar são “efeitos distorcidos da velocidade num espaço hiper-real de simulações” (HARAWAY, 1988, p.10).

Se afastar da necessidade de pureza, como adverte Latour, talvez seja um dos movimentos sábios neste jogo de poder e retórica que é o campo das ciências, pois a pureza é o vitríolo da alma (HARAWAY, 1988). Em outras palavras, a inocência é ácida em suas intenções e está longe de qualquer projeto que se intente politizante. A analogia do laboratório de Latour, que aparece em uma nota de rodapé no texto de Haraway sendo analisado aqui, ajuda a ilustrar o argumento principal da filósofa. Para Latour, o laboratório é a estrada de ferro da epistemologia, na qual os fatos circulam; e quem controla a estrada, controla os fatos (HARAWAY, 1988). Ou seja, o laboratório, que pode se esconder sob a alegação de ser o lócus neutro no qual os fatos “reais” se encontram e se revelam, por manipulação ou acidente, é um dos mecanismos de mediação existente na produção de verdades científicas.

Assim, um paradigma teórico que abra espaço para surpresas no centro da produção de conhecimento, de acordo com Donna Haraway, deve partir da compreensão de que os sujeitos que produzem tal conhecimento são seres “divididos” e contraditórios, como já foi exposto um pouco mais acima. Se opor ao “truque de Deus”, neste sentido, é reconhecer que

“o eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial.” (HARAWAY, 1988, p.26)

Pois, se o que está em jogo nas Ciências são formas de se representar o mundo, é necessário reconhecer posicionalidades<sup>23</sup>, questionar a necessidade de uma visão

---

<sup>23</sup> Donna Haraway faz referência ao debate que se instaurou na teoria feminista chamado de “standpoint epistemology”, em tradução livre, epistemologia do ponto de vista. Esse debate influenciou uma série de correntes feministas e foi, em especial, apropriado e ocupado pelas feministas negras, que foram responsáveis

totalizante<sup>24</sup>, identificar os *loci* históricos ocupados por subjetividades diversas nessa teia de significados e significações, sem necessariamente tentar resolvê-los, mas com o objetivo de evitar a (re)produção de práticas colonizantes no seio da produção científica.

Por isso, a segunda localização que considero essencial de ser feita no início deste trabalho, é esta que extrapola a relação pesquisadora e objeto de pesquisa para abarcar também um elemento tantas vezes oculto ou ocultado no produto final do fazer científico: a relação das anteriores com a instituição sede da pesquisa. Enquanto instituição sede me refiro aqui à “Academia” - por mais ilusória que seja essa entidade -, e não necessariamente a faculdade e departamento que adotaram essa pesquisa enquanto sua.

### *O fio da meada*

Se se torna impossível iniciar esse trabalho sem alinhar as expectativas das leitoras para com os preceitos ontológicos e epistemológicos desta pesquisa, também se torna difícil começar sem mencionar a enorme mudança de percurso que precisou ser feita à luz de produzir conhecimento meio a uma pandemia global. Digo isso pois este trabalho já teve duplos; nenhum dos quais foi concluído, ao mesmo tempo que todos são parte integrante deste que se faz presente aqui. Este, nas vias que percorreu para se manter vivo, é tão feito de camadas quanto o conteúdo que abarca.

---

por racializar tal debate. Diz respeito à ideia de que se conhece o mundo a partir do local socio-político-econômico que se ocupa no mundo enquanto corpo generificado, racializado, classicizado. Autoras como Patricia Hill Collins, que baseia sua teoria de subjetividade sobre a figura da mulher negra chamada de “outsider within”, isto é, uma espécie de figura estrangeira porém familiar, que circula pelo mundo mas é constantemente e de formas pluralmente diversas, rejeitada por ele. A ideia de “double consciousness” da Cherrie Moraga, que indica uma subjetividade fraturada pois é socializada em um mundo fraturado, dual, binário, dividido, mas que se encontra com a concretude de corpos não-normativos e daí emerge um tipo de sujeita que tenta englobar a dualidade enquanto parte integrante de quem se é. Essas subjetividades teriam um olhar diferente sobre a realidade devido às experiências vivenciadas por estas em suas interações com o mundo- isto é, objeto e sujeito sendo entes dinâmicos (ao invés de estanques), em relações conflituosas entre si, relações que tem que ser levadas em conta na produção de conhecimento.

<sup>24</sup>Tanto em Saberes Localizados quanto no Manifesto Ciborgue, Haraway escreve sobre como a necessidade de uma posição inteira parte da busca pelo “uno”, que está atrelado a uma busca pela “origem”, isto é, pela superação da dualidade. Essa busca pela “origem”, é explicada por Haraway como advinda das histórias sobre “a criação”, e o momento da separação entre Homem e Deus. Essa busca pela origem seria, consciente ou inconscientemente, a tentativa de recriar “o Éden”, no qual a união, e não mais a separatividade seria a realidade. Se interpretada do ponto de vista hegemônico, a união seria a integração de todas as partes subalternas de volta ao “um”, ao “uno”, isto é, uma integração que ocorre em detrimento ao desaparecimento do “outro” subalterno. Porém, Haraway discorre sobre como as teorias modernas, por via de exemplo, a própria teoria marxista, caiu na “armadilha” do mito de origem, tentando buscar um momento fundacional da origem da opressão capitalista, entendendo que se este momento fosse encontrado, a dualidade poderia ser extinguida “na origem”. Ver: Manifesto Ciborgue, Donna Haraway.

De antemão, me dirijo à leitora, caso esta esteja questionando a relevância do que está para ser dito aqui em relação aos objetivos do trabalho como um todo e lhe respondo: não é sem jeito que me permito incluir essa seção como parte do corpo da pesquisa, e não à relego a qualquer-parte-outra considerada mais autoindulgente do que “produção de conhecimento *per se*”. É esta a minha tentativa de testar os limites do “pessoal é político” – até para mim mesma. Pois quando o mundo inteiro se fechou e com isto as possibilidades previstas para esta pesquisa também, me encontrei em um limbo do qual demorei muito tempo para sair.

A retração do mundo exterior e o confinamento no espaço/esfera privada contribuíram para uma perda significativa de ânimo em direção à esta pesquisa. O que já me incomodava anteriormente em relação ao fazer científico passou a ganhar escalas ainda maiores. Escrever neste contexto se tornou um exercício doloroso, algo que lentamente corroía por dentro ao ponto de ultrapassar as barreiras do estômago. Busquei na escrita criativa e na literatura todo o refúgio que eu pude encontrar e experienciei um tipo de liberdade que nunca encontrei “aqui”. Me refiro a aqui como sendo essa entidade fantasmagórica representada pela “Academia”, mas também, como a minha própria e pessoal *herida abierta*.

Habitar as paredes de suas próprias contradições é, no mínimo, um exercício pelo desconforto. E mesmo que o meu impulso primário tenha sido querer romper com os limites da forma que me foi imposta depois de tantos anos de treinamento acadêmico, busquei entender que um exercício mais produtivo seria elucidar e conversar com tais limites e barreiras. Assim, me daria no mínimo um tempo de bater com a cabeça contra as paredes. Escrever em primeira pessoa vem sendo uma forma de diminuir a distância entre o sujeito e objeto de pesquisa, mas internamente isso se mostrava insuficiente e insatisfatório. O meu incômodo, eu sabia, sempre esteve na *forma*, na *estrutura*: “é a parte de mim que detesta limites de qualquer tipo, até mesmo aqueles autoimpostos” (ANZALDÚA, 1987, p. 16). Algo que já me trouxe alguns problemas na vida, mas espero que não aqui. O paradoxo reside no fato de que a “Academia”, após a Literatura, talvez seja o espaço mais seguro para deixar isso vir à tona.

A realidade é que, no contexto de uma vida que se autoquestiona ao extremo, escrever se tornou uma das poucas ferramentas que ajudam a “dar conta” e se eu perdesse este desejo, perderia coisa demais. E por isso me perguntei-pergunto: como recuperar o fio

da meada? Talvez para a leitora seja similar, e escrever seja uma forma de “colocar ordem no mundo”, de dar a ele “uma alça para poder segurá-lo” (ANZALDÚA, 1987, p.232). O obstáculo que vivia se apresentando para mim eu descrevo como sendo uma obrigação de “higienização”. Como se o ambiente higienizado da dissertação me obrigasse a ocultar e subjugar parte da minha subjetividade para que a pesquisa fosse considerada legítima.

Não à toa, o tema da pesquisa se desdobra e afeta não somente o espaço urbano em questão, como também o espaço intrassubjetivo de quem está a escrever. Quero concordar que “nenhum assunto é muito trivial” para ser posto aqui (ANZALDÚA, 1987, p. 232). Especialmente em um momento histórico no qual, sob um teto não todo meu, a realidade que me cerca esbarra incessantemente com qualquer tentativa em separar meus mundos: é tudo uma coisa só: família, trabalho, pesquisa, quarto, biblioteca: não existe para onde fugir. O perigo, permanece sendo,

não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. *Nenhum assunto é muito trivial*. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico. (ANZALDÚA, 1981, p.233, ênfase no original)

Defender o que está escrito acima talvez seja uma das vias de acesso à *herstória* defendida por Audre Lorde, isto é, advogar pela permissão de que os registros oficiais sejam contaminados por vidas, narrativas múltiplas que insistem em serem registradas em sua integralidade. Não é o oposto de *história*, tal qual compreendo o conceito, mas é a compreensão de que se estudar as coisas isoladamente serve apenas ao propósito de se perpetuar a ficção de que as múltiplas experiências vividas nada ou pouco tem a ver umas com as outras (MCCLINTOCK, 2010). A realidade não é higienizada – nem tampouco higienizável –, apesar das inúmeras tentativas de estabilização por parte dos poderes hegemônicos: “desde o começo, as experiências das pessoas, de desejo e raiva, de memória e poder, comunidade e revolta são inflectidas e mediadas pelas instituições através das quais elas encontram seu significado – e que elas, por sua vez, transformam” (MCCLINTOK, 2010,

p. 37). Somos todos porosos e assim também o são as instituições que nos limitam e às quais limitamos.

Trazer a inseparabilidade da vida para a escrita desta dissertação foi o meu mecanismo de driblar o bloqueio criativo. Assim como perceber que ao longo de todo o tempo, este trabalho sempre se localizou na *herida abierta*, mesmo que tenha demorado para que eu o percebesse. Pois a única forma para que eu consiga escrever qualquer coisa é a partir da percepção de que toda conclusão/ideia à qual eu chegue aqui, é mais frágil e incerta do que a anterior que a originou. Encontrei o movimento e a não-paralisação entendendo que da *herida* não tem muito uma saída, mas sim, um diálogo constante capaz de produzir, no mínimo, tantas mais indagações. Assim, quebro uma das mais claras regras da escrita literária e escolho falar ao mesmo tempo que tentar mover em direção a uma demonstração<sup>25</sup> de como uma mudança na *forma* conseguiria se aproximar do que se propaga em termos de *conteúdo*.

### *O conteúdo da forma*

É provável que qualquer pesquisa que busque se aventurar para além das metodologias mainstream da contemporaneidade se deparem com extensas críticas ao longo do trajeto. Em especial se essas metodologias forem ainda formas de experimentação em si próprias. Aqui, não existe nenhum validador positivista para medir se o experimento deu certo ou não. São tentativas, incertas e um tanto inseguras, de produzir conhecimento na margem, nos interstícios do aparato científico hegemônico. Estou propondo, de uma certa forma, o que a adrienne maree brown chama de “um terreno de investigação, um laboratório para experimentar novas táticas” (IMARISHA, 2016) e estratégias metodológicas que tenham como ponto de partida teorias feministas.

Cheguei ao “urbano” farejando as teorias feministas e permaneci aqui com o objetivo de enxergar fenômenos urbanos, o fazer-cidade, com a ajuda de suas lentes. Por mais que não definir a partir de qual feminismo se parta possa ser motivo de uma certa ansiedade, sei que as teóricas que mobilizarei ao longo desta dissertação pertencem a múltiplas correntes teóricas: algumas conversam com a colonialidade, outras se dizem interseccionais ou

---

<sup>25</sup> Me refiro à regra: “show, don’t tell” ou: mostre, não fale.

consubstanciais, assim como tem aquelas que buscam um equilíbrio entre o chamado novo materialismo e o construtivismo. Arrisco citar Haraway mais uma vez para sugerir que essa pesquisa se aproxima de um existir ciborgueano, uma espécie de Frankenstein teórico que puxa trapos e pedaços para tentar fazer sentido a si própria.

Como já disse anteriormente, no chão da experimentação existem poucas seguranças e certezas. Tudo aqui é feito e produzido de maneira um pouco cambaleante. Que a leitora possa servir enquanto um olhar aguçado aos furos desse percurso também. Digo isso pois, após inúmeras reuniões tentando explicar *como* eu gostaria de mobilizar as teorias feministas como chave interpretativa do urbano, acredito ter finalmente entendido o que eu mesma estava tentando – e não conseguindo – articular. O apoio às teorias feministas vem não enquanto uma adição às chaves interpretativas tradicionais do planejamento urbano, isto é: a compreensão primeira da cidade enquanto produzida pelo Capital e depois somada a problemática das mulheres. Não. Embora essas pesquisas tenham sido o início da minha trajetória no urbano e sejam fundamentais para outras compreensões do urbano que fujam da experiência neutra e universal do sujeito masculino-branco-hetero-cis.

Assim, busco me aproximar mais de uma via que intenta entender o “gênero”, assim como “raça”, classe e heterossexualidade, como sendo categorias úteis, não somente de análise histórica, como também de compreensão da produção social do espaço. Desta forma, esses eixos históricos de diferenciação social podem ser vistos como produtores não somente de subjetividades e interrelacionalidades, como também, do próprio espaço produto (e produtor) dessas relações. Para que esse olhar seja possível, é necessário um entendimento do espaço que fuja da caracterização deste como sendo um objeto inerte, apenas *palco* receptor das relações, e nunca afetado por estas. Ao contrário, é necessária uma compreensão do espaço enquanto i) constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno; ii) enquanto a esfera de uma heterogeneidade coexistente; iii) sempre sob construção, nunca acabado; iv) enquanto uma simultaneidade de *stories-so-far* ou estórias até aqui e agora (MASSEY, 2005).

É uma compreensão de espaço que se alinha com a perspectiva localizada elucidada acima, ao se afastar de noções espaciais essencializadas e essencializantes. Pensar o espaço como aberto, sempre em processo, permite que encaremos as relações sociais e as subjetividades que os embasam da mesma maneira: enquanto não-fixas e não-deterministas. Esta abertura ontológica do espaço e das subjetividades em constante relação com tal, é

fundamental para novas imaginações acerca dos passados, presentes e futuros com os quais se busca engajar. Neste sentido,

os múltiplos significados que surgem quando se vê o espaço como processo devem ser explorados a partir de novas práticas de se fazer mundo (e estórias) compondo ciência, investigação e narrativa em tentativas arriscadas de transformação. Para o espaço que não é container e palco passivo às relações sociais, quer-se ferramentas colaborativas que se abram ao inesperado, envolvendo o acaso de diferentes acontecimentos. (FRANZONI, 2018, p. 101)

Seguir as pistas de Franzoni e Massey, e compreender o espaço enquanto um encontro de “estórias até aqui e agora” é fundamental no âmbito de uma pesquisa que busca indagar como se conta – tradicionalmente – a estória da cidade do Rio de Janeiro – a partir de quais sujeitos? –, e mais especificamente, como se narra a estória das remoções? Para que se possa dialogar com esses questionamentos, é preciso uma tal experimentação na forma-conteúdo do trabalho, de maneira a “conversar com personagens e situações turvas e invisibilizadas, contorcendo as amarras do método tradicional e recriando formas de coleta e trabalho com as fontes.” (FRANZONI, 2018, p. 32).

A primeira amarra ao método tradicional se dá no encontro com uma literatura extra-acadêmica. Este movimento busca ampliar o escopo de “*stories so far*” ou “estórias até aqui e agora” que vêm do espaço - ao mesmo tempo ajudam a constituí-lo -, e que possam ter ficado tradicionalmente “de fora” tanto da produção científica, quanto do reconhecimento de que estas também constituem a espacialidade (e vice-versa). A segunda amarra, que será explicada mais profundamente em breve, se dá no entrelaçamento dessas estórias com os acontecimentos históricos coletados via pesquisa de arquivos.

Enquanto metodologia que se faz possível no contexto atual da pesquisa, narrativizarei os acontecimentos históricos coletados como parte da pesquisa de outro-campo deste trabalho. Enfatizo a alteridade pois o trabalho físico *de campo* foi algo fundamentalmente afetado pelo advento da pandemia mundial, que foi responsável por uma mudança na coleta de material empírico deste trabalho. Se antes pretendia-se entrevistar mulheres que haviam experienciado as remoções dos anos 1960 e 1970, agora estou trabalhando com os registros históricos dessas vivências, em especial, com notícias publicadas nos jornais cariocas de grande circulação na década de 60 e 70. Devido à

pandemia, a consulta presencial de arquivos foi impossibilitada, e o material possível de ser consultado foi reduzido aos documentos já previamente digitalizados pelos institutos e bibliotecas brasileiros.

A mudança na coleta de dados afetou, inicialmente, a possibilidade de preservar as vozes ativas de mulheres que vivenciaram as remoções. A crítica da História enviesada tem cabimento quando se aprofunda em arquivos e documentos históricos: vozes e vivências não-hegemônicas se tornam escassas e difíceis de encontrar. E se o intuito em priorizar as ditas *herstórias* fosse mantido, seria necessário adotar soluções criativas. Dessa forma, mantêm-se as entradas jornalísticas como uma importante fonte documental, por serem consideradas mais próximas e fiéis a “realidade vivida”; mas a isso é necessário somar, ainda, outras estórias.

#### *Passos rumo a uma ficção especulativa*

O que fazer face à uma História turva e mutilada? À quais metodologias recorrer? Quais autoras e autores já se localizam no terreno de disputa pelo sentido do mundo – de seu passado, seu presente e seu futuro? Grande parte do trabalho de pesquisa foi buscar esses aliados, pesquisadoras(es) e autoras que de alguma forma já contribuíram para o alargamento dessas “estórias até aqui e agora”. Para citar um trabalho inspirador, em especial pela dificuldade metodológica que se apresentava para tal pesquisa, destaco a dissertação “Das Kitandas de Luanda aos tabuleiros da terra de São Sebastião: conflitos em torno do comércio das quitandeiras negras no Rio de Janeiro do século XIX”, do Fernando Vieira de Freitas.

Este trabalho, que buscava ver se/de que forma o mercado de quitandeiras teria acompanhado o processo de expansão e crescimento do Rio de Janeiro, tendo as quitandeiras ativamente no centro das disputas pelo espaço público, lançou mão de entradas arquivistas que raramente – ou nunca – traziam relatos documentais destas quitandeiras em voz ativa. O material coletado pelo pesquisador foi em grande parte registros de reclamações, feitos por homens da elite carioca, sobre as atividades destas quitandeiras. Elas aparecem nos arquivos, em voz passiva, via as mediações dos sujeitos supracitados. A leitura deste trabalho suscita um misto de fascinação e agonia, pois enquanto percebe-se que a presença das quitandeiras na constituição mesma da cidade Rio de Janeiro é inegavelmente forte e

barulhenta, os registros que se tem corroboram, à primeira vista, com o argumento de Spivak: no âmbito da institucionalidade/linguagem colonial/colonizada, o subalterno não teria voz.

Mas parar aqui seria não reconhecer as possibilidades e vias de escape às investidas hegemônicas (PATERNIANI, 2019). Dentre as inúmeras tentativas de estabilização de corpos e significados não-brancos ao longo da história do Rio de Janeiro e, nesta mesma nota, do Brasil, a resistência e (re)existência<sup>26</sup> destes foi/é sempre presente. Atenta-se aqui para não cair na armadilha de reafirmar a ausência histórica de corpos e significados não-brancos coadunando com o que Stella Paterniani afirmou ser uma ficção de invisibilidade. De acordo com a antropóloga urbana, esta ficção de invisibilidade retroalimenta o que Jacques Rancière chamou de um *regime de visibilidade*, onde certas subjetividades corporificadas são enxergadas e aparecem aos olhos do hegemônico *somente* enquanto *objetos* de políticas de melhorias e da benevolência “centro-periferia” (PATERNIANI, 2019). Assim,

a produção da ficção da invisibilidade retroalimenta o regime de visibilidade: cria as grandes narrativas segundo as quais os corpos negros são expulsos do centro da cidade, a casa negra é reduzida à destruição, os espaços negros e a vida negra são afirmados como ausentes e invisíveis na cidade. (PATERNIANI, 2019, p. 26)

Trabalhar de forma a se opor ao consolidado regime de invisibilidade é, portanto, um objetivo desta pesquisa. Ao mesmo tempo que também se objetiva pensar novas práticas de fazer-mundo, práticas que busquem ir (um pouco?) além da crítica da História enviesada. É nesse contexto que a fabulação especulativa surge como solução metodológica para este trabalho. Uma possível forma-conteúdo que se preste enquanto aparato de visualização tal qual proposto por Haraway a fim de argumentar que: a fronteira entre a ficção e a realidade não passa de uma ilusão de ótica (HARAWAY, 2011).

Me acompanhem: a chamada SF - *speculative fabulation* ou *Science Fiction* ou *So Far* - vem sendo usada por teóricas feministas e antirracistas como parte de uma linhagem de imaginação radical ou ficção visionária que busca “reescrever mundos e suas temporalidades” (IMARISHA, 2016). De acordo com a Walidah Imarisha,

---

<sup>26</sup> Um dos slogans da Vila Autódromo ao longo da luta era: “A Vila resiste, insiste e reexiste”.

a ficção visionária oferece aos movimentos por justiça social um processo por meio do qual explorar a criação de novos mundos (embora não seja em si uma solução – e é aí que entra o trabalho prolongado de organização comunitária). Eu propus o termo “ficção visionária” (visionary fiction) para abranger os modos de criação entre gêneros literários fantásticos que nos ajudam a elaborar esses novos mundos. Esse termo nos lembra de sermos completamente irrealistas em nossas organizações, porque é somente por meio da imaginação acerca do assim chamado impossível que podemos começar a concretamente construí-lo. Quando liberamos nossas imaginações, questionamos tudo. Reconhecemos que nada disto é fixo, que é tudo poeira estelar, e que nós temos a força para moldá-lo do modo que o fizermos. Para parafrasear Arundhati Roy: outros mundos não apenas são possíveis, mas estão vindo – e já podemos ouvi-los respirar. É por isso que a descolonização da imaginação é o mais perigoso e subversivo de todos os processos de descolonização.

Nesta pesquisa, o processo de elaboração de novos mundos não está preso a uma imaginação somente futurista, mas também é pautada pela crença de que o passado é uma zona contestável (HARAWAY, 2011). Uma abertura do passado a novas narrativas seria uma das vias de disputa para um futuro em que corpos e significados marginalizados teriam melhores possibilidades de florescimento. Esta prática de fazer-mundo composta pela *SF*, que se enxerga enquanto aberta, se encontra com a compreensão de Massey sobre esse espaço composto por estórias “até agora” ou “*so far*”. E é nesta não fixidez do que foram e são os espaços, os corpos, as subjetividades, que se abrem possibilidades imaginativas e especulativas acerca de qual mundo/ciência/espaço/cidade se intenta produzir.

A *SF* é método de produção de conhecimento pois diz respeito a uma forma de se estar e existir no mundo, de acordo com Haraway. Neste sentido, *SF* é feito um jogo de cama de gato, no qual fios/estórias vão sendo passados de um lado para o outro, de mão em mão; enquanto se enredam, deixam cair os meandros, somente às vezes encontrando algo que faça um pouco mais de sentido. Nesses encontros, por vezes acidentais, acontecem espelhamentos tal qual o de Massey com Haraway e suas insistências no “aqui e agora” (*so far*). Compondo uma compreensão de mundo e espaço que se enxergam enquanto “interseção de trajetórias, uma reunião de narrativas, um encontro de diferentes acontecimentos” (FRANZONI, 2018, p.50). Advogando, acima de tudo, por uma existência relacional que entenda mundo/espaço enquanto entidades vivas, não-inertes e não-passivas.

Convido a *SF* como método de visualização para esta pesquisa pois esta convida novas técnicas narrativas capazes de se opor – mesmo que tênue e provisoriamente – aos

apagamentos e silenciamentos das estórias com as quais se busca engajar. E assim, antes de adentrarmos as estórias centrais deste trabalho, faço um último convite. O último nó no enredo metodológico que está se tentando soldar aqui.

### *Conceição Evaristo e dispositivos ciborgueanos de visualização*

Para que esta metodologia seja possível, peço licença às personagens do livro *Becos da memória*, de Conceição Evaristo, para que me auxiliem a construir essa estória. Dentre tantos (ou talvez não muitos) livros que poderia escolher, a escolha desse específico se dá acerca de um ponto específico. O enredo de *Becos da memória* se solidifica a partir da experiência pessoal de Conceição com o desfavelamento da comunidade onde cresceu em Belo Horizonte, Minas Gerais; a favela de Pindura Saia. Por esse motivo, a autora, através da narradora Maria-Nova, costura uma estória no qual a ameaça de remoção se faz próxima, e as personagens, conversas e relações, apesar de não girarem ao redor disto, existem com e apesar de tal futuro.

O romance memorialista *Becos da memória* foi escrito em 1988 mas publicado somente em 2006, após o sucesso do romance de estreia de Conceição Evaristo, *Ponciá Vicêncio*. O livro é baseado em uma redação escrita por Conceição em 1968, enquanto esta cursava o Ensino Fundamental, e que foi publicada pelo jornal Diário Católico de Belo Horizonte. A redação “Samba-Favela”<sup>27</sup> reúne algumas memórias e sentimentos da autora referente aos anos nos quais morava em Pindura Saia. No prefácio de *Becos da Memória*, Evaristo escreve como esta redação, predecessora do livro por tantos anos, já carregava em si as sementes do que viria a se tornar o romance em questão; e, em especial, da técnica de escrita pela qual esta é conhecida atualmente.

Conceição Evaristo, que vem ganhando notoriedade na cena literária nacional e internacional na última década, é famosa pelo que ela denomina ser *escrevivência*. De acordo com a autora, a *escrevivência* é uma forma de con(fundir) narradora e personagem, evocando através de uma Outra que também é “o si”, as memórias, lembranças e vivências de uma vida. Através deste livro, a autora busca se confrontar com memórias que são tanto vivas, quanto esfaceladas – pelo tempo, pela remoção, pelo resíduo gerado por ambos. Assim, a

---

<sup>27</sup> Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/conceicao-evaristo/becos-da-memoria/>

*escrevivência* é uma técnica para se aproximar de memórias incertas, mas fundadas em alguma espécie de realidade – seja vivida, emocional ou ancestral.

É neste sentido que a escolha da obra de Conceição como fio condutor desta pesquisa se dá acompanhada do reconhecimento e valorização da própria trajetória de vida da autora. Conhecer a trajetória de Conceição foi fundamental para entender os seus escritos, como também, para visualizar as múltiplas conexões que se fazem possível entre o universo da autora e as problemáticas deste trabalho. Conceição, que nasceu em 1946 na cidade de Belo Horizonte, viveu na favela de Pindura Saia até que esta fosse removida em 1971. Dois anos após a remoção de sua família, já em 1973, Conceição mudou-se para o Rio de Janeiro, onde assumiu a posição de professora em uma escola municipal.

No Rio, Conceição já está há mais de quarenta anos. Sempre mudando de casa – ao menos vinte mudanças, diz a autora – em busca “talvez, desse espaço original” que lhe foi tirado. Em suas viagens para Belo Horizonte, diz sempre voltar para o local onde era a favela, visita que desperta nela a sensação recorrente de ter sido traída pela cidade,

“na medida em que eu não reconheço mais onde era a minha casa, onde meu umbigo tá enterrado. Não só o meu, como o de todos os meus irmãos porque todos nasceram aqui e minha mãe tinha por hábito de enterrar os umbigos dos nenéns debaixo da terra. Aliás, é um hábito também ancestral africano. Então, voltar aqui, e procurar reconhecer esse espaço, e ao mesmo tempo estar tão viva a memória da minha infância, da minha adolescência, dos vizinhos ao entorno, e perceber esse espaço tão diferente; e que a gente não pode fazer nada quando houve o plano de desfavelamento.”

Nas personagens do livro *Becos da Memória*, percebe-se emoção e vivência semelhante às de Conceição Evaristo. Cada um de seus livros traz uma espécie de memória específica, seja sobre a trajetória de sua família ou até mesmo das cidades nas quais já habitou. Seu objetivo com a *escrevivência* seria não deixar nenhuma memória de fora, mas como isso se faz impossível, novas memórias são criadas a partir da ficcionalização. A memória, para Conceição, é o espaço possível e necessário para a resistência. Esta, escreve:

“Tenho dito que *Becos da memória* é uma criação que pode ser lida como ficções da memória. E, como a memória esquece, surge a necessidade da invenção. Também já afirmo que invento sim e sem o menor pudor. As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode

a invenção. Nesse sentido venho afirmando: nada que está narrado em *Becos da memória* é verdade, nada que está narrado em *Becos da memória* é mentira. Ali busquei escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade. Na base, no fundamento da narrativa de *Becos* está uma vivência, que foi minha e dos meus. Escrever *Becos* foi perseguir uma *escrevivência*.” (EVARISTO, 2018, p. 9)

Assim, a narradora de *Becos*, Maria-Nova, serve como espelho para as palavras do prefácio recortadas acima. Maria-Nova é observadora e absorvedora do seu entorno. Existe cultivando o sonho e o desejo de tudo documentar para um dia (re)contar. “Um dia, não se sabia como, ela haveria de contar tudo aquilo ali. Contar as histórias dela e dos outros. Por isso ela ouvia tudo tão atentamente. Não perdia nada”<sup>28</sup>. Gosto de pensar, especular, o quanto de Glória<sup>29</sup> existe em Maria-Nova, o quanto de Maria-Nova existe em Glória, e o quanto de ambas existem em Conceição. Estariam todas escrevendo a partir da *herida*? Compartilhando, cada qual a sua maneira, desta necessidade da escrita, da contação de estórias enquanto ferramenta “de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia”<sup>30</sup>

Maria-Nova será a nossa porta de entrada nas estórias aqui (re)produzidas. Esta será a cola<sup>31</sup> de estórias retalhadas e espalhadas, contadas agora com a ajuda de uma narradora-participante – em contraposição a uma observadora-participante-, se assim pudermos pensar. Por via de sua *escrevivência*, fusão de personagem e autora, confusão de fronteiras entre realidade e ficção, Maria-Nova/Conceição Evaristo ocupam, nesta pesquisa, o lugar/identidade de escritoras *ciborgues*, essas que usam a narrativa como forma de disputar o sentido do mundo.

Ao acaso da leitora ainda não ser familiarizada com o termo, ciborgues são entidades híbridas: “uma matéria de ficção e também de experiência vivida” (HARAWAY, 1991, p.36). Em especial, ciborgues podem ser a “ficção que mapeia nossa realidade social e corporal” (HARAWAY, 1991, p.36) como via para a transformação histórica. Assim, o hibridismo ciborgueano de Conceição/Maria-Nova junta-se à tantas outras já presentes nas delimitações

---

<sup>28</sup> Em: *Becos da Memória*, 2018, p. 28.

<sup>29</sup> Glória Anzaldúa.

<sup>30</sup> *Becos da Memória*, 2018, p. 187

<sup>31</sup> No prefácio do livro “O Manifesto Contrassexual”, de Paul Preciado, Jack Halberstam escreve: “all that is solid has been glued together in this world”. Em tradução livre, o autor diz que tudo que é sólido, assim o é pois suas partes foram coladas juntas. A frase, trocadilho com o título de um outro livro célebre “All that is solid melts into air”, de Marshall Berman, faz referência à fragilidade e incoerência da realidade social construída.

deste trabalho: Haraway, Anzaldúa, Massey; em um construir metodológico que intenta se aproximar de um fazer mundo/pesquisa/estória/espaco/cidade especulativo/real. Um experimento, uma via, para se ir além da crítica da História enviesada/mutilada e se imaginar/fabular passados *outros*.

Assim, nossa guia será Maria-Nova, e as personagens serão muitas: Vó Rita, Tio Totó, Maria-Velha, Negro Alírio, entre outros. Através destas, visualizarmos as estórias que constituíram a remoção da Favela da Praia do Pinto. Pretende-se, a partir do entrecruzamento das estórias das personagens com os relatos coletados na pesquisa documental: i) construir o que vem sendo chamado aqui de uma especulação fabulativa das remoções no Rio de Janeiro ao longo dos anos 1960; assim como, ii) dialogar com o campo histórico e discursivo do *remocionismo* enquanto produto(r) de espaços e subjetividades urbanas.

No mais, em uma nota importante, a leitora pode estar se perguntando como uma estória que se passa em Belo Horizonte pode funcionar para contar outra estória sobre o Rio de Janeiro? Em relação a isto, digo que me apoio nas possibilidades de abertura da *SF* enquanto método para trazer a parte fabulativa presente na ficção científica como apoiadora dos deslocamentos aqui realizados. Esta pesquisa é, em múltiplos sentidos, composta por deslocamentos – seja a nível material, no que busca falar sobre deslocamentos forçados em um contexto urbano; ou seja a nível teórico, nos deslocamentos onto-epistemológicos que este trabalho adota para se constituir. Assim, seguimos, de forma fantástica, o próprio deslocamento de Conceição Evaristo, de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, em uma temporalidade similar, mas não replicada e criamos esta estória com a ajuda dos depoimentos criados e coletados por Conceição.

Por ora, arrisco dizer que temos o possível para nos aproximarmos dos enredos a seguir.

## Capítulo II | “É modernidade, é moralismo...é tanta coisa junta”

*“Não são as favelas que devem ser urbanizadas, e sim, os favelados”*

Sandra Cavalcanti

*um início*

Nossa estória pode ter começado em 1918, assim como pode ter sido alguns anos antes ou mesmo depois<sup>32</sup>. Apesar de não se saber ao certo quando, sabe-se que se tratava de um imenso areal. Este, contornava toda a enseada da Zona Sul do Rio de Janeiro, do Arpoador até o início da atual Av. Niemeyer, se estendendo para dentro do continente e esbarrando – ponto que nos interessa aqui – em um outro corpo de água. A chamada Lagoa Dourada, atual Lagoa Rodrigo de Freitas, recebia a areia que vinha desde a praia e constituía ali uma outra praia. Contam os relatos que a areia branca era coberta de cajueiros e pitangueiras e ouvia-se, desde o Leblon, os agudos gritos dos patos da Lagoa.



Fonte: Museu Aeroespacial

---

<sup>32</sup> Digo isso pois a única “comprovação” de início da Praia do Pinto que encontrei ao longo da pesquisa foi a reportagem “Praia do Pinto acaba e deixa Ipanema que ajudou a construir”, do Jornal do Brasil, publicada no dia seguinte ao grande incêndio que extinguiu a favela (10 05 1969). Esta matéria conta a história do Sr. Manuel de Jesus, que teria sido um dos pioneiros da Praia do Pinto.

O vasto areal era acessado, por via de transporte, unicamente pela linha 11 do bonde, a Jardim-Leblon. Este, vinha da cidade, pelo Jardim Botânico, de hora em hora. Passava pelo Humaitá em dois trilhos de ida e volta, até alcançar o Largo da Memória, atual Rua Conde de Bernadote, onde acabava um dos trilhos. Os bondes prosseguiam, então, em um só par de trilhos até o ponto final, na altura da antiga Rua do Pau, atual Rua Dias Ferreira. Os trilhos paravam, pois, a ponte do Jardim de Alah ainda não existia, esta só seria construída em 1938 (Ver imagem acima)<sup>33</sup>. O que havia na época era um canal natural, que ligava a praia à Lagoa. No canal, por sua vez, existia uma enorme pedra conhecida como pedra do Baiano, cuja quebra parcial foi o primeiro emprego do pedreiro Sr. Manuel de Jesus Gonçalves no Rio de Janeiro.

Jesus, como era conhecido, saiu do Rio Grande do Norte “resolvido a ser marinheiro”. Chegou no Rio com 19 anos, após uma longa viagem pela Europa no barco de um francês. Depois de trabalhar na quebra da pedra do Baiano, foi encontrar emprego na construção do Jockey Clube, na freguesia da Gávea. Jesus, acompanhado de muitos outros, foram atraídos pelos “fabulosos salários”: cinco mil réis para as funções de comando, e 2 mil réis para os trabalhadores braçais. Não tendo onde morar, os trabalhadores foram concedidos licença para construírem barracos no vasto terreno do Jockey: “fomos montando nossos barracos com caixotes de cimento (na época eram vendidos em caixas de madeira, e não sacos de papel) e cobrindo com latões de querosene.”, diz Jesus ao Jornal do Brasil<sup>34</sup>.

Foram três anos de obras, “em um sol abrasador e em frio gelado”. Ao fim da construção, quando subiriam os muros do Jockey, as casas construídas no local foram demolidas e os trabalhadores expulsos, sem indenização, remarca Jesus, “porque na época não havia leis trabalhistas.” Sem saberem ao certo para onde ir, coletaram os seus pertences e foram em direção ao “areal bonito em frente a lagoa”. Começava-se também, na época, a construção de Ipanema, que acabou absorvendo muito dos antigos trabalhadores do Jockey e atraindo mais moradores para a região da então Praia da Lagoa. Diz, Jesus, que não sabiam estar construindo uma favela.

---

<sup>33</sup> Na foto acima já se percebe o loteamento do bairro do Leblon, e o limite entre os bairros Leblon e Ipanema, isto é, o canal do Jardim de Alah. Tal canal já pode ser visto na imagem, ligando a Lagoa Rodrigo de Freitas à Praia do Leblon. Na parte central da imagem é possível ver o Jockey Clube, referenciado ao longo do texto. E na beira da Lagoa, próximo ao Jockey, é possível ver a favela da Praia do Pinto, já bastante expandida.

<sup>34</sup> Jornal do Brasil, 10 05 1969.

A favela da Praia do Pinto, antes de ser a maior favela do Leblon, foi composta por três pequenos núcleos. A favela Praia-Mar se misturava com a praia do Leblon e adentrava o bairro até a atual Praça Antero de Quental; a favela do Meio era localizada no antigo Largo da Memória, no encontro entre a rua Dias Ferreira e a Avenida Bartolomeu Mitre. A favela da Praia da Lagoa, conhecida historicamente enquanto a favela da Praia do Pinto, foi a que mais cresceu e abocanhou as outras na redondeza. Esta trocou de nome devido a um deboche corriqueiro, vindo dos moradores da favela Praia-Mar, que se orgulhavam da faixa de areia que os cercavam e faziam graça da praia da Lagoa:

- “Estes são da praia onde os pintos tomam banho”, diziam os moradores da faixa de areia superior.

- “São os da praia dos pintos”.

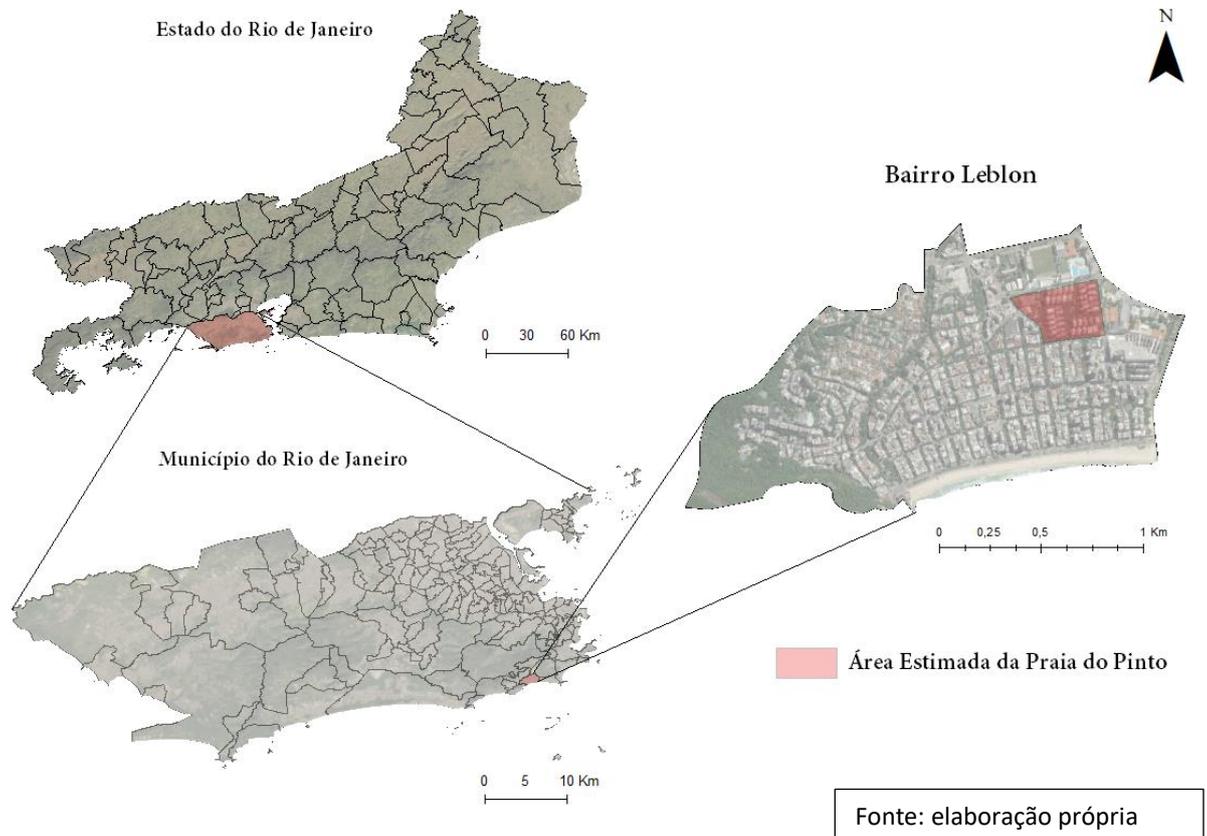
E assim nasceu o nome.

### *um quilombo*

Evitar disputar uma origem certa faz parte da metodologia ciborgueana já mencionada anteriormente. O ciborgue, entidade híbrida que é, não integra nenhuma narrativa “que faça apelo a um estado original, uma “narrativa de origem”: é a possibilidade irônica de uma realidade não teleológica (HARAWAY, 2011, p. 38). Desta forma, trago esse ponto “ii” como história inicial complementar ao ponto “i”. Pois, por não podermos ao certo afirmar que a estória acima tenha sido o início da favela da Praia do Pinto, tampouco poderemos afirmar que a estória que segue o foi. No entanto, julga-se a co-presença de ambas no contexto desse trabalho algo fundamental: artefato metodológico que serve ao propósito da (con) fusão de fronteiras e narrativas propostas tanto por Conceição Evaristo, quanto por Donna Haraway, em suas elaborações teóricas.

Digo isso, pois além do território de nossa estória se tratar de um vasto areal, que foi aos poucos sendo aterrado, se trata também do atual bairro de elite conhecido como Leblon. A leitora, a depender de sua proximidade com os contos que se contam da cidade do Rio de Janeiro, talvez já tenha ouvido dizer que o bairro do Leblon, que hospeda a nossa estória, assim carrega esse nome devido a longínqua existência de um certo Francês conhecido como Le Blond, “o loiro”. Esta seria, pelo menos, a estória que se passa e esvai por dentre brancas

mãos, as mesmas que hoje habitam o bairro com um dos metros quadrados mais caros da cidade, localizado no mapa abaixo.

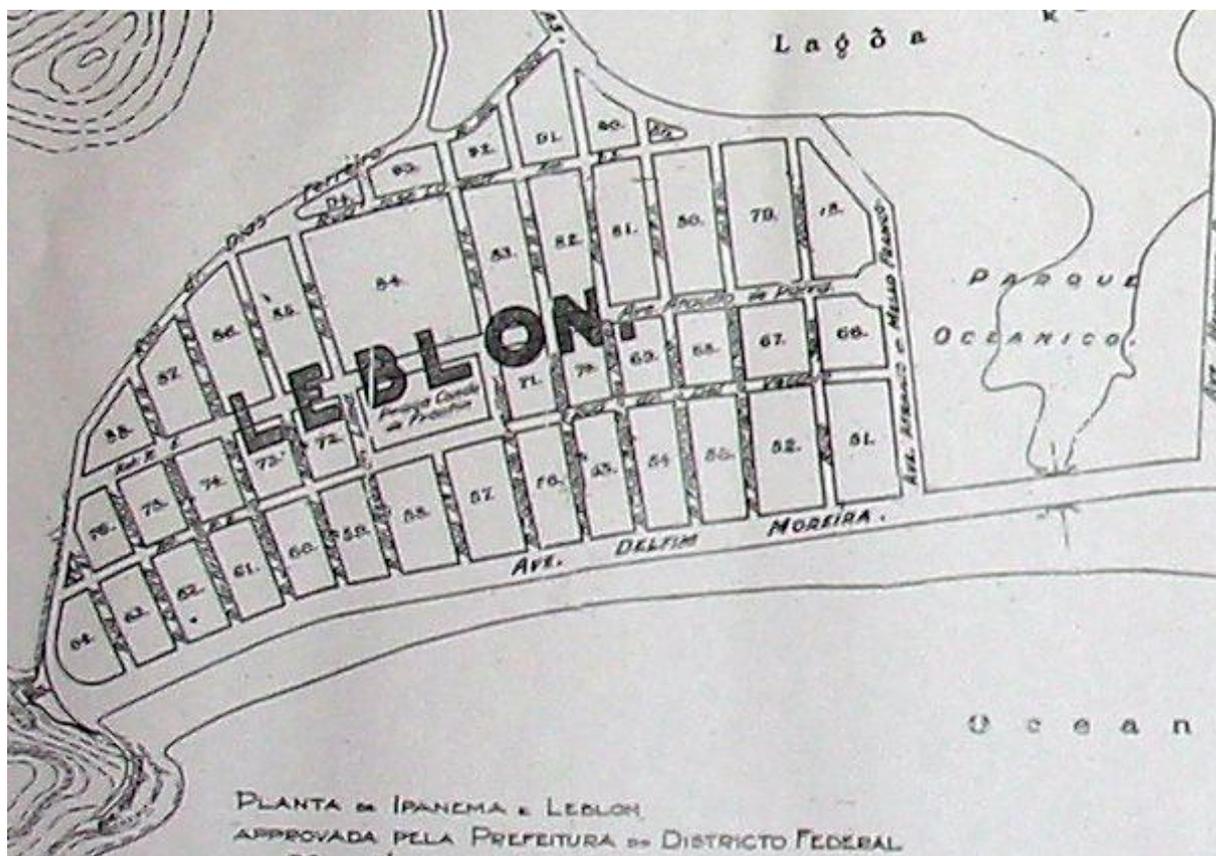


O que pouco parece se lembrar, seja via oralidade ou seja via os textos acadêmicos já escritos sobre o bairro e a sua história, é que ali, nesse mesmo bairro, existiu um dos mais importantes quilombos-abolicionistas sudestinos: o quilombo Leblon. Se o fio condutor deste trabalho fosse outro, a escolha de não mencionar esse pedaço da história poderia ter sido feita. Poderia, assim como muitos outros trabalhos o fizeram, soltar o fio que segura essa narrativa. Porém, é Maria-Nova a nossa guia, suas observações e pontuações em *Becos da Memória*; título-metáfora que se refere ao território da favela descrita pela personagem, ao mesmo tempo que engloba, também, as sinuosidades da própria História Hegemônica<sup>35</sup>,

<sup>35</sup> Encontrei, ao longo deste trabalho, uma dificuldade metodológica. A indecisão de como entender as diferenças entre história e estória, sem cair em dualismos ficção vs. realidade, aposta central desta pesquisa. Decidi, então, assim como adoto a sujeita desta pesquisa enquanto feminina, chamar todas as histórias de estórias. Quando me refiro à História enquanto instituição hegemônica organizadora do tempo da humanidade (vamos usar esta explicação), escreverei em letra maiúscula, compreendendo-a enquanto isto: uma instituição.

repleta de becos eclipsados pelas largas ruas das narrativas “todo-envolventes”. É o acompanhamento de Maria-Nova por dentre os becos e ruelas de sua estória que nos leva ao ponto “ii” deste capítulo; do qual pouco se sabe, mas alguma coisa já foi dita.

Em 1881, José de Seixas Magalhães, português imigrado, herdou duas grandes chácaras no Leblon. Uma, na altura da atual Rua Dias Ferreira, indo de encontro com a beirada da Lagoa Rodrigo de Freitas; e a outra, denominada Sítio do Céu, localizada nas colinas do bairro, conhecidas atualmente como o Alto Leblon. Nesse mapa da Antiga Construtora de Ipanema para o loteamento do bairro, podemos ver, à extrema esquerda, a Rua Dias Ferreira, antiga Rua do Pau, conectando o Leblon à Gávea, e marcando o limite entre o “Baixo Leblon” e o “Alto Leblon” ou a área do Sítio do Céu.



A palavra história, como já exposto no capítulo anterior, carrega em si o pronome masculino (em inglês) “his” e mesmo que esta dissertação seja escrita em português, é uma disputa com a qual eu concordo e adoto para o meu trabalho também. Já estórias, para mim, são tudo. São contos, são experiências vividas, é a vida que se conta com todas as suas ficcionalidades, é uma aposta de que a ficção e realidade são co-constituintes e se apresentam, em maior ou menor grau, como indissociáveis.

Em nossa estória, não surpreende que o personagem latifundiário se localize, no mínimo, em uma posicionalidade ambígua, esta que o faz unido à nacionalidade colonizadora por nascença. A ambiguidade se expande ao prezarmos pela historicidade, e sabermos que a estrutura quilombola, o *kilombo* (em bantu), nasceu permeado na/pela relacionalidade entre etnias africanas bantu, em especial os jaga, e as invasões portuguesas do reino do Congo<sup>36</sup> (NASCIMENTO, 2014). Silva (2003) conta que tal português de “ideias avançadas”, fabricante de malas e objetos de viagem, teria herdado tal área equivalente a dois milhões e setecentos mil metros quadrados.

Seixas, como era conhecido, logo dividiu o terreno em um contrato de sociedade com um norte-americano conhecido pelo nome de Richard Cutts Shanon. A escritura de venda das terras registra que a intenção dos novos latifundiários teria inicialmente sido a transformação do Leblon em um empreendimento imobiliário, que tornasse a área em um “balneário, casa de saúde e hipódromo” protegido pela privacidade quase rural do Leblon no período. A chácara do alto Leblon, era, afinal, um local exótico, “cortado por um riacho, sussurrante entre seixos e taiobas, com magnífica fonte de excelente água potável, com variada plantação de árvores frutíferas” (SILVA, 2003, p. 104).

Tal pretensão se choca com o que de fato aconteceu, pois a área do Sítio do Céu, também conhecida como a Chácara do Céu, hospedou desde 1881 o revolucionário quilombo abolicionista em questão. Conta Silva (2003) que o português, bem conectado que era com membros proeminentes da Confederação Abolicionista<sup>37</sup>, mantinha inclusive boas relações com o imperador, e conseguiu manter de forma oficial o funcionamento do quilombo, tendo muitas das investidas policiais feitas contra o quilombo serem esquecidas por ordem direta do trono. A relação com a monarquia se dava em grande parte via o fornecimento de uma rara espécie de flor, cuja plantação se fazia abundante no quilombo e escassa em outros sítios da cidade – as camélias. Por tal motivo, o quilombo Leblon frequentemente é referido pelo nome de quilombo das Camélias.

---

<sup>36</sup> De acordo com Beatriz Nascimento, a etnia jaga introduziu a instituição revolucionário do kilombo, em Angola, por volta de 1560. Para uma leitura mais aprofundada sobre as práticas originárias do quilombo no continente africano e as suas manifestações no Brasil, ver: Nascimento (1980).

<sup>37</sup> Dentre os membros mais conhecidos da Confederação Abolicionista estão o jornalista José de Patrocínio, João Clapp, André Rebouças. Diz Eduardo Silva, que a Confederação funcionava a partir da sala de redação da Gazeta da Tarde, jornal abolicionista dirigido por Patrocínio.

De acordo com Silva (2003), um quilombo abolicionista teria características diferentes do que ele chama de quilombo tradicional. Estes últimos teriam constituído grande parte dos quilombos espalhados pelo território brasileiro ao longo dos séculos escravagistas, e eram, em sua maioria, compostos por uma população escravizada fugitiva. Esta modalidade de quilombo teria sido, de acordo com Clóvis Moura (2014), “a unidade básica de resistência (...) em qualquer região em que existia a escravidão” (MOURA, 2014, p. 87). Também chamados de quilombos-resistência ou quilombos-rompimento por Adrelino Campos (2010), estes se caracterizaram por “proteger seu dia-a-dia, sua organização interna e suas lideranças de todo o tipo de inimigo” (CAMPOS, 2010, p. 109).

Por outro lado, o quilombo abolicionista buscaria uma estratégia diferente de sobrevivência que não se alinha com o existir escondido, remoto, “e tem na boa localização uma de suas características mais marcantes” (SILVA, 2003). São estruturas que fazem uso da rede de transportes urbanos e comunicação, e a utilizavam como forma de transitarem – corpos e ideias – pela cidade. Assim, os quilombos abolicionistas, seja o do Leblon ou da Jabaquara no porto de Santos, funcionariam quase como *locus* de encontro e propagação dos ideais abolicionistas. Estes, seriam responsáveis por criar uma “nova forma de resistência, cujas lideranças são muito bem conhecidas, cidadãos prestantes, com documentação civil em dia e, principalmente, muito bem articulados politicamente.” (CAMPOS, 2010, p. 110).

O livro de Silva, porém, pouco se aprofunda nas especificidades do quilombo Leblon, focando em geral nas atividades abolicionistas lideradas por Seixas, Ruy Barbosa e a Confederação Abolicionista. O livro termina com a Abolição da escravatura e deixa a leitora confusa – curiosa – acerca do que pode ter vindo depois. Teria o quilombo Leblon se dissolvido com a assinatura da Lei Áurea? Que destino tomaram os que ali moravam? O que aconteceu com as terras de Seixas – vendeu-se, herdou-se, ocupou-se? São perguntas que ficarão sem resposta nesse trabalho, mas que serviram ao menos como provocação reflexiva.

O que pode-se pensar, possivelmente, é em uma espécie de *continuum*, conceito presente tanto na teoria e ficção de Conceição Evaristo, quanto nos escritos acadêmicos de Beatriz Nascimento. Uma ideia de continuidade descontínua, da qual Conceição lança mão para interpretar as obras de literatura afro-brasileira escolhida por ela em sua tese de doutorado, ao mesmo tempo que se faz presente de diversas formas na obra-guia desta pesquisa, *Becos da Memória*, como veremos mais a frente. Acerca da observação de Conceição sobre as obras estudadas em seu doutorado, esta identifica como na ficção dos

autores escolhidos “pode-se afirmar que o *continuum* de uma africanidade na diáspora vai ser possibilitado pela força da memória coletiva que, mesmo rasurada, permite ao africano e a seus descendentes a manutenção de um patrimônio simbólico herdado do continente.” (EVARISTO, 2011, p. 31).

De forma similar, mesmo que diferente, Beatriz Nascimento<sup>38</sup> utiliza a ideia de *continuum* para sugerir que os quilombos não terminariam, simplesmente, com a Abolição. De acordo com a autora, um quilombo não se caracteriza apenas enquanto uma organização espacial, territorial, e sim, como uma histórica instituição política e social. Assim, *quilombo*, em sua origem e prática angolana, seria o próprio indivíduo, o território, a casa sagrada onde aconteciam rituais de iniciação (NASCIMENTO, 2014). Beatriz, quando perguntada se o fim da escravidão no Brasil representaria o fim dos quilombos, explica:

“Entendendo o quilombo como a história do negro, você tem que ver dentro da perspectiva de continuidade histórica que sempre existe, essa história não pode ser acabada a partir do momento em que a repressão acaba. Então se se entende o quilombo como uma sociedade de negros, você não pode de repente porque deixaram de reprimir o quilombo a nível de repressão armada, como foi nos séculos passados, que isso tenha desaparecido. Se os homens negros desde o século XVI se reúnem nesse tipo de organização, eles devem se reunir ainda hoje nesse tipo de organização. E por outro lado, na minha pesquisa, tenho visto que em relatório de polícias, principalmente do Rio de Janeiro, você encontra regiões de ex-quilombos onde hoje ainda são favelas no Rio de Janeiro (...)”<sup>39</sup>

Para a historiadora, a máxima acerca do quilombo é de que “quilombo não morre”, o que pode ter “morrido” são as narrações acerca da existência e importância de tais instituições no contexto de uma “história escrita por mãos brancas”, como acusa Nascimento.

---

<sup>38</sup> Nascida Maria Beatriz do Nascimento em Aracaju, Sergipe, Beatriz foi uma pesquisadora, teórica, poetisa e militante do movimento negro brasileiro. Fez bacharelado em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde estagiou no Arquivo Nacional. Ao longo de sua carreira profissional, lecionou na rede estadual do Rio de Janeiro. Foi narradora e uma das roteiristas do documentário *Orí*, no qual discute alguns dos pontos principais de sua pesquisa acadêmica. Beatriz morreu em 1995, vítima de feminicídio, ao ser assassinada por tiros vindo do marido de uma amiga que lhe havia relatado a violência doméstica que sofria nas mãos deste. Beatriz fez contribuições teóricas que estão sendo desenvolvidas até os dias de hoje, tendo sido precursora de um pensamento progressista crítico acerca de como a população negra era tratada e representada historicamente na produção de conhecimento brasileiro. Trago para o diálogo desta dissertação a teoria de Beatriz como forma de reafirmar os pressupostos metodológicos deste trabalho: importa a partir de quais histórias construímos outras histórias.

<sup>39</sup> Disponível em: “Beatriz Nascimento- “a história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas” <https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c>

E ainda, para a autora, “quilombo é história”<sup>40</sup>, o que significaria que quilombo é movimento, é processo inacabado, é “até-agora”, nos termos mencionados no capítulo anterior. Proposição que, de alguma forma, se alinha com a visão de mundo do mito ciborgueano: o quilombo da teoria de Nascimento se afasta de uma temporalidade finita<sup>41</sup>, e neste sentido, de um caminhar teleológico. Proposição que talvez abra possibilidades para pensar em alguma qualidade de continuidade entre quilombo e favela<sup>42</sup>, e também, entre quilombo Leblon e favela da Praia do Pinto.

Nessa nota, digo que embora não seja o intuito deste trabalho se aprofundar nas discussões sobre quilombo, suas definições e particularidades<sup>43</sup>, essa seção existe pelo o que já foi mencionado anteriormente. Não se poderia não falar sobre ele. Até agora, não se sabe se o quilombo Leblon teria ou não se transmutado<sup>44</sup> em Praia do Pinto, mas sabe-se que

---

<sup>40</sup> “Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível duma simbologia (...). Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito *ao espaço que ocupo na nação*.” (NASCIMENTO\_apud\_RATTS, p. 59, grifo meu)

<sup>41</sup> Por não saber de que outra forma colocar esta observação, digo isso: em uma das revisões deste capítulo, Júlia, co-orientadora desta pesquisa, fez uma importante observação. Em alguns momentos, posso confundir finitude com teleologia, porém, é sabido que a materialidade é finita, a vida é limitada e precária, e nos conformamos e vivemos com e através das nossas finitudes. O que quero dizer aqui com a ideia de um possível continuum do quilombo, é que estes eram múltiplos, compondo uma multiplicidade de estórias e existências e experiências e especificidades que não se esgotaram em um dado momento Histórico arbitrário. Existe o que perdura, o que escapa ao Fim, e é nesse sentido que compreendo a fala de Beatriz Nascimento.

<sup>42</sup> Sugiro a relação quilombo-favela como importante para este trabalho devido à existência do quilombo Leblon no bairro onde mais tarde encontrou-se a favela da Praia da Pinto. Apoio essa sugestão com a teoria de Beatriz Nascimento, que sugere que tal relação entre quilombo e favela seja possível, mas não posso deixar de mencionar uma outra relacionalidade que aparece na literatura sobre favela e na própria literatura e produção acadêmica de Conceição Evaristo, isto é, a relação entre senzala e favela. Em *Becos da Memória*, por exemplo, vemos a personagem Maria-Nova fazer a relação entre favela e senzala mais de uma vez ao longo do romance. No entanto, para Evaristo, a senzala e, portanto, a favela se aproximam de uma ideia de gueto, ou seja, espaço para qual uma população foi relegada. De acordo com Evaristo, “distingo ainda quilombo de senzala, pois a resistência é um espaço autoconstruído, enquanto a senzala, área demarcada como o gueto, guarda um sentido de espaço que se constitui cercado pela imposição do outro. Entretanto, a senzala subverte também a extensão do mando, na medida em que é a oposição da casa-grande, constituindo-se em um polo ameaçador” (EVARISTO, 2011, p. 49). Mais uma vez, digo que a sugestão de conexão entre quilombo e favela surge, neste trabalho, no contexto específico da possível conectividade entre Leblon e Praia do Pinto, e não tem pretensão de adentrar os numerosos debates acerca das relacionalidades quilombo-favela ou senzala-favela. Embora essas relacionalidades tenham sido trazidas para a minha atenção durante a trajetória de pesquisa para a escrita dessa dissertação, é um tema que me desperta grande interesse e no qual gostaria de me aprofundar em um momento futuro.

<sup>43</sup> Acerca de tais discussões, ver: Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento, Clóvis Moura.

<sup>44</sup> A “continuidade” quilombo favela é defendida pelo geógrafo carioca Adrelino Campo (2010) como sendo algo situacional, contingente e relacionado às relações sócio-político-econômicas do contexto pós-Abolição. Dessa forma, a relação quilombo-favela poderia ser lida enquanto parte das atualizações ocasionadas pela instauração

ambos existiram tanto em temporalidades quanto em localizações próximas. Isso, apesar de não ser suficiente, pode ser um início para uma ficção especulativa comprometida com a racialização das narrativas urbanas.

No mais, querida leitora, o que me é possível aprofundar nesse momento, é na relação dessa ideia de *continuum* como central a este trabalho.

### *ruminações (dois): continuum*

Se o primeiro capítulo dessa dissertação propõe a ideia de palimpsesto, o segundo propõe a ideia de *continuum*<sup>45</sup> – não enquanto ‘mesmo’, mas enquanto similares, facetas de uma dinâmica experiencial comum. Pois se cavarmos fundo o suficiente, talvez encontremos que o tema deste trabalho, digo, o tema pueril e imaterial, reside na ideia de continuidade. Continuidade descontínua, como já proposto anteriormente. Ou aquela continuidade presente na incompletude, como exposto pela frase de Rosana Paulino que atua como um dos fios condutores deste trabalho: *o apagamento também é da ordem da incompletude*. Isto é, o ‘excesso’ que escapa e por isso perdura, continua, mesmo que diferente.

Como já mencionei anteriormente, em uma das versões incompletas desta dissertação, escrevi sobre o *continuum* sem saber que estava escrevendo sobre ele, ou pelo menos, escrevi sobre ele sem entender por que escrevia sobre ele. Agora isso se tornou um pouco mais evidente. Escrevi que: *A ideia do fundo/acúmulo é importante para esta pesquisa, cujo temática central trata-se de processos remocionistas pois, muito frequentemente, ao pensar-se em remoções, e em especial, remoções de estruturas concretas, evoca-se o imaginário do fundo, isto é, daquilo que um dia existiu por debaixo do que hoje é a superfície. E por mais que às vezes, de fato, sobre resquícios concretos do que um dia já foi, não é a falta de escombros que indica a ausência de um processo de remoção.*

---

de um novo modo de governo, isto é, a República. Para ele, nesse novo arranjo político, a favela ganharia status de espaço quilombola transmutado. Assim, “a favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para a sociedade escravocrata. Um e outro, guardando as devidas proporções históricas, vêm integrando as “classes perigosas”: os quilombolas por terem representado, no passado, ameaça ao Império; e os favelados por se constituírem em elementos socialmente indesejáveis após a instalação da República.” (CAMPO, 2010, p.64)

<sup>45</sup> Circunscrevo a qualidade de continuum com o qual trabalho, isto é, a continuidade descontínua, pois a ilusão de continuidade linear também é um dos Projetos unificadores.

‘O imaginário do fundo’, neste sentido, representaria o ‘passado’, o que haveria ocorrido em tempos outros que, de acordo com uma compreensão temporal linear, se esgotou, se encerrou, foi extinto. No entanto, nem tudo se apaga, nem tudo se destrói, nem tudo se remove. O tempo, que também é espaço, não opera de forma linear. O que continua é o excesso inescapável do que as remoções – ou nesse sentido, as próprias relações que ‘organizam’ e constituem o social— não teriam conseguido extinguir. Excesso que pode ser representado seja por um pedaço de azulejo que restou de uma casa demolida, ou pelas próprias vidas, e histórias, de pessoas que foram removidas. O *continuum* existe em correlação com esse excesso, muitas vezes se (con)fundindo com ele. Assim, entendo cada vez mais que essa pesquisa lida com múltiplos *continuums*: não somente as remoções, como também as histórias, as relações sociopolítico-econômicas, que se (re)atualizam e se materializam de formas diversas, e os espaços que são criados por, ao mesmo tempo que criam, essas relacionalidades.

Ainda, percebo o *continuum* enquanto elemento central dessa pesquisa em mais dois momentos: na metáfora inicial que abriu o trabalho, e no próprio romance de Conceição que guia este escrever. A metáfora, é aquela do jogo da cama de gato, a ideia de que a História possa ser: histórias que vão sendo passadas, transpassadas, amarradas, soltas, esquecidas, recuperadas, soltas novamente, criando, a cada encontro e desencontro, novas formas e novos padrões. E, no caso do romance de Conceição Evaristo, que nos mostra que tanto através de sua forma, quanto através de sua substância, existem *continuums* em operação. Nesse caso, mais um exemplo de como a forma é parte integrante do conteúdo.

Na construção de *Becos da Memória*, Conceição optou por oferecer à leitora uma escrita de fragmentos. Assim, o que se lê são pedaços de memórias e histórias que vão e que voltam no tempo, que vão e que voltam na própria história das personagens. Se estamos lendo em uma página um fragmento que fala sobre o Tio Totó, logo em seguida estaremos lendo um fragmento de Vó Rita ou de Maria-Velha. Dessa forma, Evaristo vai costurando as histórias de uma personagem com as histórias das outras, ao mesmo tempo que conecta estas com a história da favela, e vice-versa, indo e vindo, se perdendo e se encontrando por dentre os inúmeros becos de sua narrativa. Atuando, me parece, como uma versão literária do jogo da cama de gato.

Ao mesmo tempo, o *continuum* aparece de maneira mais ‘explícita’ em algumas personagens específicas de *Becos*. Além de Maria-Nova, nossa narradora-guia, outras

personagens também se destacam por explorar tais ‘atualizações’ temporais, seja através de suas observações pessoais acerca de suas vivências, como é o caso de Maria-Nova, ou através da forma como suas estórias foram atravessando múltiplas temporalidades e acompanhando importantes mudanças nacionais e locais. Se é Maria-Nova que sente estranhamento na sala de aula de sua escola, ao ouvir sua professora falar sobre o período da escravidão e ver a única outra colega negra parecer tão alheia ao assunto do qual se falava; é Tio Totó que vivenciou a realidade escravocrata mais de perto:

“Maria-Nova foi para a escola naquela manhã com má vontade a rondar--lhe o corpo e a mente. Cada vez que tinha de se ausentar da favela, o medo, o susto, a dor agarravam--lhe intensamente. Era como se fosse sair e, ao voltar, não encontrasse mais ninguém naquele território espremido. Na semana anterior, a matéria estudada em História fora a “Libertação dos Escravos”. Maria-Nova escutou as palavras da professora e leu o texto do livro. A professora já estava acostumada com as perguntas e com as constatações da menina. Esperou. Ela permaneceu quieta e arredia. A mestra perguntou--lhe qual era o motivo de tamanho alheamento naquele dia. Maria--Nova levantou--se dizendo que, sobre escravos e libertação, ela teria para contar muitas vidas. Que tomaria a aula toda e não sabia se era bem isso que a professora queria. Tinha para contar sobre uma senzala de que, hoje, seus moradores não estavam libertos, pois não tinham nenhuma condição de vida. A professora pediu que ela explicasse melhor, que contasse em mais detalhes. Maria-Nova fitou a professora, fitou seus colegas: havia tantos, aliás, alguns eram até amigos. Fitou a única colega negra da sala e lá estava a Maria Esmeralda entregue à apatia. Tentou falar. Eram muitas as histórias, nascidas de uma outra História que trazia vários fatos encadeados, consequentes, apesar de muitas vezes distantes no tempo e no espaço. Pensou em Tio Totó. Isto era o que a professora chamava de homem livre?”<sup>46</sup>

---

<sup>46</sup> Becos da Memória, p. 150

É seguindo a estória de Tio Totó que esta pesquisa expande seu arco temporal. Pois, é no diálogo de Maria-Nova com Tio Totó que encontramos pistas de tais (des)continuidades históricas. Entre passado, presente e futuro. Maria-Nova, narradora-presente como interlocutora do passado, também presente. Cama de gato, com certos fios dando suas voltas, exigindo que determinadas estórias sejam contadas. Vistas, nos termos Harawayanos. Dessa forma, Maria-Nova vai narrando as diversas etapas, momentos, lugares e experiências que Totó viveu até seu falecimento. Até o desfavelamento, caso central ao livro e à essa pesquisa. Foi Tio Totó que presenciou momentos históricos chave, também, para a compreensão da temática desta dissertação.

### *tio totó*

Antônio João da Silva, quando adulto chamado de Sô Tonho e quando mais velho apelidado de Tio Totó, nasceu em Tombos de Carangola, Minas Gerais, mas “sabia que não nascera ali, como também não nasceram seus pais”<sup>47</sup>. Veio ao mundo livre, por ocasião da Lei do Ventre Livre de 1871, mas seus pais não, “estavam todos na labuta da roça, da capina.”<sup>48</sup> Saiu do campo adulto, “juntou sua mulher, a filha e alguns trapos. Nem ele, nem ela, tinham pais vivos. Um surto de tuberculose, que começara na casa-grande, assolara também os escravos.”<sup>49</sup>

A estória de Tio Totó se desenvolve, na narração de Maria-Nova, a partir de sua saída do campo. Este não tinha rumo certo. Porém, no deslocamento, se depara com um rio que seria necessário atravessar, com a sua primeira mulher e filha. Uma canoa feita de tronco de árvore ajudaria na passagem. Mas já fazia mais de uma semana que chovia e o rio estava cheio, subindo. “O rio, a cheia, o vazio da barca improvisada, o turbilhão, a vida, a morte, tudo indo de roldão. Totó alcançou só a outra banda do rio. Uma banda de sua vida havia ficado do lado de lá.”<sup>50</sup> O rio de Tio Totó, o Rio desta pesquisa, os *continuums* vão emergindo a cada nova leitura e reescrita.

Nos seus noventa e muitos anos de vida, Tio Totó casou-se três vezes, viuvo duas, teve filhos, mas esses se foram. Era vivo quando se deu a Abolição, quando iniciou a República e

---

<sup>47</sup> Becos da Memória, p.18.

<sup>48</sup> Becos da Memória, p. 18.

<sup>49</sup> Becos da Memória, p. 20.

<sup>50</sup> Becos da Memória, p. 21.

foi um dos primeiros a construir a favela em questão no romance de Evaristo. Por isso Tio Totó foi, de acordo com Maria-Nova, um dos que mais sofreu com o desfavelamento. Seu corpo pedia terra, como conta a narradora tantas vezes. Este dizia:

– “Seria aquilo vida? Por que a gente não podia nascer, crescer, multiplicar-se e morrer numa mesma terra, num mesmo lugar?”<sup>51</sup>

No entanto, para chegar aos desfavelamentos em questão, seja na estória de *Becos* ou no que trata essa pesquisa – a remoção da favela da Praia do Pinto – ainda viajaremos por mais algumas estórias. Tentaremos conectar, mesmo que de maneira frágil, a infância e juventude de Tio Totó com a sua velhice, momento no qual ele aparece enquanto personagem no romance de Conceição Evaristo. Para isso, leitora, ainda daremos mais algumas voltas. Me acompanhe.

*transição//um terceiro início:*

Antes que a paciência de quem me lê se esgote, digo que este é o ‘último’ início deste trabalho. É uma terceira possibilidade de começo da nossa estória, no entanto, não diz respeito tanto à materialização direta da favela da Praia do Pinto no espaço urbano do Rio de Janeiro, mas tange ao que aqui está sendo compreendido enquanto *contingência histórica*, ou *localização de saberes*. O que eu quero dizer com isto é que a nossa estória também precisa ser localizada, desde o nível macro – das relações mundiais nas quais está operando – até o nível micro, dos indivíduos e do território com os quais estamos dialogando aqui. Se comecei, em parte, pelo último nível, agora tentarei dialogar com o primeiro, isto é, com a escala ampliada: o nível da nação, de um Brasil cravado em múltiplas fronteiras de disputa: esta do Brasil com “s” ou talvez com “z”, do seu passado vs. o seu futuro, da passagem da Monarquia para a República, da escravatura para a Abolição.

Assim, na nossa coletânea de estórias-até-aqui-e-agora, entram estas da virada para o século passado. No caso desta pesquisa, a escolha de incluir esse momento como parte integrante do texto se dá na crença de que tal período histórico contribuiu para a confluência de certas dinâmicas de gênero, raciais e de classe que operam – mesmo que de maneira e forma atualizada – até os dias de hoje (MISKOLCI, 2012). Talvez essa proposição faça mais

---

<sup>51</sup> *Becos da Memória*, p. 18.

sentido se pensarmos no espaço processual de Massey, isto é, na ideia de que espaço não é o *oposto* de tempo, nem está separado deste por alguma operação hierárquica, mas que espaço é tempo. Desta forma, para falar do Rio de Janeiro dos anos 1960 e 1970, ou mesmo do Rio de Janeiro de hoje em dia, fala-se também do Rio de Janeiro da virada do século – não enquanto réplicas um do outro, pois estes não são estáticos, mas enquanto porosos o suficiente para estabelecerem oportunidades de diálogo entre si.<sup>52</sup>

Em fins de século XIX, o Brasil – em especial, a elite brasileira finissecular - vivia uma situação limiar que se construía há anos: almejava-se um progresso específico, que (n)os aproximasse do epítome europeu, mas “afastados” estavam(os) de tal teleologia devido a um passado, ainda muito presente, que precisava ser superado de forma rápida e “segura”. Assim, o “sonho do Brasil como construção futura”, dependeria, dentre outros fatores, de uma superação e/ou apagamento do passado colonial escravagista do país (MISKOLCI, 2012). De acordo com Miskolci (2012), esse ideal progressista, calcado em idealizações futuristas do Brasil, viria a projetar seus anseios e “soluções” em uma relação hostil ao seu passado e, ao mesmo tempo, à sua população, o que implicou em diversas medidas cruciais que foram tomadas neste fim de século.

Dentre tais medidas, focaremos nas materializações que tais imaginações nacionais tiveram sobre o urbano e, em especial, sobre a cidade do Rio de Janeiro, capital da República. Privilegiando a cidade como ponto de vista analítico, talvez consigamos visualizar os múltiplos e diversos encontros, as histórias-até-aqui-e-agora que se encontravam e desencontravam e assim favoreceriam a co-constituição – desigual e incompleta - dos eixos de diferenciação de raça, gênero e classe, por exemplo; ao mesmo tempo que estes eixos constituíam e eram constituídos por suas interações com o espaço.

Assim, o espaço-tempo com o qual estamos agora dialogando é aquele da juventude de Tio Totó, tempos conturbados e divisivos. Tempos posteriores ao mundo testemunhar uma revolução de escravos que levou um país, o Haiti, a sua independência; e no qual os Estados Unidos, irmão admirado das elites brasileiras se encontrava em uma guerra civil cuja continuidade ou não do empreendimento escravagista se colocava como central. Dentre os rumos possíveis para o Brasil, fosse Haiti, fosse Estados Unidos, ou possibilidades outras, o

---

<sup>52</sup> Acerca dessa ideia cabe uma nota, uma nota que retoma e repete e relembra a noção de espaço para Massey. Para a autora, espaço não é superfície, mas sim um processo contínuo composto por momentâneas coexistências de trajetórias. O encontro até-agora de histórias sempre no processo de serem feitas.

futuro era causa de grandes ansiedades para aqueles que buscavam ditar o seu rumo (MISKOLCI, 2012). Eram tempos de transição e, talvez possa-se argumentar, de fronteiras bambas. Fossem essas as fronteiras do Estado-Nação, que dividem o interno do externo apesar dessa distinção mesma ser algo ilusório, fossem as fronteiras “internas”, que marcavam as estabilidades raciais, de gênero, de classe, de espaços, como tentaremos destrinchar adiante.

### *armadilhas fronteiriças*

Acerca das fronteiras cabe uma nota, pois estas funcionam demasiadamente bem enquanto metáforas espaciais-imaginárias para que as deixemos de fora. Um trabalho que opera nas entrelinhas da metodologia ciborgueana, lida inevitavelmente com fronteiras. Neste paradigma, as aberturas possibilitadas pela (con) fusão de fronteiras ciborgueanas ocupam um lugar reestruturante na imaginação e prática científicas, a função destas sendo a inspiração de novas imaginações. Como viemos fazendo até então, sobreporemos os arcabouços teóricos do feminismo e do urbanismo para ver se salta assim aos olhos as múltiplas operações das quais participam ‘as fronteiras’. Adentremos uma breve revisão.

Nos estudos feministas, podemos pensar fronteira tal qual esta que se faz presente na teorização de Glória Anzaldúa, onde ganha uma dimensão física, da fronteira entre o México e os Estados Unidos, e uma dimensão simbólica, da fronteira psíquica, emocional, relacional que separa o colonizado do colonizador. Pode-se pensar também em como estas são visualizadas na teoria de Anne McClintock, onde aparecem em sua relacionalidade com o empreendimento colonialista, no caso, as múltiplas fronteiras atravessadas pelos colonizadores-desbravadores-dominadores para conquistar o mundo situado no além-Europa. Neste caso, ‘mulheres’ eram utilizadas como marcadoras das fronteiras do imperialismo, por representarem as figuras mediadoras usadas pelos Homens Desbravadores<sup>53</sup> em suas perigosas aventuras pelos territórios ‘virgens’ do mundo.

---

<sup>53</sup> Lê-se, em McClintock (2010): “Quando os homens europeus atravessavam os perigosos limiares de seus mundos conhecidos, ritualisticamente tornavam femininas as fronteiras e os limites. Figuras femininas eram plantadas como fetiches nos pontos ambíguos de contato, nas fronteiras e orifícios da zona disputada. Os marinheiros prendiam figuras femininas de madeira nas proas de seus barcos e batizavam-nos – como objetos liminares exemplares- com nomes femininos. Os cartógrafos enchiam os mares vazios de seus mapas com ninfas e sereias. Os exploradores chamavam terras desconhecidas de territórios “virgens”. De muitíssimas maneiras, as mulheres serviam como figuras mediadoras e liminares por meio das quais os homens se orientavam no espaço, como agentes do poder e do conhecimento” (p. 48)

McClintock (2010) conta como as fronteiras do além-Mundo se mostravam como zonas liminares entre o conhecido e o desconhecido, entre o civilizado e o primitivo, fazendo com que tudo que se localizasse a partir desta fronteira precisasse ser feminizado a fim de ser dominado e subjugado, fazendo gênero permear subjetividade, espacialidade e materialidade – ponto que será retomado mais adiante. Ainda, conforme Haraway argumenta no Manifesto Ciborgue, o colapso conjunto de uma série de fronteiras estabilizadoras de binarismos e dualidades que talvez nunca tenham sido tão estáveis assim, tais quais Ciborgue x Humano, Natureza x Cultura, Feminino x Masculino, Dentro x Fora, Público x Privado, Casa x Trabalho, teria o poder de romper matrizes de dominação e abrir possibilidades geométricas de (re)arranjos e combinações. Para Haraway, fronteiras são ilusões de ótica com grandes consequências materiais, e é esta materialidade, que se torna tão explícita no espaço vivido, que se faz problema nesta pesquisa.

Tateando o urbano, a noção de fronteira também é comumente abordada. Seja de forma “técnica”, na tentativa de delimitar um território e o encontro deste com outros, seja em um nível simbólico, que intenta elucidar a multiplicidade de fronteiras que dividem e repartem cidades. Neste último sentido, já foram evocados os imaginários de uma “cidade fortificada” como em Teresa Caldeira<sup>54</sup>, nos quais o modo de viver condominizado e fortificado contribui para a criação de espaços cada vez mais segregados; ou ainda em noções clássicas e amplamente discutidas de centro e periferia, favela e asfalto, ‘cidade formal’ e ‘cidade informal’, ‘cidade legal’ e a ‘cidade ilegal’. Dualidades em geral “reguladas” e mediadas por fronteiras – sejam estas os Muros de Caldeira, ou ainda, o Muro construído pela prefeitura do Rio de Janeiro para “tapar” a Vila Autódromo e delimitar sua diferença perante o terreno do Parque Olímpico; ou sejam estas a presença de forças policiais necropolíticas que revistam, prendem, apreendem e executam; ou ainda, em algum momento desse espectro, o próprio empreendimento remocionista, que expande as fronteiras limítrofes da cidade em sua realocação de pessoas removidas, ao mesmo tempo que reforça as fronteiras segregacionistas internas da mesma.

Assim, por representarem esse ponto concomitante de separação e junção entre um ou mais corpos- sejam estes corpos entidades físicas ou imateriais - fronteiras representam pontos de tensão, de transição alarmante, perigosa. Uma liminaridade difícil de lidar pela sua

---

<sup>54</sup> O texto de Teresa Caldeira que referencio aqui é “Enclaves Fortificados: A nova segregação urbana”.

indefinição, ambiguidade, pela sua falta de inteligibilidade, pelo excesso de vulnerabilidade que existe nas margens das sociedades, “nas esgarçadas beiras do mundo conhecido” (MCCLINTOCK, 2010, p.49). As margens são, nesta visão cosmológica, perigosas. Era assim nas tecnologias de mapeamento do poder colonial, que preenchia os espaços vazios do mundo cartografado com monstros mitológicos<sup>55</sup> ou com a palavra “canibal” estampada pelos canvas (MCCLINTOCK, 2010), alertando os desbravadores que o desconhecido era, a princípio e no mínimo, devorador. Apavorante. Um excesso estrangeiro, incógnito, possivelmente ameaçador, passível de ser enfrentado com um uso excessivo de violência.

Independente da metáfora, isto é, a conexão real entre corpos e linguagem, me interessa a compreensão de fronteira enquanto aquilo que regula a estabilidade entre o que é considerado “interno” e “externo”, aquilo que constrói o “não-eu” como algo expelido do “eu”. O que possibilitaria – embora tênue e ilusoriamente - que os mundos interno e externo permanecessem completamente distintos (BUTLER, 2003), mesmo que para que isto fosse possível a fronteira adquirisse uma “impermeabilidade impossível”, como escreve Butler (2003, p.231).

Compondo assim, um artefato teórico que pode nos ajudar a pensar o fim de século em questão. Isto é, o período de transição da Monarquia brasileira para a República, do sistema escravagista para a Abolição: momento de tensão, medos e ansiedades que foi “administrável” sob o jugo de imensa violência, de ampla ordem. Um momento histórico – mesmo que não único – no qual a manutenção de certas fronteiras sociais, econômicas, culturais, espaciais se tornariam fundamentais para a constituição “estável”, tanto das fronteiras limítrofes do que se entendia como “a Nação” brasileira, quanto das fronteiras simbólico-materiais que repartiam e dividiam as cidades do país, cada qual com as suas especificidades. Mais um início localizado para compor o enredo de uma fabulação especulativa atenta à (con)fusões.

---

<sup>55</sup> De acordo com McClintock, a ideia da ‘mulher enquanto marcadora da fronteira do imperialismo’, serve à uma compreensão generificada das relações imperiais. Esta instância estaria atravessando, a todo momento, o empreendimento colonial, na medida em que a “erótica da conquista imperial era também uma erótica da subjugação” (p. 48). Para a autora, o atravessamento das fronteiras do mundo conhecido por parte do Homem Desbravador, era “compensado” por este via feminização das terras incógnitas. Assim, “o conhecimento do mundo desconhecido estava mapeado como uma metafísica da violência de gênero – não como o reconhecimento expandido das diferenças culturais – e era validado pela nova lógica iluminista da propriedade privada e do individualismo possessivo. Nessas fantasias, o mundo era tornado feminino e espacialmente exposto para a exploração masculina, e então remontado e organizado no interesse do poder imperial massivo.” (p.47).

*da ordem e do progresso:*

Dentre os eventos que marcaram a transição do século XIX para o XX, destacam-se dois momentos chave: a Abolição da escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Como já dito anteriormente, coaduna-se com a ideia de que tal momento histórico não fluiu de forma harmônica, isto é, sem dissidências internas – seja dentre o que se entende enquanto sendo a elite política e econômica brasileira, ou seja na relação destas com as outras camadas populacionais. Interessa em específico para esta pesquisa conversar com as formas nas quais as negociações acerca da construção da ‘Nação’, da sociedade brasileira, do Rio de Janeiro, parecem se refletir profundamente na ideia de população. Ideal acompanhado de uma necessidade de homogeneização, de unidade, de uniformização, que foi traduzido, no âmbito do regime republicano, na crença de que o povo brasileiro era um obstáculo ao progresso e à modernidade e que, portanto, este necessitava “ser embranquecido, higienizado, civilizado” (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Argumenta-se que tal necessidade advinha de tendências ‘científicas’ internacionais, circuladas e importadas para este lado do Atlântico, que encontravam em populações heterogêneas tais quais a brasileira motivo de temor e preocupação (MISKOLCI, 2012; PEREIRA, 2015). Uma faceta deste temor foi descrita por Célia Azevedo enquanto “o medo branco da onda negra”, calcado em fantasias da elite brasileira acerca do que poderia acontecer com as estruturas de poder socioeconômicas após a Abolição, que possivelmente despejaria na vida social “uma horda de homens semibárbaros, sem direção, sem um alvo social” (AZEVEDO\_apud\_MISKOLCI, 2012, p.29). Medo tecno-cientificamente apoiado por teorias europeias que atrelavam a esfera social à biológica<sup>56</sup>, e reforçavam a taxonomização subjugatória da humanidade em termos de raça e também de gênero, como será abordado mais adiante.

A fim de visualizarmos o espaço-tempo passado com o qual dialogamos aqui, é importante trazermos números, apesar desse quesito estar longe de ser um forte da pesquisadora. Pois,

---

<sup>56</sup> O corpo teórico referido acima é notadamente conhecido como darwinismo social, termo aglutinador de uma série de discursos e campos de estudos, dentre os quais esta a chamada antropologia criminal. Esta, por sua vez, vem sendo destacada como o campo de conhecimento que calçou e justificou grande parte das experimentações racistas no final do século XIX.

é possível de se imaginar a possibilidade de tal medo branco quando percebe-se que em 1872, de acordo com o primeiro censo populacional feito no Brasil, apenas 38% da população nacional era branca (MISKOLCI, 2012). Realidade que vai aos poucos sendo regulada e mediada a partir das políticas estatais de embranquecimento adotadas já no pré-Abolição, tais quais as políticas imigratórias ou de importação de uma população europeia branca, como argumenta Conceição Evaristo (2011). Tanto que, se no Rio de Janeiro de 1872, brancos dividiam a cidade com uma metade populacional similar de pretos e pardos, segundo mostra o artigo de Raquel Rolnik (2007); em 1887, um ano antes da assinatura da Lei Áurea, o Rio de Janeiro era composto por uma população preta e parda de apenas 37%.

As políticas imigratórias e práticas de miscigenação que foram difundidas e implementadas no período em questão, eram pautadas pela crença nas ideias racializantes da época de que estas intervenções seriam o caminho para o progresso e para uma melhor condição do Brasil na ordem mundial (MISKOLCI, 2012). Essas políticas eram, por sua vez, estimuladas pela onipresença da ameaça da “degeneração” racial, constantemente reafirmada por um conjunto de saberes, fossem estes “a Medicina, o Direito, a Antropologia, a Psicanálise, a Pedagogia” (PEREIRA, 2015, p. 97). O ponto focal dos quais sendo, em tal momento e localização histórica, “o surgimento de um novo homem – o brasileiro – sadio, controlado e civilizado, pronto para fazer do país uma ilha de ordem e progresso” (PECHMAN\_apud\_PEREIRA, 2015, p. 97).

De acordo com McClintock (2010), a ameaça de “degeneração” populacional era constituída, através de práticas e discursos imperialistas, como sendo o “outro”, a “sombra”, o externo, ao ideal de progresso. Assim, a existência de um grupo social que pudesse ser reconhecido enquanto uma classe degenerada, ou até mesmo enquanto classe perigosa, para usar o termo já mobilizado por Sydney Chalhoub, era vital enquanto ‘medida comparativa’ do avanço e progresso de outros grupos sociais internos, e até mesmo de outras nações. Para McClintock (2010),

“as classes degeneradas, definidas como desvio do tipo humano normal, eram tão necessárias para a autodefinição da classe média quanto a ideia de degeneração era para a ideia de progresso, pois a distância percorrida por algumas partes da humanidade ao longo do caminho do progresso só podia ser medida pela distância em que outras estavam atrasadas” (p. 80)

Enquanto componente dessas classes degeneradas estaria não somente a população não-branca brasileira, que era considerada inferior e ‘feminina’ em relação a uma branquitude ‘masculinizada’, assim como estaria a população feminina do país, representando uma ‘raça inferior’ em termos de gênero (MISKOLCI, 2012; MCCLINTOCK, 2010). Elementos sociais que simbolizavam ameaças à ordem e ao bom funcionamento social e que portanto, deveriam ser controlados e disciplinados via intervenção estatal. Neste contexto, o que McClintock (2010) chama de ‘poética da degeneração’ atuava como mecanismo de legitimação de uma série de medidas disciplinadoras nas sociedades mundiais, cada qual com suas especificidades.

Ainda, para a autora, a retórica da degeneração social advinha de uma ‘poética de crise social’ com uma faceta claramente urbana, dado o inchaço e desordem ‘preocupante’ dos centros urbanos europeus: as habitações populares e coletivas eram vistas como antro de doenças e criminalidade, e com elas, os seus habitantes que eram classificados como ‘impuros’ e desordeiros, em uma virada quase ontológica que parece fundir ‘habitação’ e ‘habitante’. Aqui, encontra-se alguma semelhança com o que Topalov (1996) argumentou ser, em seu texto “Da Questão Social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX”, o surgimento de uma nova práxis focada em *changer la ville pour changer la vie*<sup>57</sup>, na qual o foco privilegiado de cientistas e planejadores sociais se tornou a organização e racionalização da vida na cidade para uma conseqüente ‘recuperação’ e ‘melhoramento’ do indivíduo urbano. Lógica operacional que logo começou a ser importada pela *intelligentsia* brasileira, e a ser implementada nas cidades da época, como tentaremos compreender mais adiante.

Desta forma, McClintock (2010) argumenta que central à ‘poética da degeneração’ estaria a ‘poética do contágio’, uma certa paranoia e ansiedade político-social que era projetada no medo agudo que as elites demonstravam ter da transmissão de doenças, via toque ou contatos físico-corporais; e, simultaneamente, central à ideia de contágio estaria uma certa obsessão destas elites pelo controle de fronteiras. Embora McClintock (2010) esteja falando mais especificamente de uma cultura vitoriana, e não possamos simplesmente copiar e colar esta observação para o contexto brasileiro, proponho que sigamos uma importante pista proposta pela autora, a de que “a poética do contágio justificava uma

---

<sup>57</sup> Em tradução livre: mudar a cidade para mudar a vida.

política de exclusão e dava sanção social à fixação (...) na sanitização das fronteiras” (p.82). Assim, se por um lado a elite brasileira se preocuparia intensamente em estabilizar as fronteiras raciais da República via importação de europeus brancos, esta também se preocuparia amplamente em controlar as fronteiras do espaço urbano via higienização e remoção, assim como atuaria em prol do disciplinamento e racionalização do espaço privado, regulando e ordenando as fronteiras entre este e o espaço público, como veremos a seguir.

*uma nota sobre ‘o problema’:*

Dada a contextualização, seguimos em direção ao que interessa mais especificamente a esta pesquisa, isto é, a maneira como a habitação popular teria sido construída como um problema social e, ainda, um problema que requereria intervenção estatal. Aqui, me inspiro grandemente no trabalho do meu orientador, Nabil Bonduki. Dentro os pontos nos quais as nossas pesquisas se encontram, esse é o principal. O trabalho do Nabil é, afinal, inspiração e condução da pesquisa que intento produzir aqui. Assim, a análise que busco tecer pode ser vista como um desdobramento das teses e descobertas iniciais da pesquisa de Nabil em *Origens da Habitação Social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. Um desdobramento, parcial, claro, que vem conversando mais profundamente com certos momentos de sua pesquisa, e não com ela toda. O desdobramento se caracteriza enquanto tal por buscar analisar processos semelhantes através de outra ótica, outros pontos de vistas, distintos daqueles que parecem ter ocupado a produção acadêmica brasileira sobre o urbano do final dos anos 90, momento no qual o livro mencionado acima foi publicado. Aqui, portanto, entende-se que a construção da habitação enquanto um problema nunca estaria e não poderia estar dissociada de eixos de diferenciação social tais quais raça, gênero e classe<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> O trinômio gênero, raça e classe vem ganhando destaque em pesquisas ditas interseccionais, termo cunhado pela advogada e teórica estadunidense Kimberlé Crenshaw. No entanto, adquiriu qualidade quase mântica, como argumenta Anne McClintock no livro que está sendo muito utilizado nesta pesquisa. Além disso, sabe-se que qualquer análise interseccional, que visa analisar fenômenos sociais a partir de múltiplos eixos de diferenciação, sempre cai no risco da delimitação, isto é, da exclusão por via de escolha. São muitos os eixos que podem estar presentes em uma análise, e o desejo de incluir cada vez mais é algo constante. Infelizmente, a delimitação é inescapável, e outros eixos de diferenciação extremamente importantes não estão sendo foco de análise desta pesquisa. O ‘trinômio+’, nesse caso, se refere a estes outros eixos que ficarão de fora da presente análise.

Da mesma forma, foram as preocupações epistemológicas desta pesquisa que me conduziram ao ponto de partida inicial de Bonduki em *Origens*, isto é, buscar identificar como a habitação teria se transformado numa questão social (BONDUKI, 1998); me permitindo notar, ao longo do levantamento bibliográfico do trabalho, ainda outro desdobramento daquele exposto acima. Tal observação, é a de que ‘habitação’ e ‘habitante’ parecem ter caminhado lado a lado enquanto foco das intervenções estatais brasileiras no início do século XX. Ou seja, as ações estatais não estariam direcionadas apenas à ‘moradia popular’, mas também aos seus moradores. Constituindo uma virada *quasi*-ontológica onde ambas as instâncias aparecem bastante (con)fusas. (Con)fusão que, conforme buscará argumentar esta pesquisa, parece ter acompanhado a racionalidade estatal em suas justificativas remocionistas ao longo dos anos.

Para existir, essa nota se inspira no prefácio do livro de Judith Butler (2003), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, no qual a autora coloca em xeque a palavra ‘problema’. Entendo esse prefácio e o jogo de palavras que a filósofa busca fazer, entretendo a multiplicidade de relacionalidades entre *self* e problema, sociedade e problema, como parte da metodologia ciborgueana irônica que ocupa tanto espaço nessa pesquisa. Talvez Butler não gostaria de ser chamada de ciborgue, mas no mundo desse texto que a escapará completamente, arriscarei – como venho fazendo – colocá-la como parte integrante da teorização de Haraway.

O prefácio de Butler (2003) pode nos oferecer um caminho para pensar a problematização da habitação no contexto brasileiro referenciado acima. Para que a nossa visualização fique clara, vamos por partes. Se visto de longe, a temática central dessa pesquisa pode ser considerada como sendo ‘remoções’, simplesmente. Esta, no entanto, não existe em isolamento privilegiado, mas está emaranhada e entranhada com outros ‘problemas’, ou situações e materialidades que foram se constituindo enquanto ‘problemas’ no contexto político-econômico brasileiro: a lei dominante ameaça com problemas, como diz a autora.

Encarar os problemas, mesmo que sem o intuito de resolvê-los, como já estabelecemos antes, pode ter a capacidade de colocar em xeque os regimes epistemológicos nos quais operam as ideias que aqui estão sendo trabalhadas, isto é: cidade, habitação, população, remoção. Regime onto-epistemológico que dá sentido e significado às palavras acima,

definindo-as pelo o que elas são e ‘não’-são. Uma espécie de regime cognitivo de poder<sup>59</sup>, produto e produtor, dos significados e materialidades em questão nessa pesquisa. A proposta de Butler (2016)<sup>60</sup>, no entanto, não é que deixemos de ter problemas, estes são inevitáveis. Mas que encontremos “a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los” (p. 7). Em outras palavras: o poder hegemônico historicamente se mostrou implacável em sua construção de problemas, disso não escaparemos. Mas nos quedemos com uma possibilidade ‘rebelde’ de pensar: *como* questionar e abordar a forma como tais problemas foram problematizados, isto é, configurados e aceitos enquanto problemas.

Não terei tempo ou espaço de fazer a análise que gostaria – sendo sincera é essa a parte da estória que mais me interessa-, mas acredito ter espaço para plantar pistas e sugestões que poderão auxiliar na compreensão do objetivo geral deste trabalho, ou seja: entender – mesmo que de forma parcial e incompleta - as (des)continuidades das remoções enquanto prática estatal ‘legítima’, ou que ao menos parece angariar historicamente suficiente apoio para se estabelecer como aceitável e justificável. Sem dúvidas, existem muitos ângulos a partir dos quais ler este ‘problema’, mas o paradigma que gostaria de expandir mais sobre, é essa aparente junção do ‘problema habitação popular’ com o ‘problema população’, que talvez consiga permitir uma análise que integre os eixos de gênero, raça, classe com o eixo espacial, oferecendo uma visualização mais integrada da estória que se conta aqui.

---

<sup>59</sup> É importante notar que vários dos conceitos utilizados por Butler são conceitos advindo da teoria Foucaultiana. A noção de problematização, por exemplo, é uma delas. A problematização, para Foucault, é método teórico para se aproximar dos ‘problemas’ do poder. O poder, por sua vez, é difuso, produto e produtor das instituições através das quais opera, ao mesmo tempo que é produto e produtor dos corpos-sociais/indivíduos que regula e que, por sua vez, transformam o próprio poder.

<sup>60</sup> No caso de Butler, *Problemas de Gênero* advém de uma “sensação de problema” que parece rondar os debates feministas acerca do conceito de gênero; conceito considerado ‘problemático’ em termos de sua própria construção no seio de uma matriz hegemônica heterossexual, ao mesmo tempo que vinha (e vem) se consolidando enquanto um termo inescapável dentro da teoria feminista como uma alternativa ‘não-essencializante’ ao ‘sexo’.

## habitante e habitação: uma (con) fusão problemática

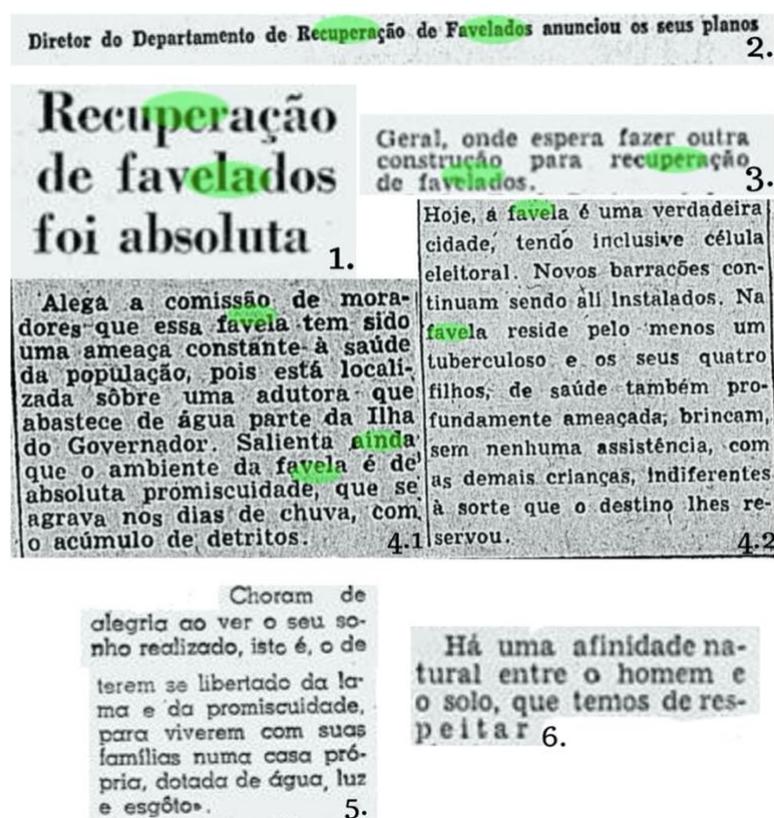


Figura I: colagem de manchetes e matérias

- (1): Jornal do Brasil, 1960, Edição 00072, "Recuperação de favelados foi absoluta"
- (2): Correio da Manhã, 1967, Edição 22631, "Para evitar surpresa"
- (3): Jornal do Brasil, 1961, Edição 00250, "Favelados saem antes do despejo"
- (4.1) e (4.2): Diário de Notícias, 1962, Edição 12178, "Misérias da Favela Levam Infelicidade Ainda Maior aos Moradores da Penha"
- (5): Diário de Notícias, 1964, Edição 12917, "Clero com Dom Jaime Câmara e Contra Artola: Quer Pressionar"
- (6): Jornal do Brasil, 1964, Edição 00191, "Torturas"

Escolhi um compilado de matérias e manchetes que ocuparam os jornais cariocas ao longo da década de 1960 para 'puxar o fio' de uma estória que teria iniciado muito antes, mas

ganhado força no período de transição para o século XX, como discutia anteriormente. Venho, e depois voltarei, como prática material-metafórica que compõe este trabalho com o intuito e intenção, a melhor possível, de não perder de vista o tema da pesquisa. Entendo este conjunto de imagens mais por sua qualidade semiótica, enquanto ajuda para visualizarmos os mecanismos de operação do poder hegemônico, ao invés de micro fragmentos a serem interpretados individualmente, caso por caso. Representam, a meu ver, ‘a parte pelo todo’ dos discursos acerca das favelas e habitações populares que vinha sendo sedimentado ao longo dos anos. Favela sendo, neste sentido, o *continuum*, em termos de representação sociopolítica, do cortiço, habitação popular e coletiva do início do século XX.

É no texto “A invenção da favela: do mito de origem a favela.com”<sup>61</sup> que Lícia Valladares traça as possibilidades históricas de existência de dito *continuum*, ou seja, o que teria sido uma passagem do interesse público na ‘questão cortiço’ para o ‘problema favela’. De acordo com ela, tal passagem teria acontecido de forma gradual, mas tampouco linear, já que mesmo enquanto o cortiço era o foco da ação e conhecimento público no final do século XIX e início do século XX, já apareciam em documentos públicos certas preocupações com a tal ‘favela’ – mesmo que esta não tivesse ainda o significado que aportamos ao termo na atualidade (VALLADARES, 2005).

Conta-se que o termo ‘favela’ se consolidou no âmbito do poder público enquanto definidor do conjunto de habitações populares precárias no Código de Obras de 1937<sup>62</sup>. Em tal documento, encontra-se uma definição primeira do que seriam ‘favelas’, isto é, “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem,

---

<sup>61</sup> Gostaria de destacar o título do livro de Lícia, “A invenção da favela”, no contexto metodológico desta pesquisa. Seria Lícia também uma teórica-ciborgue? Sei que fico querendo chamar pares para me fazerem companhia no mundo da solidão metodológica, mas entendo esse título como uma provocação às reflexões Harawayanas que vêm sendo exploradas neste trabalho.

<sup>62</sup> Em uma reprodução de determinados artigos do Código de Obras de 1937, Lícia Valladares (2005) destaca, do capítulo XV do documento intitulado “Extinção das Habitações Anti-Higiênicas”, no qual lê-se:

“Art. 349 – A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.”

- “1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.”

- “2º A Prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição dos novos casebres, daqueles em que for realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas.”

- “9º A Prefeitura providenciará como estabelece o Título IV do capítulo XIV deste decreto para a extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo”

construídos com materiais improvisados” (VALLADARES, 2005, p. 53). Definição que pode nos remeter, rapidamente, ao que conta Manuel de Jesus no início do capítulo, demitido do Jockey e construindo barracos com os restos de caixa que transportavam cimento – em uma ironia aparente: pois a falta de cimento seria uma das caracterizações principais do que se considera(va) ‘casebres improvisados’.

Agora, como o nome se acoplou à materialidade é outra estória. A palavra favela teria começado a ser usada para designar casas populares, precariamente construídas, ainda no final do século XIX, ou seja, bastante tempo antes de sua utilização em documentos públicos. Pois, como diz Valladares (2005), o fenômeno favela é anterior ao aparecimento da favela enquanto categoria. Teria sido em 1897, com a ocupação do Morro da Providência, morro ainda existente e localizado na proximidade da atual estação de metrô e trem da ‘Central’, que soldados egressos da campanha de Canudos teriam obtido permissão – dos chefes militares - para construírem casas de forma provisória. No caso, ‘favella’ era uma planta, ao mesmo tempo que nome de um morro baiano no povoado de Canudos, também conhecido como ‘Favella’, e tais soldados egressos teriam trazido consigo não somente a memória do morro Favella de Canudos, como também mudas da planta Favella que viriam a plantar no Morro da Conceição, onde construíram suas casas (VALLADARES, 2005).

O intrigante foi ter encontrado uma outra narrativa acerca da ‘origem’ do termo ao longo da pesquisa documental. Ao que parece, muitos estudos sobre ‘o início da favela’ vão reproduzir a estória acima. Esta se apoia não somente nas causalidades materiais descritas, mas também, como aponta Valladares, na própria construção literária da época. A publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, teria contribuído largamente para a construção do “mito de Canudos”, de acordo com a autora (VALLADARES, 2005, p. 29). Em especial, por prover “imagens capazes de permitir aos intelectuais brasileiros compreender e interpretar a favela emergente” (VALLADARES, 2005, p. 31). No entanto, como essa pesquisa se esquiva de mitos originais como um todo, foi surpreendente, ao mesmo tempo que irônico, ter encontrado uma disputa acerca de tal ‘originalidade’ no contato com os documentos arquivais.

Na página 10, do primeiro caderno da edição do Jornal do Brasil do dia 21 de Janeiro de 1966, encontramos a seção de informes do jornal. Dentre os muitos comunicados do editorial com os seus leitores, encontramos um que nos interessa, sob a rubrica de ‘Do Morro da Favela’. Aparentemente, um dos leitores não havia concordado com uma reportagem publicada pelo Jornal acerca da ‘origem’ do termo favela. Não encontrei a reportagem inicial,

somente esta reposta da redação acerca da contestação de um tal Sr. Matos Pimenta. A versão de Matos Pimenta é a que temos acesso acima, ou seja, a estória de Canudos. A da redação do JB, no entanto, negava a versão de Matos Pimenta, e dizia que “as favelas teriam nascido em 1888, para abrigar os escravos recentemente postos em liberdade pela Lei Áurea”<sup>63</sup>. Mais do que isso não consegui descobrir, mas me intrigou encontrar tal disputa de narrativas. Seria esta uma pista do continuum quilombo-favela?

O que me interessa aprofundar, no entanto, é esse caminhar da ‘favela’, aqui enquanto categoria; sua constituição enquanto problema social urbanístico, e a forma como “o tratamento administrativo para o problema assume a forma de medidas e políticas concretas” (VALLADARES, 2005, p. 23). Para isso, coloca-se em xeque a própria construção do *urbanismo* enquanto saber científico (VALLADARES, 2005), e da *cidade* como entidade privilegiada da ciência emergente. Indo de encontro à máxima europeia já elucidada acima – *changer la ville pour changer la vie* – ou ainda, a virada de “mudar a cidade para mudar a sociedade e, particularmente, o povo” (TOPALOV, 1996, p. 23). Aqui, entram duas questões previamente abordadas no primeiro capítulo e no prefácio, que dizem respeito à discussão que Haraway propõe em seus diálogos sobre/com a ‘ciência’ ou, se estivermos caracterizando-a, ‘a-ciência-enquanto-truque-de-Deus’. E essa talvez seja a coluna vertebral desta pesquisa, uma visualização crítica do urbanismo que intenta expor suas (algumas) mediações transcendentais.

Assim, se para entender a (con) fusão problemática entre habitante e habitação precisamos levar em consideração eixos de diferenciação tais quais raça, gênero e classe, também precisamos levar em consideração a forma como a ciência hegemônica procurou conhecer o mundo e seus sujeitos, através de quais métodos e epistêmes. Nesse sentido, o urbanismo - e seus pesquisadores- não escapam de seu papel na co-constituição do ‘problema cidade’, do ‘problema habitação e do ‘problema população’. Pois, o urbanismo enquanto saber científico teria seguido a linhagem de produção de conhecimento hegemônica de fins de século XIX, com fortes raízes positivistas, no qual “o conhecimento estava submetido a uma finalidade prática: conhecer para denunciar e agir, conhecer para propor soluções, para melhorar administrar e gerir a pobreza e seus personagens” (VALLADARES, 2005, p. 24).

---

<sup>63</sup> Jornal do Brasil, 21 de Janeiro de 1966, “Informes JB”.

O conhecimento, no entanto, era (é) colonial e colonizado. E como afirmam diversos autores (TOPALOV, 1996; VALLADARES, 2005; MISKOLCI, 2012, BONDUKI, 1998; QUEIROZ e CARDOSO, 1996), a leitura do cenário brasileiro parecia se aproximar enormemente de uma leitura do cenário europeu; o que já foi interpretado como tendo sido a consequência da importação e implementação – ou até mesmo imitação - de ideias e modelos europeus em solo brasileiro (BONDUKI, 1998; RIBEIRO e CARDOSO, 2015). Mas o que, no entanto, pode ter obedecido a uma dinâmica diferente, como propõe Miskolci (2012) em seu diálogo com os descoloniais<sup>64</sup>, no qual o Brasil e países na ‘periferia do imperialismo’ teriam servido como verdadeiros laboratórios de reformas sociais e urbanas que seriam posteriormente implementadas nos países europeus – ou seja, o caminho inverso. Independente de qual versão escolhamos, o diagnóstico científico sobre as cidades brasileiras e suas habitações precárias, em especial o cortiço, teria sido bastante similar aos diagnósticos encontrados em solo europeu (BONDUKI, 1998; VALLADARES, 2005).

O cientificismo-higienista estrangeiro, ou ainda, o autoritarismo sanitário (BONDUKI, 1998) viria a ocupar um ponto de vista privilegiado a partir do qual elaborar soluções (as tais soluções) cirúrgicas sobre o ‘organismo social vivo’ das cidades nacionais. As metáforas biológicas se expandiam e tomavam conta de diversos campos do saber, inclusive do saber urbano, que passava a entender a cidade como uma entidade viva, um organismo, que precisava ser tratado, medicado, curado (BONDUKI, 1998; VALLADARES, 2005; RAGO, 1985). A cura, neste caso, provida pela ‘ciência-enquanto-truque-de-Deus’ – aparentemente nunca estivemos tão distantes das metáforas religiosas tampouco. Fosse pela ‘propagação’ da teoria dos fluidos, que enxergava o ar e a água como veículos de doenças, ou fosse pela disseminação da teoria dos micróbios, que entendia que a propagação de germes e doenças se daria pelo contato indireto entre as pessoas,

“a higiene pública vê-se na obrigação de garantir o controle da circulação dos fluidos, do ar e da água, responsáveis pela saúde do organismo. As casas, as ruas, as cidades, as fábricas, as escolas, os hospitais, as prisões deveriam ser bem iluminados, bem ventilados, ter amplos

---

<sup>64</sup> O grupo de teóricos considerados descoloniais, ou pós-coloniais, é bastante amplo. Primeiro poderíamos pensar em diferentes escolas, embora estas não tenham recebido necessariamente este nome. A começar pelo Grupo de Estudos Subalternos, que teria surgido no final dos anos 70, composto por pesquisadores sul-asiáticos, dentre os quais esteve Gayatri Spivak, já mencionada nesse trabalho, e outros teóricos tais quais Dipesh Chakrabarty, que vieram a influenciar uma série de outros pensadores pós-coloniais. Ainda, em 1993, uma outra corrente de pensadores, desta vez sul-americanos fundaram o Grupo de Estudos Subalternos Latino-Americanos, formado por pensadores tais quais John Beverly e José Oviedo. Em 1998, um grupo chamado Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade surgiu enquanto projeto coletivo de uma série de pesquisadores dentre os quais Aníbal Quijano, Walter D Mignolo, Arturo Escobar, Enrique Dussel.

espaços que permitissem a livre circulação dos fluidos para a boa saúde dos habitantes, dos trabalhadores, dos escolares, dos enfermos ou dos prisioneiros.” (RAGO, 1985, p. 169)

Brinco com o excesso de metáforas em um exercício irônico de visualização, mas ao que as pesquisas acima indicam, a compreensão biológica da cidade organizou sérias medidas e soluções, que afetaram em especial populações urbanas não-brancas e de classes mais baixas. De acordo com a historiadora Margareth Rago (1985), a atuação do cientificismo-higienista sob as cidades brasileiras tinha como base um duplo movimento, a purificação e desodorização do meio urbano acompanhada de um necessário controle e racionalização moral dos moradores de habitações precárias, o que acompanhou, por sua vez, uma extrapolação de um saber ‘tecnicamente’ dedicado ao espaço público, para uma gradual invasão do espaço doméstico, do espaço íntimo da vida privada daqueles os quais buscava-se controlar, curar, purificar. Aqui, uma outra faceta do discurso das classes degeneradas visto um pouco acima, alinhada com as teorias biológicas do período e com a crença de que as múltiplas degenerações, isto é, o que era tido enquanto degenerações – “a degenerescência da raça, a degradação do espírito, a corrupção do trabalho” (RAGO, 1985, p.190) –, seriam contagiosas.

Ainda, em Bonduki (1998), vemos uma leitura similar, que entende que a ação do poder público se dava tanto através do controle sanitário das habitações, quanto através da criação de códigos de posturas e legislações específicas que invadiam – literalmente – as casas populares. Neste contexto, visitas domiciliares se tornavam habituais, com a prática de inspetores que buscavam determinar e controlar os comportamentos e hábitos diários de espaços domésticos. A população alvo sendo, de acordo com Bonduki (1998), a população ‘trabalhadora’, ponto para o qual voltaremos em um instante. A prática dos higienistas representando, neste quadro, um rigoroso controle das fronteiras socioeconômicas e espaciais através de um rigoroso controle sanitário, constituindo o que Bonduki (1998) considerou ser uma organização mais sistemática de políticas de segregação social nas cidades brasileiras.

As normas e intervenções higiênicas se constituíam, neste sentido, enquanto antagônicas à ‘poética do contágio’, tal qual proposto por McClintock (2010). As fronteiras rigorosas evitariam que certos ‘males’ se espalhassem e propagassem, em um constante controle e negociação da ‘higiene’ vs. ‘contágio’, constituindo as bases de dita (con) fusão entre habitante e habitação. A seguir, nos aprofundaremos em duas dinâmicas,

complementares e coexistentes em operação neste período: a criação de fronteiras cada vez mais rígidas entre o público e privado, ao mesmo tempo que o estabelecimento de um controle mais acirrado da esfera doméstica, desde hábitos e costumes até a própria estrutura das casas. Como escreve Stella Paterniani (2019), em citação que inspirou o título desse capítulo confuso: “a questão é que não é só raça, não é só classe. É modernidade, é moralismo...é tanta coisa junta” (p.122), o que torna as análises muito mais complexas e sempre com um risco de cair em algum reducionismo. No entanto, sigamos a explorar um pouco mais os pontos levantados acima.

### *casa higienizada para uma população higienizada*

O que pudemos ver nas últimas páginas diz respeito a um cenário sócio, econômico e político do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. Ou seja, uma cidade em expansão, um regime em transição, um sistema econômico pautado na exploração e subjugação da humanidade alheia em decadência, uma crise habitacional cada vez mais evidente, doenças, epidemias, contágios, mortes. Uma elite interessada com o caminhar do progresso e mais preocupada ainda em se livrar do passado nacional, feito uma roupa velha e suja. As soluções, foram múltiplas. Já passamos por algumas. O que nos interessa ver agora, em especial, diz respeito ao tratamento público das habitações coletivas e seus habitantes.

Como disse Haraway no capítulo primeiro, ‘os livros e manuais eram tantos’ acerca de quais seriam os focos ‘dos males’, das doenças, da promiscuidade, que ‘a verdade’ estava sendo estabelecida. Surgia o tropo da ‘casa imunda’, tal qual argumenta Rago (1985), entendida pelos médicos sanitaristas como sendo o foco, *a origem*, dos surtos epidêmicos, dos vícios. As casas de habitação coletiva, os cortiços, onde as fronteiras sociais se faziam tênues e precárias, constituindo assim o Outro de uma casa individualizada, higiênica, partilhada em cômodos com especificidades e funções diferentes (RAGO, 1985; MCCLINTOCK, 2010). A casa passaria a ser enxergada como a causa e, portanto, a solução dos males sociais, necessitando de uma urgente intervenção pública que desse, às populações não-brancas das classes inferiores, melhores condições de habitabilidade e, portanto, sociabilidade – sempre com uma função e utilidade específica, em geral ligada ao trabalho e na contracorrente da vagabundagem (RAGO, 1985).

É neste contexto que vemos a campanha contra os cortiços, as extensas demolições e despejos que ocorreram no centro da cidade do Rio de Janeiro, tal qual a demolição do célebre cortiço Cabeça de Porco. De acordo com Lilian Fessler Vaz (1994), tal período histórico se constituiu enquanto a “Era das Demolições”, ou remoções, tamanhas habitações coletivas demolidas e proibidas de serem construídas novamente. Período que teria, de acordo com a autora, dado início “à prática contemporânea de transformação do espaço urbano através do contínuo processo de destruição-reconstrução” (p.80). O caso do cortiço Cabeça de Porco é algo interessante a ser visto aqui, pois de acordo com Vaz, tal cortiço é um dos poucos dos quais se tem um registro documental de existência e demolição, graças ao alvoroço criado ao redor de sua destruição no dia 26 de Janeiro de 1893. Vaz (1994) conta que o caso constituiu uma “verdadeira ação de guerra”, tendo estado presentes o “prefeito Barata Ribeiro, vários secretários, delegados, sanitaristas, concessionários, trabalhadores da prefeitura, policiais, bombeiros”.

As remoções e demolições dos cortiços obedeciam ao status-quo vigente no período em questão, que associava os moradores de habitações coletivas às classes degeneradas já apresentadas acima, sendo estes a representação, para as elites, da “animalidade pura”, dotados de “instintos incontroláveis”, assimilados “a cheiros fortes” e a “uma sexualidade instintiva” (RAGO, 1985, p.175). De acordo com Rago (1985), na medida em que os cortiços eram entendidos enquanto os imundos *loci* da degradação moral e da ameaça política, eliminavam-se “os obstáculos ideológicos que se poderiam antepor ao desalojamento dos trabalhadores dos cortiços” (p.176). A essa despolarização do discurso, somava-se uma veia racionalizante que buscava justificar a intervenção da elite nos mínimos detalhes da vida da população pobre urbana (RAGO, 1985), que se manifestaria enquanto efeito produtivo em duas instâncias.

A primeira seria o que Vaz (1994) argumentou ser a outra dinâmica constante que delineava e embasava a ação municipal contra as habitações populares, isto é, a constituição da família moderna e nuclear. Neste sentido, a família nuclear seria a antítese da ‘promiscuidade’ coletiva. Nesta visão de mundo, a família nuclear moderna teria duas características indispensáveis: ela seria higiênica e privativa (RAGO, 1985), ou em outras palavras, recatada e do lar. E ela teria uma casa higiênica e privativa e essa casa seria, de preferência, própria. Assim, espaço público e doméstico se embarçam cada vez mais,

entendendo-se que para se ter uma cidade saudável, operante, racional, precisava-se de núcleos familiares similares.

A segunda instância estaria refletida na emergência de uma nova forma de produção de habitação popular, privada, e focada nas necessidades das 'classes trabalhadoras' (BONDUKI, 1998): a vila operária. Projetada e construída por empresas e fábricas, as vilas operárias privadas seriam a antítese do cortiço e das formas de habitação coletiva. De acordo com Bonduki (1998), a vila operária se apresentava enquanto modelo ideal para os higienistas, "pois era salubre e continha equipamentos sanitários em cada unidade" (p. 53). De forma complementar em Rago (1985), as vilas operárias representaram uma vontade de impor um estilo de vida à população urbana pobre, uma forma de construir, fabricar uma 'classe trabalhadora' ideal.

*uma palavra sobre as Vilas Operárias:*

No Rio de Janeiro tivemos múltiplos exemplos de vilas operárias. Estas, eram conjuntos residenciais criados por fábricas e empresas para abrigar os trabalhadores junto aos seus espaços produtivos. De acordo com Paterniani (2019), constituíam um fazer-casa e vida que se encaixasse na racionalidade da branquitude<sup>65</sup>. Em geral, foram experiências marcadas por tentativas civilizatórias e disciplinadoras, com via a tornar o corpo-trabalhador sempre mais produtivo; experiência similar ao que veríamos nos anos 1940 com a construção dos Parques Proletários. As vilas operárias começaram a ser construídas no Rio de Janeiro em meados de 1880. Embora as principais vilas tenham sido construídas nas zonas Central e Norte da cidade, uma importante vila operária foi construída em plena Freguesia da Gávea, próxima ao local onde nossa estória principal se desenrola. A Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca instalou-se na Estrada Dona Castorina, atual Rua Pacheco Leão, no bairro do Jardim Botânico, e a Fábrica de Fiação e Tecelagem Corcovado instalaram-se na Rua Jardim

---

<sup>65</sup> Reproduzo aqui, uma citação direta que Paterniani (2019) destacou ao longo do texto da pesquisadora Lia Vainer Schucman, referência para estudos de branquitude: "O fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguram aos brancos a ocupação de posição mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça." (SCHUCMAN, 2012, p. 14).

Botânico, ambas acompanhadas de moradia popular para seus operários. Em uma operação irônica, na atualidade, os territórios que abrigaram essas moradias ainda no século XIX, hoje sofrem recorrentes e violentas ameaças de remoção<sup>66</sup>. Além disso, em 1889, com a constituição da Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro sob a administração do engenheiro civil Arthur Sauer, construiu-se uma série de vilas operárias. A companhia foi responsável pela destruição e remoção de diversos cortiços e estalagens ditas insalubres, tendo adquirido um total de 26 prédios e terrenos para a construção das vilas, dentre as quais: a vila operária Arthur Sauer, a Ruy Barbosa, a Senador Soares, a vila Maxwell, a vila Sampaio (RAGO, 1985).

Parece haver um consenso entre teóricos acerca do funcionamento interno das vilas, com o intuito de manter o trabalhador o máximo de tempo possível dentro de sua casa e vila, afastados “dos perigos ameaçadores das ruas e dos bares” (RAGO, 1985, p.163). Na leitura de Rago (1985), as vilas eram espaços totalitários, nos quais “a problemática da habitação popular é utilizada como pretexto para a aplicação de regimes disciplinares de espacialização dos corpos, desde o espaço urbano até o interior da casa” (p. 190). De forma complementar, em Bonduki (1998), caracteriza-se as vilas como sendo minicidades, provedoras dos equipamentos fundamentais para o trabalhador não necessitar se deslocar para ‘fora’. Tinham: parque com coreto para concertos, salões de baile, campo de futebol, igrejas, escolas, farmácias.

No entanto, as fronteiras entre vila operária e cortiço podiam ser, e frequentemente eram, tênues (BONDUKI, 1998; ROLNIK, 1994). Como explica Bonduki (1998), no cortiço-corredor, por exemplo, podiam ser encontradas unidades habitacionais com dois e até três cômodos, se diferenciando estruturalmente de uma casa de vila por não contarem com instalações sanitárias privativas e sim coletivas. De acordo com o autor, seria quando uma construção deixava de seguir os padrões municipais que esta se tornava “clandestina” e passava a ser compreendida, do ponto de vista da administração municipal, enquanto um cortiço (BONDUKI, 1998). Já para Rolnik (1994), as vilas higiênicas ainda eram pobres, mas por serem mais organizadas e ordeiras eram consideradas ameaças menores do que os cortiços. Ainda, Rolnik (1994) descreve que os habitantes dos cortiços e das vilas se misturavam e

---

<sup>66</sup> Estou me referindo às ameaças de remoção sofridas pela comunidade do Horto, um dos bairros que hoje constitui a antiga Freguesia da Gávea. Na atual Rua Pacheco Leão, a comunidade que ali vive está em constante resistência às ameaças de remoção advindas dos governos estadual e federal.

circulavam por dentre os mesmos locais, as mesmas ruas, pegavam os mesmos bondes e por vezes até trabalhavam nas mesmas fábricas. Para ela, “a fronteira entre “encortiçados” e “moradores de vilas” não era claramente demarcada”, mas se constituía por e através de uma moralidade trabalhista, sendo a população encortiçada vista enquanto ‘clandestina’ e ‘marginal’, enquanto os moradores de vilas seriam os ‘trabalhadores pobres’. De um lado, “a miséria permitida, útil, explorada”, e do outro, “a miséria ilegal, perigosa” (ROLNIK, 1994, p.100).

Este ponto específico merece uma nota exploratória, isto é, esta clivagem, as vias através das quais se cria e insiste em uma diferenciação entre ‘vila operária’ vs. ‘cortiço’ sob o jugo da administração pública, culminando em uma associação de ‘cortiço’ com ameaça e de ‘vila operária’ com ‘ordem’ e ‘controle’; diferenciação que, como argumenta Paterniani (2019), está diretamente ligada a uma questão racial. Em sua tese de doutorado, intitulada “São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia”, a antropóloga urbana Stella Paterniani busca fazer uma recuperação racializada da historiografia de São Paulo, relendo a literatura seminal da economia política da urbanização e entendendo de que forma este *corpus* esteve e está operando na e pela epistême da branquitude. Em sua pesquisa, Paterniani traça paralelos que vão desde a senzala até a favela, argumentando que estas são e foram manifestações do que ela chama de ‘casa negra’, passando pelas múltiplas tentativas de ‘estabilização’ estatal destas moradias e argumentando que, historicamente, a ‘casa negra’ sempre escapou e resistiu à tais investidas. Para a autora, a criação das vilas operárias foram uma destas tentativas de estabilização, tanto da casa quanto de corpos não brancos. Uma tentativa do sistema classificatório da branquidade em enquadrar, controlar, domesticar a casa e a vida não-branca (PATERNIANI, 2019).

Nesse sentido, o cortiço enquanto banimento higiênico e a instauração do modelo vila operária como o modo de habitabilidade aceitável, se dava concomitante ao cortiço enquanto banimento racial e a vila operária enquanto ambiente e instituição embranquecida. Para a autora, as associações morais feitas pelo poder público ao cortiço e à população encortiçada são expressões da branquidade, isto é, são mecanismos de construção de um ‘outro’ racial, enquanto o branco (e forma de moradia associada ao branco) permanecem se instituindo enquanto a norma – de ser, de viver, de conhecer. Nesse sentido, o discurso do “combate à precariedade” se dá sob a égide de um racismo “não”-explícito, sendo que a “a não

explicitação, aqui, funciona como uma tecnologia de branquidade: supor seu corpo universal e, portanto, supor universais suas prerrogativas, seu modo de vida e outorgar a si mesmo a atribuição de expandir seu modo de vida a todos os Outros.” (PATERNIANI, 2019, p. 122)

Nessa mesma linha, a autora propõe que muitas vezes, tanto na literatura sobre o urbano, quanto nos discursos estatais oficiais, a categoria ‘trabalhador’ implicitamente significava ‘trabalhador branco’, subsumindo as relações de raça a relações de classe. Assim, “nessa narrativa há o esforço de criar a ficção do trabalhador (branco), esse tipo ideal de encarnação modernista da ordem, da limpeza, do trabalho e do progresso” (PATERNIANI, 2019, p. 130). Voltamos, então, para o ponto que em algum momento anterior desse capítulo já foi discutido, entendendo a emergência das vilas operárias enquanto parte integrante – produto e produtora - da grande narrativa nacional em curso no período, a narrativa universal, todo-envolvente, da ordem e do progresso.

É importante ressaltar que estórias tem múltiplas perspectivas e pontos de vista. Neste trabalho, não coube a perspectiva dos moradores de tais vilas operárias. Assim, fujo do argumento de que esta forma de moradia serviu – única e exclusivamente – como opressiva e opressora das subjetividades que ali habitaram. Sem dúvida, as experiências de moradia ali foram múltiplas e diversas, constituindo uma riqueza de experiências e atravessamentos que ficarão para além dos limites deste trabalho. O objetivo principal ao trazê-la como produto(ra) histórico(a) baseia-se nesse sobrevôo das ‘soluções’ históricas que pipocaram no contexto brasileiro acerca da temática ‘moradia popular’, isto é, possíveis ‘soluções’ providas pelos discursos higienistas de desodorização do espaço urbano e de desaglomeração de uma população pobre não-branca.

#### *do público ao privado: uma ‘poética da racionalização’*

A aproximação com a temática das vilas operárias, e dos paradigmas de higienização e desodorização do espaço público, trouxe à visibilidade um outro fenômeno que me interessa explorar. Este diz respeito a um possível deslocamento do olhar vigilante higienista do espaço público para o espaço privado. Assim, se tornaria possível observar uma junção da ‘poética do contágio’, vista anteriormente, com o que aqui será entendido como ‘poética da racionalização’, inspirado nas provocações de McClintock (2010). Neste sentido, a ‘poética da racionalização’ seria um dos efeitos da ‘poética do contágio’ advindas da disseminação das

teorias higienistas, ocasionando o que Rago (1985) chamou de um deslocamento tático do olhar da esfera pública para a esfera privada. No contexto deste trabalho, que se apoia fortemente em teorias feministas, a problemática da divisão entre o público e privado se torna fundamental. Assim, me proponho a dialogar com a tal ‘poética da racionalização’ por entender que essa toca justamente na tensão acima, não de forma a desvelar a sua ‘origem’, mas de forma a compreender como o binômio público-privado teria sido instrumentalizado e atualizado ao longo da estória que se busca contar.

Em Rago, compreende-se que a habitação popular teria passado por um processo de esquadramento e escrutinização, de modo a projetar neste tipo de moradia uma certa ‘idealização burguesa’ (nas palavras de Margareth Rago) rumo a criação de um conjunto ideal, higiênico e não-contagioso de trabalhadores modernos. Assim, a moradia popular seria “dividida em um número suficiente de compartimentos para evitar a promiscuidade”, os quartos seriam “suficientemente isolados uns dos outros, como o “deseja a família brasileira”, em “espaços menores, porém mais divididos, que permitam individualizar os corpos, distanciá-los, estabilizá-los” (RAGO, 1985, p. 194). A intimidade da casa seria invadida pela vigilância e pelo controle sanitário e higienista – afastando os corpos, afastavam-se as possibilidades de promiscuidade e transgressão de fronteiras. Nesse sentido, podemos compreender Rago (1985) quando esta argumenta que a questão da habitação popular foi sendo tratada por todo o conjunto de saberes dominantes “menos como um problema material” e mais como uma “questão moral”. A família brasileira era, afinal, idealizada como higiênica, útil, produtiva, patriarcal e branca (RAGO, 1985; PATERNIANI, 2019). E como veremos mais adiante: católica.

Nesse sentido, buscarei ajuda em algumas outras reflexões que possam propor entrelaçamentos entre raça e classe – as temáticas privilegiadas acima – e gênero, para que nos aproximemos mais desse ideal de família que pautava as preocupações higienistas, tanto no Brasil quanto na Europa. Assim, antes de acabar o presente capítulo, proponho um exercício de visualização. Abandonemos o fio da ‘vila operária’ por um breve instante, e peguemos em nossas mãos um outro fio. Um fio que nos leva à Europa do final do século XIX, de encontro à realidade sobre a qual Anne McClintock escrevia em *Couro Imperial*.

Dentre os muitos pontos que a autora busca fazer em seu livro, esta afirma, sem muitas complicações, que é “lugar-comum notar o surgimento histórico da distinção entre o público e o privado no século XIX” (p. 248). Algo que não me parece tão óbvio assim, e para a

leitora possa também não parecer. Mas, não tendo lido isso de forma leiga, logo associei essa frase com um outro trabalho, também feminista, de extrema importância para a discussão em questão. Lembrei do livro seminal de Carole Pateman, *O Contrato Sexual*, e a forma como ela propõe ‘a gênese’ da divisão entre as esferas do público e do privado. Porém, como a leitora já sabe, não trabalhamos com gêneses e corremos para longe de teleologias, portanto a nossa leitura e aproximação de Pateman será parcial, a fim de, especialmente, buscar uma contextualização da frase de McClintock e em um grau mínimo, do debate acerca da divisão entre o público e o privado.

Em seu livro, Pateman (1993) sugere que a divisão entre as esferas do público e do privado está intimamente ligada à emergência do pensamento liberal político e econômico, sendo inclusive uma das bases de sustentação – implícita – de tal projeto. O interesse de Pateman (1993) está em dialogar com os chamados ‘contratos sociais’ fundadores do pensamento moderno, entendendo que estes contratos sempre foram, na realidade, pactos sexuais-sociais, apesar de nunca terem sido “vistos” desta forma. Assim, a estória do contrato social seria tratada como “um relato da constituição da esfera pública” (p. 21), fazendo isso em detrimento à importância política de uma outra esfera, isto é, a esfera privada. Nesta operação divisiva, a esfera pública é entendida enquanto a esfera da sociedade civil, da vida política, do individualismo, da razão, da lei, dos homens *brancos* (apesar de Pateman não ter racializado a sua análise neste primeiro livro); e o mundo da família, do casamento, da casa, das relações íntimas, da vida emocional, das mulheres *brancas*, seria algo separado e subjugado ao primeiro (PATEMAN, 1993).

Nesse sentido, o *doméstico* emergiria tanto enquanto uma esfera, quanto como uma relação de poder, a *domesticidade* (MCCLINTOCK, 2010). A problemática, tanto para Pateman (1993) e McClintock quanto para o pensamento feminista crítico, estaria na *naturalização* da esfera doméstica e da domesticidade, isto é, a compreensão de que a separação entre público vs. privado seria algo natural, ao mesmo tempo que o público teria o status de político, de uma construção cultural, ao passo que o doméstico teria o status de natural, isto é, não-fruto de uma construção mas uma constatação *a priori*, algo sempre existente, fora da “História” (mas ironicamente subjugada à tal *História*). O que McClintock (2010) nos conta é que tal construção, tal separação e hierarquização das esferas públicas e privada não aconteceram do dia para a noite, mas teriam sido parte integrante de um processo gradual e violento, resultado “de um regime sistemático de deslocamento e desapropriação, não só das

mulheres” (p.250), como também dos homens sem propriedades, processo que dialoga com ao longo de grande parte de seu livro.

Assim, o que Margareth Rago caracterizou como sendo essa transferência do olhar vigilante da esfera pública para a esfera privada, McClintock (2010) chama de ‘culto da domesticidade’, isto é, uma ênfase excessiva em arranjos domiciliares, um esforço de disciplinar o espaço doméstico via uma arrumação e ordenamentos excessivos. O culto da domesticidade teria tido uma faceta prática-material e outra moral, sendo fundamental para consolidar famílias com claras filiações e valores, dentre os quais, os valores da racionalidade liberal “da monogamia, da poupança, da ordem, da acumulação, da classificação, da quantificação e da regulação” (p. 251). Tal família, no entanto, não seria *qualquer* família, como já discutíamos anteriormente. Mas seria, sim, representada pelo tropo da ‘família evolucionária’, isto é, a família teleológica da racionalidade liberal que, conforme já visto, seria idealmente uma família branca, patriarcal (no sentido de que se organiza a partir e ao redor de uma figura masculina), ‘pura’, e produtiva para o sistema econômico capitalista.

Ainda, McClintock (2010) chama atenção para o que seria a faceta prática-material do culto da domesticidade, sendo esta focado no excesso de classificação no interior dos lares, melhor representado pela

“rotulação das garrafas, na cuidadosa marcação de lençóis e roupas, na manutenção escrupulosa dos livros de visitas, na mensuração meticulosa da comida, na estrita anotação nos livros de contas. Utensílios, tecnologias e horários especializados foram desenvolvidos para diferentes estágios da preparação da comida e do ato de comer. O fetiche da mensuração racional levou a um aumento no uso de pesos e medidas. A comida era servida obedecendo a horários rígidos, anunciados pelo toque de companhias. Em lugar da mistura do doce e do salgado e do quente e do frio outrora apresentados a um só tempo, as refeições passaram a seguir estritas regras de sequência, cada prato seguindo o anterior com o decoro apropriado ao progresso linear e racional.” (p. 252)

Peço a leitora que guarde as imagens e ideias expostas acima, que serão retomadas no capítulo próximo, em uma aplicação empírica mais contextualizada. Por hora, seguindo o gancho das provocações feitas acima, avançarei um pouco no tempo-espaço, sobrevoando o

contexto da Era Vargas e a criação dos Parques Proletários, para então encerrar este capítulo e seguir com o próximo. Apresentarei a estória que se conta na literatura seminal acerca do período, no intuito maior de criar base e contexto para os capítulos que seguirão.

*‘a solução favela’ em: a experiência totalizante dos Parques Proletários:*

“Depois de um intervalo de mais de 40 anos, coube ao governo do Presidente Vargas reiniciar, por intermédio da Prefeitura, as providências de ordem prática para a solução do problema das favelas. Mais de quarenta anos decorridos, permanece o problema, agravados os seus aspectos urbanos e médico-sociais, contribuindo de forma nociva para complicar outros problemas...Porque assim é, a Prefeitura na administração atual encarou a urgência e gravidade do caso, procedendo ao estudo sistemático das favelas”.<sup>67</sup>

De acordo com Leeds e Leeds (1978), observa-se ao longo da estória brasileira uma pendulação constante no que se refere ao tratamento estatal do ‘problema favela’ e suas possíveis soluções. Tal pendulação, de acordo com os autores, varia entre regimes populistas e, portanto, soluções mais “sociais” e “humanas”, ao passo que ao longo dos regimes militares e de orientação mais elitistas, tendeu-se a (re)produzir políticas “mecânicas, administrativas e repressivas” (LEEDS E LEEDS, 1978, p. 187). Além disso, pode-se considerar que os autores reafirmam a tal continuidade descontínua, argumentando não ter havido, em termos históricos, políticas coesas e uníssonas no tratamento da problemática favela, tampouco da habitação popular. No entanto, segundo Bonduki (1998), o tema da habitação social teria ganhado força jamais vista ao longo do Estado Novo Vargasista.

O projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas teria, ainda sob influência do fio sanitário, mas somado à novos temas, catapultado o debate acerca da habitação social para o centro das preocupações políticas do período (BONDUKI, 1998). Neste contexto, a habitação é compreendida como condição básica para a reprodução da força de trabalho, elemento fundamental para a constituição de um trabalhador racional, e, portanto, produtivo para os projetos macropolíticos e econômicos. Além disso, segundo Bonduki (1998), percebe-se uma aproximação da habitação social enquanto fundamental para a formação ideológica, política e moral de um novo trabalhador, um trabalhador-padrão, Homem-Novo, racional e

---

<sup>67</sup> Em: Leeds e Leeds, 1978.

perfeitamente enquadrado no regime hegemônico da época, base e sustentação política para o estado que se forjava.

Neste contexto, destaca-se a atuação do prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, retomando o Código de Obras de 1937 no que diz respeito ao ‘problema’ favela, com algumas ressalvas. Como já vimos anteriormente, o Código de Obras 1937 foi o primeiro a reconhecer a ‘favela’ legalmente, explicitamente defendendo a sua erradicação, e é tido como um dos fios condutores das políticas oficiais no tratamento para com as favelas desde sua promulgação (LEEDS e LEEDS, 1978). Porém, no contexto da ideologia do Estado Novo de Vargas, Dodsworth não aplica necessariamente o impulso de erradicação dos territórios favelados, mas opta por investir na ideologia e arquitetura dos Parques Proletários Provisórios. Ainda, segundo Valladares (2005),

“Dentro da ótica populista de Vargas, já não era mais aceitável intervir nos espaços urbanos considerados problemáticos sem considerar a sua população. Dentro da nova política, não seria mais sustentável incendiar as zonas urbanas ocupadas irregularmente ou simplesmente expulsar os pobres, conforme foi feito na época da guerra contra os cortiços. A casa própria era aspiração legítima do trabalhador.” (p.63)

No início dos anos 1940, estimava-se a existência de 60.000 barracos nas favelas do Rio de Janeiro. Assim, seria o objetivo final de Dodsworth, conseguir remanejar ao menos 300.000 favelados para habitações sociais provisórias. As casas seriam construídas de forma provisória, para serem reatualizadas em momento futuro com habitações mais adequadas aos valores ‘burgueses’, que estavam sendo disseminados em congressos internacionais e seminários de arquitetura social pelo mundo<sup>68</sup> naquele momento. A ideia principal era de que as pessoas realojadas pudessem ser transferidas de volta para áreas próximas as que viviam antes, após a urbanização de tais áreas. No entanto, para Dodsworth, a “luta contra a favela” teria como objetivo primeiro “melhorar a sorte de seus habitantes”, oferecendo alojamento provisório e, além disso, assistência e educação aos seus habitantes para que estes se adequassem a um novo modo de vida. Os parques proletários, destinados ao proletariado da época, como sugere o nome, funcionariam em moldes semelhantes às Vilas Operárias já descritas anteriormente, com a construção não somente de habitações sociais, mas também de creches, escolas, equipamentos esportivos, centros sociais, e postos de polícia (VALLADARES, 2005).

---

<sup>68</sup> Ver: As Origens da Habitação Social no Brasil, Nabil Bonduki.

Aqui, cabe ainda uma exploração. Uma que conecta, de forma tênue sempre, a (con) fusão problemática entre habitante e habitação, que (des)liga a Vila Operária aos Parques Proletários, neste *continuum* descontínuo do qual tanto falamos. Pois, de acordo com Bonduki (1998), teria sido ao longo dos anos Vargasistas, que teria havido a consolidação do tropo da ‘família’ como um alicerce social fundamental. Em outras palavras, destacava-se o papel da família e sua essencial “função de reproduzir a ordem e a moral estabelecida” na sociedade (BONDUKI, 1998, p.84). Porém, compreendia-se que a sociedade familiar encontraria na materialidade da habitação uma das condições para seu desenvolvimento e consolidação: a família precisaria de um lar, uma casa individual, onde a vida familiar se desenvolvesse de forma plena e sem contágios externos da coletividade<sup>69</sup>. Para Bonduki (1998), a consolidação da família enquanto ‘célula-mater da sociedade’ encontra-se na Constituição de 1937, que inaugurou o Estado Novo, onde declarava-se que a família estava “sob proteção do Estado”. Assim, essas associações entre família-sociedade, família-ordem, família-habitação, fizeram “da questão habitacional uma pedra angular da reprodução ideológica dos valores burgueses que se buscava universalizar em todas as classes sociais, sobretudo entre os trabalhadores urbanos” (BONDUKI, 1998, p. 84). Nesse sentido, o ‘tipo’ de família informa o ‘tipo’ de habitação e vice-versa, ambos são informados e informam o ‘tipo’ de sociedade que se busca e se constrói, em um processo que deve ser compreendido sempre enquanto co-constitutivo, sem uma necessária causalidade linear. Os adjetivos que acompanham essas tipologias, seriam, em Bonduki (1998): ‘burguês’, ‘cristão’, ‘etnocêntrico’, ‘nuclear’, ‘monogâmico’, ‘dócil’ e ‘natural’.

Ao longo do período entre 1941-1944, foram construídos três Parques Proletários na cidade do Rio de Janeiro: o da Gávea, do Caju e do Leblon. O primeiro parque a ser construído foi o Parque Proletário da Gávea, localizado na nobre Zona Sul do Rio de Janeiro. Apesar de provisório, este permaneceu operante até 1974, quando foi totalmente removido e seus moradores remanejados para os conjuntos habitacionais da Vila Kennedy e Cidade de Deus, os quais abordaremos mais adiante. Lá, no Parque Proletário da Gávea, a autoridade era absoluta. As tais “assistência e educação” das quais Dodsworth falava, ganharam proporções todo-envolventes. O processo iniciava-se com a seleção dos moradores: aceitavam-se

---

<sup>69</sup> Aqui, percebe-se ainda em atuação a racionalidade da poética do contágio da virada do século XIX para o século XX, onde entendia-se que “nas habitações coletivas, a família estaria ameaçada de contaminação pelo corpo social e todos os seus membros seriam prejudicados” (BONDUKI, 1998, p. 85).

somente trabalhadores, com boas condições de subsistência, além de terem seus antecedentes checados junto à polícia (DUARTE, 2019). Os moradores eram obrigados a andar com cartões de identificação, mostrando-os sempre que quisessem retornar às suas casas. Havia, claro, um toque de recolher, e um momento no qual os portões da vila se fechavam: 22 horas da noite. Havia uma lista com 19 regras a serem seguidas, sendo uma destas a obrigatoriedade presencial em reuniões e ‘comícios’ públicos que acontecessem no Parque, como as visitas de políticos ou até mesmo do presidente. Uma hora antes do fechamento dos portões, o administrador do parque, cargo de indicação política no período, fazia pronunciações no alto-falante que alcançava todo o espaço do empreendimento. Nesta anúncio, interpretava-se os eventos do dia, e recorrentemente aproveitava-se a ocasião para pregar lições de moral, comunicar as normas e valores da ‘citadela’, e outros detalhes que o administrador julgasse interessante (VALLADARES, 2005; LEEDS E LEEDS, 1978). Percebe-se que se a sociedade ainda não se encaixa na tipologia que se almeja construir, encontram-se manias e vias de enquadrá-la.

Embora as pretensões fossem muito mais maníacas, os Parques Proletários conseguiram realocar cerca de apenas 7 a 8 mil pessoas. Para Valladares (2005), esta pode ser considerada a primeira política estatal efetiva de construção de moradias populares<sup>70</sup> para os residentes das favelas do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com a autora, os Parques Proletários podem ser compreendidos como experiências relevantes na historiografia brasileira por estarem associados a um novo tipo de conhecimento científico, em emergência ao longo dos anos 1940, no qual reconhecia-se “a necessidade de dados concretos para uma gestão mais eficaz da pobreza e de seus espaços” (VALLADARES, 2005, p. 63). Os Parques Proletários, acatados por Dodsworth e Vargas, foram uma sugestão do médico Victor Tavares de Moura, que havia publicado um estudo em 1943, mas que havia começado anos antes, sob o título de *Favelas do Distrito Federal*. Tal estudo, buscava suprir e informar as decisões estatais acerca do ‘problema favela’ com um conhecimento estatístico e científico, tendo

---

<sup>70</sup> É importante mencionar que ao longo do governo Vargas foram criados os chamados Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), a partir de fundos de pensão, tornando-se um grande elemento da política habitacional entre os anos de 1930 e 1960. Os IAPs foram conjuntos habitacionais produzidos diretamente com recursos estatais com o intuito de abrigar trabalhadores de múltiplas categorias. Existiram múltiplos IAPs, como por exemplo o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). É importante ressaltar que os IAPs atendiam trabalhadores formalmente registrados em suas categorias de trabalho, excluindo trabalhadores informais, por exemplo. Para mais aprofundamentos ver: *Origens da Habitação Social*, Nabil Bonduki.

influenciado inclusive o primeiro recenseamento de favelas que ocorria em 1948, e o primeiro recenseamento do Distrito Federal que ocorreria em 1950. Ainda, como veremos em mais detalhes no capítulo seguinte, a partir do final dos anos 1940 vemos o serviço social ganhando importância no que tange o tratamento das favelas, protagonizado pelas assistentes sociais. Estas, colaboravam com as instâncias municipais e órgãos relevantes na “gestão da pobreza, em uma atuação que misturava proteção social e controle da população de baixa renda” (VALLADARES, 2005, p. 63).

O projeto dos Parques Proletário foi descontinuado por falta de interesse e verbas públicas, após o desmonte do governo varguista. Em 1960, os parques começaram a ser ameaçados de remoção, junto a uma série de territórios de baixa renda espalhados pela cidade do Rio de Janeiro. Ao longo da década de 1960, que exploraremos mais adiante, o Rio de Janeiro presenciou e participou de intensas e importantes mudanças estruturais, políticas e sociais, que se refletiram profundamente na organização urbana e habitacional.

## Capítulo III | Uma política de (des)habitação popular

“O plano de desfavelamento também aborrecia e confundia a todos. Havia um ano que a coisa estava acontecendo. A favela era grande e haveria de durar muito mais. Dava a impressão de que nem eles sabiam direito por que estavam erradicando a favela. Diziam que era para construir um hospital ou uma companhia de gás, um grande clube talvez. As famílias estavam mudando havia um ano, mas, tempos antes, já havia ameaça de tudo que iria acontecer. De tempos em tempos, apareciam por lá engenheiros para medir a área. Não se sabia se os pretensos donos seriam de uma companhia particular ou se gente do governo. Vinha o medo.”<sup>71</sup>

Em *Becos*, Tio Totó não se conformava com o que se passava. Falava para quem quisesse ouvir:

- “Seria aquilo vida?”<sup>72</sup>

Totó já estava velho, e se recusava a sair da favela. Não iria se mudar de novo, “em um momento que seu corpo pedia terra. Ali seria sua última morada.”<sup>73</sup> O desfavelamento chegava aos poucos, seus personagens se desvelando com o passar do tempo. Talvez os roteiros se repetissem, imitando as ordens de aparência de cada elemento na estória, ou por vezes a ordem era modificada, vindo um antes do outro mas tampouco alterando o produto final. Na favela de Maria-Nova, chegaram primeiro os tratores. Que foram os últimos a irem embora também, depois mesmo dos caminhões que levaram os moradores para longe de lá, para outras favelas, outros becos da cidade. Tratores, caminhões, “bichos pesadões” de acordo com a nossa narradora. Chegaram devastando “a ponta norte da favela”<sup>74</sup>. De acordo com Maria-Nova, desde o início:

“Algumas famílias já estavam com ordem de saída e isto precipitava a dor de todos nós. Cada família que saía, era uma confirmação de que chegaria a nossa vez. Ofereciam duas opções ao morador: um pouco de material, tábuas e alguns tijolos

---

<sup>71</sup> *Becos da Memória*, p. 71.

<sup>72</sup> *Becos da Memória*, p. 13.

<sup>73</sup> *Becos da Memória*, p. 14.

<sup>74</sup> *Becos da Memória*, p. 71.

para que ele construísse outro barracão num lugar qualquer, ou uma indenização simbólica, um pouco de dinheiro. A última opção era pior. Quem optasse pelo dinheiro recebia uma quantia tão irrisória, que acabava sendo gasta ali mesmo. Depois vinha o pior, decorrido o prazo de permanência, nem o dinheiro, nem as tábuas, nem os tijolos, só o nada.”<sup>75</sup>

Tiveram momentos que os tratores pararam suas operações e os moradores acharam que – seja lá quem fosse - havia abandonado a ideia do desfavelamento. Foi a ida dos moradores à firma construtora, a fim de reclamar dos bichos pesadões de pernas para cima parados ali no meio da comunidade, que fez com que a firma enviasse mais tratores, novos tratores, e que recomeçassem os trabalhos. O desfavelamento retomava seu ritmo<sup>76</sup>.

Se em Pindura-Saia as incertezas causadas pelo desfavelamento ganhavam centralidade nas vidas dos moradores, na favela da Praia do Pinto a situação era paralela. Foi cedo, em uma semana chuvosa de Março na cidade do Rio de Janeiro, que uma representante do Estado tentou proferir uma palestra na Igreja de Santos Anjos, na então conhecida Favela da Praia do Pinto. Sob vaias e pedradas, saiu coberta por policiais que a tentavam proteger. O pároco da Igreja, Padre Oliveira, havia convidado a Srta. Sandra Cavalcanti, então Secretária de Serviços Sociais da Guanabara, a fim de esclarecer “as notícias que davam como iminente o desalojamento da Praia do Pinto”<sup>77</sup> para o conjunto habitacional da Vila Kennedy, que acabara de ser inaugurado em janeiro daquele mesmo ano<sup>78</sup>.

No entanto, conta uma matéria do período, que teria sido Sandra Cavalcanti que entrou em contato com o vigário da paróquia da Praia do Pinto após ser noticiada de que “falsas assistentes sociais”<sup>79</sup> haviam alertado os moradores, em uma sexta-feira, que a remoção da favela estava programada pelo Governo do Estado para o domingo daquela mesma semana. Segundo a Secretária de Serviços Sociais, esta deveria esclarecer aos moradores do Pinto que a favela que seria de fato removida àquela altura seria a da Praia de Ramos, localizada na

---

<sup>75</sup> Becos da Memória, p.71.

<sup>76</sup> Se falamos em continuidades descontínuas, o processo mesmo de remoção pode ser considerado uma. Como argumenta Paterniani (2019), a ficção de linearidade que constrói o imaginário remocionista não passa disso: uma ficção. Na práxis, o processo se dá de forma quebradiça, estendida, vencendo a todos – no mínimo – pelo cansaço. Voltaremos a explorar esse tema ao longo do capítulo.

<sup>77</sup> Jornal do Brasil, 24 de Março de 1964. “Favelados apedrejam Sandra”.

<sup>78</sup> O Conjunto Habitacional da Vila Kennedy foi inaugurado em 20 de Janeiro de 1964. O conjunto, que foi construído com verba doada pelo programa Aliança para o Congresso, em parceria com o governo norte-americano, foi batizado com o nome do então recém-falecido presidente John K. Kennedy. Foram construídas 5.054 unidades habitacionais.

<sup>79</sup> Jornal do Brasil, 24 de Março de 1964, “Sandra acusa estudantes, sargentos e comunistas de a agredirem em favela”.

Avenida Brasil. Naquele caso, a obra estava sendo visada pelo Estado para viabilizar o alargamento da Avenida Brasil, mas ainda não havia uma data certa pois não havia para onde removê-los. Acrescentou, que muito provavelmente os boatos espalhados na favela teriam vindo dos “pelegos de luxo do IAPI<sup>80</sup>”, do próprio presidente da Associação de Moradores da Praia do Pinto, e por “estudantes da Pontifícia Universidade Católica pertencentes à Ação Popular”<sup>81</sup>. Acusou o grupo formado por todos esses de terem incentivado os moradores a lhe apedrejarem.

Mesmo após a visita de Sandra, o clima na Praia do Pinto era de intranquilidade e antecipação. Os rumores de remoção não teriam começado naquela semana. A possibilidade do chamado desfavelamento era ubíqua, mas parecia estar sempre sendo adiada. Aos que já viviam ali há tempos, rumores de mudança era natural, cotidiano. Nos últimos anos, porém, o ritmo parecia ter sido acelerado nessa frente. No final de 1960, Carlos Lacerda foi eleito Governador do recém-criado Estado da Guanabara e fazia da resolução do “problema favela” uma das suas grandes frentes de atuação: foi responsável pela transferência de mais de 120 mil pessoas para conjuntos habitacionais na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro (SIMÕES, 2008).

Ao que diz respeito aos enredamentos de Carlos Lacerda e a política de favelas no Rio de Janeiro, este é no mínimo ambíguo. Se Lacerda veio a ser um dos principais agentes remocionistas já vistos na estória da cidade no âmbito de seu governo da Guanabara, haveria sido ele que escrevera extensivamente sobre o que chamou de “A Batalha do Rio”, anos antes de ser eleito como governador, defendendo um ponto de vista diferente ao da remoção. Sigamos a historicidade dessa ironia.

### *a Batalha do Rio*

Se estamos operando nos termos linguísticos da narrativa, trabalharemos inevitavelmente com personagens. E dentre esses, introduziremos agora uma central para a nossa estória. Pois, o que ficou historicamente conhecido como sendo “A Batalha do Rio”, foi um conjunto de artigos de opinião e reportagens publicadas no Correio da Manhã pelo então

---

<sup>80</sup> Como já explicado no capítulo anterior, os IAPIs eram os conjuntos residenciais construídos para aqueles associados ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários.

<sup>81</sup> Jornal do Brasil, 24 de Março de 1964, “Sandra acusa estudantes, sargentos e comunistas de a agredirem em favela”.

jornalista Carlos Lacerda, ao longo do primeiro semestre de 1948, com uma mensagem clara – e contraditória - de ser “contra as favelas e a favor dos favelados”<sup>82</sup>. Argumenta-se que tal conjunto de artigos representou um ponto de inflexão política na ‘representação’ da favela a nível nacional (OLIVEIRA, 2010), trazendo para a centralidade do debate público os ‘aspectos humanos’ das favelas brasileiras – termo que seria reutilizado posteriormente em uma das maiores pesquisas feitas das favelas cariocas e paulistas na década de 60, a conhecida pesquisa SAGMACS, coordenada pelo sociólogo José Artur Rios, da qual falaremos mais a frente.

Na edição do dia 19 de Maio de 1948, uma nova coluna aparecia no Correio da Manhã: A Tribuna da Imprensa. Nela, o jornalista escreve: “sabemos que o problema das favelas tem origens profundas. Sabemos, igualmente, de suas consequências imensas. Mas também sabemos que a decisão de enfrentar esse problema depende do povo”<sup>83</sup>. Como víamos nos capítulos anteriores, o vocábulo favela já se representava enquanto problema no imaginário nacional. Eram as soluções e enfrentamentos a este tal ‘problema’ que começavam a se colocar em disputa no cenário sociopolítico. Assim, é importante notar que a Batalha do Rio não surge ou ocorre em um vácuo histórico.

Paralelamente, acontecia o primeiro recenseamento de favelas do distrito federal, no qual pode-se traduzir em números o tamanho do ‘problema’. O primeiro recenseamento de favelas do Rio de Janeiro, intitulado *Censo das Favelas – Aspectos Gerais*, teve início durante as primeiras semanas de 1947, e encerrou-se no final de Março de 1948. No entanto, o estudo só foi publicado somente em 1949. De acordo com Valladares (2005), foram identificadas 119 favelas, contando com uma população total de 138.837 habitantes, o que significava que aproximadamente 7% da população carioca residia em territórios favelados. Tal estudo destaca-se, em especial, por não estabelecer uma definição clara do que se entendia enquanto favela, tampouco indicou os princípios de identificação utilizados para a realização do estudo (VALLADARES, 2005).

Argumenta-se que com a Batalha do Rio, Lacerda possivelmente adicionou camadas ao debate das favelas. Não digo novas, pois nunca o são, estariam estas mais alinhadas com o prefixo ‘re’: de reatualização, ressignificação, recontextualização. Afinal, a trama política do período era outra daquela vista ao final do século XIX e início do XX. Neste momento,

---

<sup>82</sup> Correio da Manhã, 19 de Maio de 1948.

<sup>83</sup> Correio da Manhã, 19 de Maio de 1948.

acrescentava-se ao cenário internacional o fortalecimento da ideologia comunista. A possibilidade comunista sempre esteve presente, inclusive na virada do século, e as favelas foram comumente representadas enquanto associadas à tal ‘ameaça’. Porém, percebe-se no discurso do próprio Lacerda uma retomada da necessidade de defesa à ‘Democracia’, “passando por cima de todas as nossas diferenças de concepção e de métodos sobre a solução dos problemas de governos”<sup>84</sup>, não sendo esta campanha “em nenhuma hipótese uma cruzada contra o comunismo”<sup>85</sup>. E embora um argumento tão explícito carregue em si a possibilidade enorme da dúvida, um dos sucessores da Batalha do Rio foi justamente a fundação de uma Cruzada: a de São Sebastião. Exploraremos as possíveis relacionais da palavra Cruzada no contexto sobre o qual falamos aqui em momento posterior dessa pesquisa. Por agora, voltemos à narrativa da Batalha do Rio.

Se a habitação popular vinha sendo vista menos como um problema material e mais como uma questão moral (RAGO, 1985), como visto no capítulo anterior, neste caso não seria diferente. Pode-se sugerir que A Batalha do Rio buscava fazer emergir filiações claras acerca do ‘problema’ da favela, exigindo da população e seus governantes uma certa posicionalidade acerca do fenômeno no Rio de Janeiro. Era, afinal, urgente que fosse criada “uma preocupação absorvente pela solução do problema das favelas”<sup>86</sup>, “pois o que desejo é transmitir a todos a insônia, dar a todos a mesma aflição que me devora ao ver abandonados, entregue a humilhação e a decadência, o povo de um país que decai sem nunca ter sido ainda verdadeiramente grande”<sup>87</sup>.

Lacerda propunha que as favelas se tornassem a “prioridade número 1”<sup>88</sup> do governo municipal, ao mesmo tempo que se tornassem o motivo mais urgente ‘do povo’ ao qual ele clamava em seus escritos. Posicionava-se a favor de “resolver o maior número possível de casos individuais, quanto a habitação, higiene, educação, organização familiar, localização segundo as necessidades de trabalho, etc”, ao mesmo tempo que declarava que “o deslocamento privaria a população de uma série de serviços públicos e domésticos. Além de

---

<sup>84</sup> Correio da Manhã, 19 de Maio de 1948.

<sup>85</sup> Correio da Manhã, 19 de Maio de 1948.

<sup>86</sup> Correio da Manhã, 19 de Maio de 1948.

<sup>87</sup> Correio da Manhã, 19 de Maio de 1948.

<sup>88</sup> Correio da Manhã, 19 de Maio de 1948.

que, o deslocamento em massa, nas condições atuais, não é apenas uma violência – é uma utopia”<sup>89</sup>.

Assim, ao analisar as melhores soluções para o ‘problema’ favela, Lacerda negava a remoção enquanto possibilidade pois enxergava que esta só faria aumentar ‘a agonia’ do trabalhador e as condições de sua pobreza. Este ponto, inclusive, como que para aumentar seu poder de convencimento, vinha acompanhado também de personagens fictício-reais que Lacerda evocava em suas crônicas. Dentre seus exemplos, chama atenção o enfoque generificado que dá a uma “cozinheira de um apartamento em Copacabana” que vai “morar em Santa Cruz.” Indaga, Lacerda: “A que horas ela faria a cozinha dos patrões?”<sup>90</sup>. No contexto de seus escritos, a posição anti-remocionista é explícita e estaria associada aos males do desenvolvimento urbano-industrial desenfreado, sendo o ônus deste sempre colhido pelo(a) ‘trabalhador(a) urbano(a) excluído(a)’; e em momentos históricos de bambas filiações e grandes ameaças políticas, deveria evitar-se o aumento do ônus carregado por estes trabalhadores.

Aqui, Oliveira (2010) traz uma interpretação importante acerca do discurso de Lacerda: a construção e alimentação do tropo dos ‘favelados inválidos’, em urgente necessidade de assistência e, acima de tudo, recuperação social. Neste sentido, destacariam-se quatro tipos sociais recorrentes ao longo d’A Batalha do Rio: “a ‘criança’, o ‘doente’, a ‘família desorganizada’, e ‘o trabalhador excluído’ dos serviços sociais e da infraestrutura urbana” (OLIVEIRA, 2010, p.8). De acordo com o autor, o que se entendia enquanto o ‘aspecto humano’ da favela se via titubeando em uma tênue linha entre a *homogeneidade* e a *heterogeneidade* (OLIVEIRA, 2010). Assim, pode-se argumentar que o reconhecimento de que o corpo social favelado não era composto unicamente pelo elemento ‘do favelado’ estava em curso de sofrer alterações no período em questão, fosse pelo recenseamento de favelas que acontecia naquele período<sup>91</sup>, fosse pela multiplicação de narrativas acerca da população

---

<sup>89</sup> Correio da Manhã, 19 de Maio de 1948.

<sup>90</sup> Correio da Manhã, 19 de Maio de 1948.

<sup>91</sup> De acordo com Valladares (2005), o recenseamento de 1948 foi importante para relevar dimensões até então desconhecidas sobre as favelas cariocas. Não teria sido um recenseamento tão detalhado quanto a famosa pesquisa SAGMACS, mas teria tido um valor importante em entender a favela não somente enquanto um problema de saúde pública, ordem urbana, estética ou de assistência social, mas enquanto algo que implicaria e que articulava todas essas instâncias. Neste recenseamento aparecem detalhes sobre os habitantes da favela quanto a atividade, trabalho, profissão, origem geográfica etc. No entanto, como argumenta Valladares, os argumentos e análises resultantes deste trabalho ainda é permeada por um “discurso moral cheio de clichês e preconceitos contra os pobres, chegando a invocar biologia e raça.” (p.63)

favelada, como nas crônicas de Lacerda. No entanto, parece permanecer o traço homogêneo da pobreza e da vulnerabilidade social como características fundamentais para a consolidação de um olhar de alteridade perante a população favelada.

Embora pudesse seguir diversas vias interpretativas e me aprofundar nelas, meu intuito em olhar para a Batalha do Rio nesta pesquisa é entender a sua ligação com a criação da Fundação Leão XIII e posteriormente, a Cruzada São Sebastião, que por fim nos levam às remoções parcial, e total, da favela da Praia do Pinto. Para tal, puxo os fios interpretativos de dois pontos em especial. Primeiramente, sugiro uma conexão entre a aposta em identidades fixas, como observado acima, e a compreensão de ‘espaço’ e ‘lugar’ também fixa que vinha se construindo no imaginário brasileiro e carioca. Em segundo lugar, chamo atenção para o que possivelmente poderia ser um deslocamento da ‘poética do contágio’ tal qual vimos no capítulo anterior, isto é, um deslocamento do arcabouço teórico-prático dos saberes higienistas, e uma dobra: isto é, a sobreposição de princípios e imaginários cristãos e assistencialistas, adicionando mais uma camada à (con)fusão habitante e habitação que já começamos a explorar anteriormente.

### *fabulações normativas*

Há muito nesta pesquisa vem se propondo o afastamento da compreensão do espaço enquanto container das relações sociais. Vem se retecendo o fio do espaço enquanto movimento, enquanto processual, contínuo, uma ideia de espaço que abre possibilidades de múltiplos arranjos, e a compreensão de que este é composto e compõe uma multiplicidade de relações sociopolítico-econômico-culturais. No entanto, o que essa ideia pode abrir de reflexão teórica no contexto deste trabalho? Como podemos operacionalizar essa ideia em sintonia com o *corpus* deste trabalho?

Pois, o que seriam ‘as crianças’, ‘os doentes’, ‘os trabalhadores excluídos’ e a ‘família desorganizada’ senão “pontos a partir dos quais se constroem fabulações provisórias de produção de verdades” (FRANZONI, 2018, p.97)? Fabulações normativas acerca do que seriam cada uma dessas categorias, e possivelmente, como elas compõe ou deixam de compor a fabulação da Nação, da Cidade, do Povo? Já vimos anteriormente como a feminização – ou seja a vulnerabilização e subordinação – de categorias sociais pode servir

como alavanca para uma série de posturas e práticas sociais opressivas e violentas. O que interessa aqui é ir além. É entender se ou como, no contexto dos discursos acerca do ‘problema favela’ e ‘dos favelados’, o manuseio das identidades fixas vistas acima estariam relacionadas com ideias prévias – também fixas – acerca do que seriam o ‘espaço’ e o ‘lugar’.

Historicamente o espaço viria sendo encarado não somente enquanto estático e fixo, mas também enquanto extensão de um projeto estatal (FRANZONI, 2018). Inspirada pela teoria urbana de Lefebvre, Franzoni (2018) argumenta que estado e território estão historicamente interrelacionados e que o dito ‘espaço estatal’ – termo lefebvriano- é também “um projeto – histórico – de territorialização de imaginários e de práticas” (p.54). Assim, a ordem, a razão, a moral, o economicismo, enfim, toda a racionalidade que embasa tal projeto estatal se veria refletida nos contornos de seu próprio território.

No entanto, a produção estatal do espaço adquire, em Lefebvre, uma qualidade “abstrata”, na qual o Estado se “oculta” e mascara seu papel em tal produção espacial; se desenredando de seus próprios ‘efeitos territoriais’, como veremos em breve. Enxergando o espaço enquanto processual, não existiria um momento fundador da con(fusão) entre Estado e território, mas sim uma contínua produção que se estende historicamente. Assim, “esse processo histórico de territorialização que encerra a unidade política soberana em contornos aparentemente límpidos e homogêneos, dá forma” ao dito ‘espaço estatal’ (FRANZONI, 2018, p. 54). E o próprio espaço estatal, neste contexto, seria um ‘efeito territorial’ de práticas históricas. Efeito territorial no sentido de que o território é *(des)feito*, é *feito* de práticas sociopolíticas-espaciais. Neste paradigma, a homogeneidade é um dos pontos fortes do espaço estatal, que se (re)consolida e (re)atualiza na ocultação, também, de suas diferenças – internas ou externas (FRANZONI, 2018). Aqui, retornamos a um ponto recorrente desta pesquisa: os binarismos e hierarquizações modernas e seus efeitos.

A homogeneidade se ocultando enquanto meta, ainda sim produz efeitos concretos e perceptíveis no discurso d’A Batalha do Rio. Assim, quando Lacerda se diz “contra as favelas”, mas “a favor dos favelados” pode estar operando para a perpetuação do efeito territorial da homogeneidade. Isto é, contribuindo para uma noção fixa ‘do território favelado’ enquanto desprovido de um contexto histórico, ou até caracterizando-o como uma paisagem natural “pré-administrada ou apolítica” (FRANZONI, 2018, p.54), como se a conformação deste território estivesse fora também de uma processualidade estatal. Para ele, a solução é focar no ‘efeito’ deste território, isto é, ‘os favelados’. O nó aperta. Pois, se a favela enquanto

identidade fixa é também a favela sem construção histórica, sem processualidade, o mesmo poderia se entender de quem ali habita. Neste sentido, ‘a criança favelada’, ‘o doente favelado’ e as outras categorias criadas no seio do discurso e práticas com as quais estamos dialogando aqui, seriam retirados da História, e manuseados aos fins homogeneizantes da produção estatal. Simultaneamente, a racionalidade estatal que busca ‘organizar’ esse território e sua população permaneceria oculta por dentre discursos e saberes científicos, por dentre uma moralidade que se espraia, por dentre um sistema econômico capitalista que se impõe com força.

Ainda, de acordo com Oliveira (2010), esses tropos criados por Lacerda estariam associados a criação de ‘nichos’ específicos de cuidado e assistência social, que seriam, mais tarde, operacionalizados pela instituição católica Fundação Leão XIII, a qual veremos a seguir. De modo similar, Simões (2008) argumenta que, na base da operação discriminativa destes nichos, estaria a necessidade de *recuperação* “das pessoas deficientes física, moral e espiritualmente”. A ideia de ‘recuperação social’ pode se configurar alarmante por diversos motivos, mas há aqui uma conexão em especial que gostaria de sugerir. Seria coincidência que em tantos projetos urbanos, históricos ou contemporâneos, o vocabulário associado a estes também é da ordem da recuperação e da revitalização, por exemplo? Poderíamos compreender a (con) fusão de ‘território favelado’ com a identidade do ‘favelado’ enquanto um dos efeitos da produção estatal do espaço? E assim, possivelmente sugerir que, do ponto de vista hegemônico, para haver ‘recuperação social’ teria de haver ‘recuperação territorial’ – nos múltiplos sentidos que isso pode engendrar –, e vice-versa? Isto é: recupera-se, – se me permitirem, *cura-se* – a população de algum mal que se acredita que lhes acometem; ao mesmo tempo que se recupera o território invadido (?), degradado (?), degradante (?), a fim de reincorporá-lo ao ‘Mesmo’, à homogeneidade, à moralidade, à possibilidade de especulação capitalista?

Visto isso, seria possível pensar que “as categorias de identidade estreitas e estáticas reforçam entendimentos estreitos e estáticos sobre o lugar” (FRANZONI, 2018, p. 88)? E assim forjar estratégias para ir além desta fixidez? Talvez, se optarmos por trabalhar com uma compreensão do espaço enquanto contínuo, ou *continuum*, para utilizar um dos termos já antes mobilizado nesta pesquisa, as identidades fixas que aparecem com frequência em relação ao ‘problema favela’ – ‘a mulher’, ‘o pobre’, ‘o invasor’ – sejam deslocadas em seu

essencialismo; deslocando também a ideia do território essencializado do qual fala-se aqui: a favela.

*ruminações (três): os bichos pesadões*

As ideias expostas acima me levaram a reler *Becos*, diversas vezes, procurando me aprofundar na multiplicidade de relacionalidades entre as personagens: a relação entre personagem-favela, personagem-cidade, personagem-outras-personagens, personagem-História. Uma personagem em especial foi crescendo aos olhos a cada releitura. Tal personagem foi ganhando novo significado a cada fragmento de relato que Maria-Nova inseria, fosse de forma rápida e passageira ou enquanto elemento central de um caso específico: os tratores e caminhões. E em conversas com Júlia e outros professores, em especial sobre a corrente teórica do novo-materialismo, fui levada a pensar sobre a materialidade inescapável desses “bichos pesadões”, como Maria-Nova os chama. Sobre a multiplicidade de relações e acontecimentos que a presença dos tratores e caminhões provocou na estória de Maria-Nova, e ainda, claro, na estória da Praia do Pinto: desde o início até o fim do desfavelamento.

Em *Becos*, é possível inclusive perceber a temporalidade irregular do desfavelamento perante a presença dos “bichos pesadões”. Inicialmente, a chegada dos “tratores da firma construtora” na favela foi motivo de grande alarde para os membros da comunidade de Pindura-Saia. Foi motivo de desconfiança e uma certa desesperança, que agora teria finalmente chegado o momento (múltiplas vezes adiado) do desfavelamento: *“os tratores da firma construtora estavam cavando, arando a ponta norte da favela. Ali, a poeira se tornava maior e as angústias também. Algumas famílias já estavam com ordem de saída(...)”*<sup>92</sup>. Parece, em muitos momentos da narrativa, que os tratores representavam a única presença do Estado na favela. Que estes chegavam abrindo caminho para o remocionismo de forma bruta, muda e direta. E quando a “favela” tentava uma aproximação, era respondida com represália – fosse a retomada do desfavelamento, como no caso já contado neste capítulo, ou fosse em morte, como talvez já fosse de se esperar.

---

<sup>92</sup> *Becos da Memória*, p. 76

Penso, se os bichos-pesadões, com sua impessoalidade e distância, não representariam, de uma certa forma, a *tecnicidade*: são máquinas, ciborgues (se assim quisermos chama-los), uma linguagem “nichada” e específica que só alguns sabem operar e navegar. No entanto, ele vai de encontro à favela, pode estar ali representando uma zona de fronteira, uma interface entre Estado-Firma Construtora e Favela-Favelados. Vem para impor uma transformação do espaço e sua própria materialidade não abre muito espaço para questionamento ou resistência (apesar de sempre haver).

Teria sido a “*tecnicidade*” a causa de um acidente em Pindura-Saia. Em *Becos*, houve tempos que os tratores ficaram lá “jogados à própria sorte”, talvez como a própria favela e os favelados perante os olhos do Estado. Até que um dia, afluírou a ideia no menino João de ir dar uma volta no trator. “*Ele tinha ficado o dia todo observando, era só puxar aqui e lá e o bicho corria pesadão, lento!*”<sup>93</sup>. Tomaram lugar nos tratores: João da Esmeralda, Zé da Binha, Neca Palito e Tonho da Cuíca. “*Os tratores obedeciam à ordem, ao mando de ir, ir, ir... Estavam bêbados de alegria, tontos de cachaça. Estavam indo, indo, indo... como voltar e para que voltar? E num momento breve, breve e fugaz como é a alegria, um estrondo...*”<sup>94</sup>. Os meninos não sabiam operar a máquina. A favela de Pindura-Saia acordou num susto, como acordariam também um dia os moradores da Praia do Pinto na iminência de serem removidos. “*Maria-Nova acordou também e pressentiu que alguma coisa de muito grave tinha acontecido. Tio Totó suava e tremia. Deus meu, o que teria acontecido? Estariam jogando uma bomba na favela?*”<sup>95</sup>

Após o estrondo, silêncio. Passou-se um tempo até que Pindura-Saia ouvisse falar de novo de desfavelamento, mas este já ameaça com sua materialidade de formas diversas, das esperadas até as mais inesperadas – talvez. “*Os tratores estavam de pernas pro ar*”, mas aí do trabalhador “vadio” que fizesse o mesmo (o privilégio das coisas). No mais, “*aqueles tratores só eram lembranças de dores*”<sup>96</sup>. O pessoal, organizado por Negro Alírio, foram à firma construtora cobrar que os tratores fossem – eles – removidos da favela. “*Umas duas semanas depois que a comitiva esteve na firma construtora exigindo a retirada dos tratores parados, novos tratores chegaram. Chegaram bravios, recomeçando o trabalho. Só se ouvia*

---

<sup>93</sup> *Becos da Memória*, p. 102

<sup>94</sup> *Becos da Memória*, p. 102

<sup>95</sup> *Becos da Memória*, p. 101

<sup>96</sup> *Becos da Memória*, p. 102

*barulho e sentia poeira. O desfavelamento recomeçava. Todos aqueles que já tivessem recebido as tábuas e tijolos ou a quantia de dinheiro oferecida pela firma construtora deveriam desocupar o beco. As mudanças, trouxas, latas, meninos e grandes, cachorros, desamparo, merda e merda, tudo era acomodado desacomodadamente em cima do caminhão (também oferecido pela firma construtora). Os vizinhos próximos observavam a partida, sabendo que daí a uns dias seriam eles. O caminhão levantava poeira”<sup>97</sup>.*

Os tratores coexistiram com a materialidade de outro “pesadão”, os caminhões, que apareceriam mais ao “final” do processo remocionista – tanto em Pindura-Saia, quanto na Praia do Pinto, como veremos mais adiante neste capítulo. No entanto, por agora, continuemos a puxar o fio da presença nas favelas cariocas – de que forma e através de quais instituições o Estado foi se fazendo presente no espaço da favela. No caso da Praia do Pinto, o campo “da Batalha” se montava. O bicho pesadão ali, era (também) um Leão.

#### *a Fundação Leão XIII*

Veja, Leitora, diz-se que A Batalha do Rio não obteve sucesso. No entanto, argumenta-se que ela foi bem-sucedida em um aspecto muito importante: alavancar apoio político e econômico para a consolidação da Fundação Leão XIII enquanto ator no que diz respeito à ‘solução favela’. Em 1947, um ano antes da publicação d’A Batalha do Rio no Correio da Manhã, dois acontecimentos chamam atenção. No início do ano, no dia 8 de fevereiro de 1947, é criada através do decreto 8.797 a chamada Fundação Leão XIII, uma iniciativa da Arquidiocese do Rio de Janeiro em parceria com a prefeitura do Distrito Federal (SIMÕES, 2008). Meses depois, no dia 7 de Maio de 1947, o Partido Comunista do Brasil é considerado ilegal e seus membros são cassados<sup>98</sup>. O *slogan* que buscava apoiar a atuação da Fundação Leão XIII nas favelas cariocas aponta ao contexto no qual foi criada: era necessário “subir os

---

<sup>97</sup> Becos da Memória, p. 76

<sup>98</sup> De acordo com Oliveira (2010), o traço anticomunista da Batalha do Rio não deve ser minimizado. O governo federal vivia o período de redemocratização em 1945, e da elaboração de uma nova constituinte em 1946, e devido a este cenário teriam sido criados os chamados “Comitês Democráticos” pelo Partido Comunista, que aproximação a favela e os setores populares do próprio Partido e fazer político-institucional. O Partido Comunista buscava se tornar um partido de massa e estava em busca de aliados no período em questão, conquistando resultados significativos nas eleições. Na capital carioca, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era visto como uma ameaça para a hegemonia de outros partidos. Em 1947, o Partido Comunista foi cassado e tornado ilegal.

morros antes que os comunistas o subam”<sup>99</sup>. Aparecia no Rio de Janeiro, cada vez mais clara a necessidade de que algum braço estatal se ocupasse da ‘miséria’ de seu povo, antes que alguma outra força ‘antagônica’ o fizesse.

O Papa Leão XIII foi o primeiro a chamar a atenção das precárias condições do proletariado Europeu no âmbito da Igreja Católica em 1891, com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*. De acordo com Gonçalves et al (2010), a encíclica, intitulada “Sobre a condição dos operários”, trazia à tona a relacionalidade da condição da pobreza operária com os processos de desenvolvimento industrial e urbanização das cidades da época, na qual aparecia inclusive preocupações incipientes acerca da ideologia comunista. Esta encíclica se tornou referência no que concerne a preocupação institucional da Igreja com a população de baixa renda, e influenciou muitas ações católicas nos anos que se seguiram. Em 1920, na França, percebe-se um redirecionamento católico no que tange os territórios dos *banlieues* – áreas periféricas – parisienses. O padre Pierre Lhande e sua trilogia *Le Christ dans le banlieues*, anunciavam o comunismo como uma das preocupações da Igreja, e apresentava propostas acerca de como engajar com as periferias urbanas que eram cada vez mais abraçadas por comitês e mobilizações comunistas (GONÇALVES ET AL, 2010).

Na França, ao longo dos anos 1920 até 1940, a cristianização foi impulsionada como uma tentativa de integração da população de áreas periféricas. Nas ações sociais católicas no país, percebia-se um direcionamento dos ânimos até em criticar a realidade habitacional do lugar, e a associar os infortúnios dos trabalhadores às condições de moradia da população de baixa renda (GONÇALVES ET AL, 2010). Em 1941, o paradigma da Economia e Humanismo, fundada pelo engenheiro naval e frei dominicano Louis-Joseph Lebret, “foi pioneiro ao introduzir, nas críticas surgidas no âmbito da Igreja a respeito da pobreza e da desigualdade, um vasto material de pesquisa sociológica desenvolvida em diversos países da África, da Ásia, do Oriente Médio e da América Latina” (GONÇALVES ET AL, 2010, p. 100). A metodologia a partir da qual operava a sua ‘escola’ humanista buscava “intervir sobre o infortúnio que afligia os homens”, conhecendo “suas causas, estudando as pessoas e os complexos econômicos-sociais nos quais elas estão engajadas” (GONÇALVES ET AL, 2010, p. 103). Juntamente com Dom Hélder Câmara, Lebret foi um dos interlocutores dentro da Igreja Católica mundial a

---

<sup>99</sup> De acordo com Simões (2008), o slogan foi citado ao longo do estudo “Aspectos humanos da favela carioca”, publicado em 1960 pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS).

apoiar a criação da Cruzada São Sebastião na cidade do Rio de Janeiro, sobre a qual falaremos mais adiante.

Em 1947, mesmo ano de criação da Fundação Leão XIII, Louis-Joseph Lebreton desembarcou em São Paulo, onde montou um escritório filial da *Société pour l'application du graphisme et de la mécanographie à l'analyse* (SAGMA), que passou a ser conhecida como Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS). Seria somente em 1960 que a SAGMACS viria a desenvolver, sob encomenda do jornal O Estado de S. Paulo o célebre estudo Aspectos Humanos da Favela Carioca, sob coordenação técnica do sociólogo José Arthur Rios (GONÇALVES ET AL, 2010). Rios, inclusive, que no ano de publicação do relatório, seria nomeado diretor do SERFHA – Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas, ator importante na nossa estória, criado em 1956 no Rio de Janeiro.

Cabe aqui uma nota sobre esta pesquisa. De acordo com Valladares (2005), o estudo da SAGMACS teve vital importância nas discussões e intervenções acerca das favelas no Brasil. A pesquisa durou três anos (1957-1959), e se tratou de um estudo aprofundado das favelas cariocas, que visava fornecer dados novos e concretos acerca das realidades faveladas. O estudo foi dividido em dois segmentos, uma geral e outra específica. O primeiro, tido como a “parte geral”, a ênfase colocada está nos fatores sociais e econômicos que estariam na “origem” do desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro. Dentre os fatores identificados estariam a relação da urbanização do país e a taxa de crescimento urbano no Rio de Janeiro, as elevadas taxas de migração, a incapacidade do mercado de trabalho em absorver a disponibilidade de mão-de-obra, os preços elevados do mercado habitacional, entre outros. Analisam-se 16 favelas em termos de disponibilidade de equipamentos públicos, sanitários e serviços de saúde. A segunda parte, mais “específica” retoma a análise mais aprofundada de 7 favelas, na qual uma atenção particular é dada à vida política nas favelas, e as práticas clientelistas ali presente. Ao final do estudo, apresentam-se soluções ao ‘problema-favela’, dentre as quais a Cruzada São Sebastião surge como um eficaz contraponto ao cenário descrito. A metodologia que guiou a pesquisa foi esta Lebretoniana, fundamentada nos ensinamentos teóricos da escola de Economia e Humanismo. Percebe-se aí, uma correlação com as práticas que já vinham sendo impulsionadas a partir da atuação da Fundação Leão XIII, de “tentar penetrar quanto mais possível na intimidade do favelado, descobrir suas atitudes

fundamentais, suas reações e seus sentimentos, sua concepção de vida, de si mesmo e da cidade em que habita” (SIMÕES, 2008, p. 205).

Assim, a criação da Fundação Leão XIII foi articulada com a missão de “prestar ampla assistência social aos moradores dos morros, favelas e locais semelhantes no Rio de Janeiro” (Fundação Leão XIII\_apud\_SIMÕES, 2008, p. 124). Apoiada no tripé educação, saúde e habitação, a Fundação atuou em mais de 34 favelas no Rio de Janeiro, exercendo forte influência na vida associativa de diversas favelas, auxiliando na formação de uma série de Associação de Moradores e Comissões de Luz, por exemplo. De acordo com relatório próprio da instituição<sup>100</sup>, seus objetivos eram

“Estabelecer no coração da favela um Centro Social que atenda às necessidades de saúde, educação, casos sociais, problemas de família (registros de filhos, casamentos, etc). Tomar contacto com o povo, prestar-lhes serviços, ‘convencer’, pela dedicação até ganhar, palmo a palmo, a confiança das famílias através das assistentes sociais – de formação popular -, dos visitantes sociais, dos médicos, das professoras, dos dentistas, dos Centros de Puericultura e dos contatos das mães com a Escola (que não deve faltar, em moldes acessíveis às realidades das favelas). E, quando já houver um ambiente de sadio entrosamento dos ‘trabalhadores sociais’ com os moradores das favelas, será possível fazer-se um ‘dossier’ verídico de cada favelado cuja condição conhecida indicará os rumos que devem dar à solução do problema que se quer resolver.”

O Jornal do Brasil, ao descrever ação da Fundação, escreve que “entendem os assistentes sociais da Fundação Leão XIII que o trabalho de recuperação do homem da favela é feito pela ação da presença cristã”<sup>101</sup>. Ainda, enumera-se os “problemas” a serem resolvidos nas favelas, dentre estes: “o menor abandonado, a promiscuidade, a prostituição da juventude, a delinquência infantil e juvenil, a miséria física e moral, a ociosidade do malandro e de menores, a jogatina desenfreada”<sup>102</sup>, e por aí segue a lista. Tais ‘problemas’ seriam resolvidos por uma equipe interdisciplinar composta por assistentes sociais, médicos, engenheiros, professores, enfermeiros, sacerdotes e religiosos (SIMÕES, 2008).

---

<sup>100</sup> De acordo com Simões (2008), o relatório intitulava-se: “Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatório de 1947 a 1954).

<sup>101</sup> Jornal do Brasil, edição 13-10-63

<sup>102</sup> Jornal do Brasil, edição 13-10-63

A metodologia da Fundação partia da instalação de Centros de Ação Social e Agência Social Provisória em diversas favelas do Rio de Janeiro, dentre elas a favela da Praia do Pinto. Essas unidades eram responsáveis por fazer levantamentos gerais das famílias residentes. A Praia do Pinto tinha 1334 famílias no ano de 1956, abarcando um total de 5.025 pessoas<sup>103</sup>. Durante mais de duas décadas, a Fundação Leão XIII colecionou dados sobre favelas cariocas. De acordo com Simões (2008), quase cem mil pessoas estavam sendo acompanhadas pelo serviço de assistência social da Fundação Leão XIII até 1955. E ao longo de quatro anos, desde 1956 até 1960, o SERFHA<sup>104</sup>, que não tinha financiamento próprio, atuou como um subsidiário da Fundação Leão XIII, dando apoio às suas atividades (SLOB, 2008).

Este trabalho resultou em um grande acervo, detalhadamente descritivo, do qual hoje restam ‘fichas’, que olharemos com mais detalhe em breve. Nestas fichas, descrevia-se tudo: o interior das casas, as minúcias das relações e dinâmicas familiares, o desejo de melhoria nos barracos, e por aí vai. Com a construção da Cruzada São Sebastião, a Fundação Leão XIII se tornou a responsável por selecionar as famílias que iriam da favela para os apartamentos, classificando as famílias como ‘aptas’ ou ‘não aptas’ para a ‘nova’ vida fora da favela.

---

<sup>103</sup> Jornal do Brasil, 25-08-1956

<sup>104</sup> É importante ressaltar que o SERFHA, sob coordenação do sociólogo José Arthur Rios, buscou servir como um órgão capacitante dos moradores de favela no Rio de Janeiro. Assim, entre 1961 e 1962, o Serfha estimou que fossem criadas mais de 75 associações de moradores em favelas, tentando “emancipar” a favela da condição de reféns de políticos e manobras políticas. Como veremos mais a frente, este trabalho passou a incomodar certas vertentes do poder hegemônico, o que resultou na dissolução do Serfha e da exoneração de Rios.

a Cruzada São Sebastião ou "solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro":

II. CARACTERISTICAS DA FAMILIA		III. CARACTERISTICAS DA HABITAÇÃO	
Número de moradores	2 02	Posse	propria 1
Número de filhos	Vivos 0	Conservação	bom 1
	Mortos 0	Cozinha	não N.º de cômodos 2 22
Pessoas doentes	Tuberculose 0	N.º de quartos 1	N.º de camas 1 11
	Lepra 0	Valor da habitação (Cr\$)	850,00 00850
	Câncer 0	Chão	9
	Sífilis 0	Aluguel	9
	Psicopatia 0	Habitação	9
Receita (Cr\$)	2 270,00 0 2270	OBSERVAÇÕES	
Despesas	Alimentação 1.200,00	1	não 0000
	Outras 300,00	2	Trabalhando
	Total 1.500,00	3	não
Saldo	1.100,00 1200	4	não
Distrito Federal	7 / 11 / 52	5	-
Assinatura	Ruijs	6	caso
		7	água

Pracia do Pinto — Barraco 27 — Registro 102  
 23/1/54. Visitamos este barraco mas não encontramos ninguém. Informou, nos numa vizinhança que seus moradores trabalham fora. Deixamos recado pedindo o comparecimento de um deles a nossa Agência. Soares  
 28/4/56. Visitamos este barraco e conversamos com d. Vilda que nos informou ter um menino que foi registrado com o nome de Paulo Roberto. Nasceu em casa no dia 9 de julho de 1955. Antonio trabalha na obra da Cruzada São Sebastião ganhando salário mínimo e d. Vilda trabalha em casa de família 3 vezes por semana ganhando de Cr\$ 800,00. Soares  
 18/10/56. Esta família foi classificada para um apartamento do tipo F. Soares  
 19/11/57. Esta família mudou-se hoje para o apartamento 323 do 1º Bloco F. O barraco foi demolido. Soares

Fonte: Pastoral de Favelas do Rio de Janeiro.

Praia do Pinto – Barraco 27 – Registro 102

23-9-54 – Visitamos este barraco, mas não encontramos ninguém. Informou-nos uma vizinha que seus moradores trabalham fora. Deixamos recado pedindo o comparecimento de um deles a nossa Agência.

28-4-56 -Visitamos este barraco e conversamos com d.\_\_\_\_ que nos informou ter um menino que foi registrado com o nome de Paulo Roberto. Nasceu em casa no dia 9 de Julho de 1956. Antônio trabalha na obra da Cruzada São Sebastião ganhando salário-mínimo e d.\_\_\_\_ trabalha em casa de família 3 vezes por semana ganhando Cr \$800,00.

18-10-56- Esta família foi classificada para um apartamento tipo A.

19 – 1 – 57 – Esta família mudou-se hoje para o apartamento 323 do 1 Bloco A. O barraco foi demolido.

\*\*\*

“Às 9 horas, 11, 14 e 16 (três famílias em casa horário) e em dias alternados, o Bairro São Sebastião fica em alvoroço. São caminhões com as trouxas e embrulhos dos ex-favelados. A entrada é impressionante. O próprio Arcebispo do Rio de Janeiro relata: “Entregue a chave, o chefe da família, de tanta emoção até custava a acertar com a fechadura. Dentro do apartamento, o primeiro ímpeto era de abrir a torneira: enfim, água à mão, depois de uma vida inteira de latas d’água apanhadas longe e trazidas penosamente na cabeça.”. Notava-se também a preocupação dos novos moradores em escancarar as janelas, e pela primeira vez, observarem a Lagoa Rodrigo de Freitas. De cima.

(...)

Do barraco para o apartamento a mudança é brusca. Por isto, foi construída em casa, onde existe o apartamento-modelo. As famílias fazem um estágio, e tomam

contato com a realidade de um banheiro decente, um fogão a gás, e um pequeno tanque de lavar roupa. Quando entram nas novas residências o impacto é menor.

Existem três tipos de apartamentos: a) um quarto, 300 cruzeiros mensais; b) 2 quartos, 450 cruzeiros de mensalidade e o c) 3 quartos, 570,00 cruzeiros. Os favelados só pagarão durante 15 anos. Depois receberão a escritura. Serão proprietários.

O Bairro São Sebastião será dirigido pelo Conselho de Moradores, eleito pelos mesmos. O Conselho constará de 1 representante por Bloco (são 10 blocos residenciais). Enquanto não estão ocupados em sua totalidade, cada andar elegerá um casal de moradores que ajudará a Administração e a Assessoria Técnica na direção do conjunto residencial.”<sup>105</sup>

\*\*\*

“Ao anunciar que ia acabar com as favelas, ninguém acreditou. Dois anos depois, ele estava pessoalmente destruindo os barracos da Praia do Pinto e entregando 1.000 apartamentos aos seus moradores. Apelidaram-no de “João-de-barro” dos casebres. “Mudança feita, barraco no chão” – era o seu lema.”<sup>106</sup>

\*\*\*

A Cruzada – como é conhecido o conjunto de apartamentos construídos por D. Helder Câmara nos dias de hoje – nasce meio a uma operação irônica. Não diretamente, mas contextualmente. Em 1955, o Rio de Janeiro se preparava para receber o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, que foi realizado onde hoje se localiza o Aterro do Flamengo. O evento, que realizado com sucesso, teve como um dos seus encaminhamentos a criação do projeto “Cruzada São Sebastião”, cujas intenções eram muitas. Dom Hélder Câmara, então Bispo Auxiliar, tomou para si a cruzada “dos Pobres”: a miséria e sofrimento dos ‘pobres urbanos’ deveriam ter fim; e assim seria por meio dos dons divinos de Dom Hélder, famoso

---

<sup>105</sup> Jornal do Brasil, edição 13-10-63.

<sup>106</sup> Jornal do Brasil, edição 13-10-63.

agitador e organizador, que acreditava “dar solução humana e cristã ao problema das favelas da cidade”, evitando a todo custo a “luta de classes”, aproximando os pobres dos ricos.

A Cruzada nascia com a missão de urbanizar ao menos 130 favelas do Rio de Janeiro. Segundo dados do IBGE, em 1950, a cidade do Rio de Janeiro contava com 169.300 favelados, alcançando 7,1% da população total da cidade (SIMÕES, 2008), ou seja, pode-se dizer que tal missão visada por D. Hélder seria no mínimo ambiciosa – talvez por isto denominada uma cruzada. A Igreja Católica, representada aqui pela liderança de D. Hélder Câmara com a Cruzada São Sebastião e com as ações sociais da Fundação Leão XIII, vinha consolidando uma postura anti-remocionista. O intuito em urbanizar as favelas seria, primeiramente, não afastar seus moradores dos locais de trabalho. De acordo com o Arcebispo, “seria erro social, de consequências imprevisíveis, varrer os trabalhadores para sempre mais longe das casas dos patrões” (SIMÕES, 2008, p. 129).

O governo federal de Café Filho apoiou a iniciativa de Dom Hélder, acordando que a cruzada das urbanizações deveria ocorrer no prazo de até doze anos. Desta forma, o Rio de Janeiro comemoraria o seu quarto centenário sem a presença de favelas em sua paisagem. Foi o governo federal inclusive, que cedeu o terreno onde o conjunto habitacional da Cruzada São Sebastião foi construído, viabilizando financeiramente o projeto de Dom Hélder Câmara. Aqui, se prezarmos pela historicidade, observaremos como essas duas intenções políticas possivelmente se encontram.

O aterro do Flamengo foi pensado e construído para ser uma das joias do IV centenário da ‘cidade maravilhosa’. Já sob a administração política de Carlos Lacerda, o recém-criado Estado da Guanabara (1961), afetado pela mudança de capital com a construção de Brasília, buscava formas de se manter sendo a ‘vitrine do Brasil’. Assim, o centenário foi ganhando substância política, via grandes reformas urbanas da cidade moderna-vitrine, onde o Aterro, liberado em 1922 pela implosão e remoção do Morro do Castelo; palco em 1955 das ideias anti-remocionistas de Dom. Hélder Câmara; voltaria outra vez a ser palco-exposição-vitrine de uma cidade que buscava agora ser radicalmente livre de favelas (BRUM e GONÇALVES, 2015), como veremos mais profundamente ao longo deste capítulo.

Ao longo do Congresso Eucarístico, ficariam definidas as metas da Cruzada São Sebastião, isto é:

1. “promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro;

2. proporcionar, por todos os meios ao seu alcance, assistência material e espiritual às famílias que residem nas favelas cariocas; mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar, em condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para as famílias faveladas;

3. colaborar na integração dos ex-favelados na vida normal do bairro da Cidade;

4. colaborar com o Poder Público e com entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos acima enunciados;

5. colaborar em providências para o retorno ao campo de imigrantes de áreas subdesenvolvidas, atraídos pelas luzes da cidade e aqui transformados em favelados...”<sup>107</sup>

Como podemos observar, o plano original da Cruzada São Sebastião era mais extenso do que a construção de habitação popular. Se prestava a ir de encontro às ‘necessidades’ dos migrantes nacionais, multiplicando esforços de forma a diminuir as migrações nacionais para as grandes cidades brasileiras, causa recorrentemente citada enquanto responsável pela proliferação de favelas nos grandes centros urbanos. Porém, este ambicioso programa acabou ficando restrito à urbanização de favelas cariocas. O primeiro e maior projeto da Cruzada foi a construção do conjunto de dez blocos de apartamento de habitação popular no Bairro do Leblon, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. Os esforços foram focados em ‘transferir’ moradores da Favela da Praia do Pinto para os apartamentos da Cruzada, contando com a ajuda da sistematização de informação já feita anteriormente pela Fundação Leão XIII. Sabia-se desde o início que o ‘reassentamento’ dos moradores, palavra comumente usada nos discursos oficiais, seria parcial, pois a Praia do Pinto contava com uma população de aproximadamente 7.000 pessoas e nos apartamentos caberiam em torno de 4.000. A escolha de começar com a Favela da Praia do Pinto estaria relacionada com o fato de que a Fundação Leão XIII mantinha uma de suas Agências no local, e já estava desde 1947 coletando informações sobre a vida dos moradores desta favela.

Como argumenta (SLOB, 2002), urbanizar ganhava sentido amplo no caso da Cruzada. As práticas defendidas por Dom Hélder Câmara alinhavam-se no sentido de “transformar o homem que integrava a paisagem das favelas cariocas”, em outras palavras, “traduzia-se em todo um trabalho de persuasão da população no sentido de levá-la a aceitar e a implantar um

---

<sup>107</sup> Esta citação foi originalmente retirada do documento *Estatutos*, da Cruzada São Sebastião e foi reproduzida aqui através do contato com o trabalho de Bart Slob. Ver: Do barraco para o apartamento: A “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro, 2002, p.42

novo *modus vivendi*” (SLOB, 2002). Era comum, no discurso de Dom Hélder acerca da Cruzada, este dizer que a Cruzada não se tratava apenas da construção de moradia popular, ou da transferência da população favelada de barracos para apartamentos, mas sim de todo um processo de educação moral, cívica e cristã, pois a mudança de casa seria “antecipada, acompanhada e seguida por todo um grande esforço de formação humana e cristã”<sup>108</sup>.

Assim, seriam definidos, com a ajuda da Fundação Leão XIII, os critérios de seleção das famílias que iriam para os apartamentos. Para ter “direito ao apartamento”, como falava-se, alguns requisitos eram necessários. Os básicos, seriam o pagamento de água, imposto, luz, as mensalidades do apartamento que tais selecionados “só pagariam durante 15 anos”; mas a esses acrescentavam-se as obrigações de ordem moral e religiosa, como o casamento oficial perante a Igreja, e a ‘comprovação’ de não-marginalidade dos membros da família, por exemplo. Feita a seleção das famílias a serem transferidas,

“cada grupo de famílias selecionadas participava de uma reunião na qual D. Hélder Câmara lhes explicava o contrato a ser firmado entre eles e a Cruzada São Sebastião. Depois, na segunda reunião, as pessoas eram distribuídas em grupos menores, orientados por assistentes sociais que, “em diálogo fraterno”, davam informações mais pormenorizadas sobre o contrato e preenchiam questionários para atualizar os dados sobre as famílias. As assistentes sociais explicavam às famílias selecionadas a diferença entre locatário e proprietário e falavam dos compromissos a serem assumidos por ambas as partes ao assinar o contrato. Em uma terceira reunião, reestudava-se o contrato que era definitivamente firmado. Marcava-se então a data da mudança.”

A ida para o apartamento era marcada por uma série de atravessamentos, como podemos ver no fragmento do Jornal do Brasil destacado acima. As mudanças estavam marcadas para acontecer às segundas, quintas e sábados entre as 8 e 11 da manhã. Com o tempo, as mudanças passaram a ser feitas de madrugada, pois muitas famílias clamavam ter “vergonha” de realizar a mudança à luz do dia, devido à “falta de bens materiais”. No fim de janeiro de 1957, os 144 apartamentos do bloco A seriam preenchidos com seus devidos moradores. Foi marcada para o dia 20 de Janeiro, dia de São Sebastião, padroeiro da cidade, a inauguração oficial da Cruzada. Na ocasião, estavam presentes o cardeal D. Hélder Câmara, assim como o prefeito do Distrito Federal, Francisco Negrão de Lima, personagem ilustre em nossa estória, sobre o qual nos aprofundaremos mais adiante.

---

<sup>108</sup> Tanto Slob (2002) e Simões (2002), reproduzem falas recorrentes do arcebispo Dom Hélder Câmara. Nesta fala, Dom Hélder afirma que o empreendimento da Cruzada vai muito além da oferta de uma moradia, e que esta é acompanhada, ao longo de todo o processo, de uma formação humana e cristã.

Feita a mudança, os acompanhamentos e visitas das assistentes sociais às famílias ‘reassentadas’ continuaria acontecendo. O trabalho da Cruzada de “adaptar” os moradores do conjunto “a vida normal do bairro” prosseguia com recomendações de higiene, boas práticas familiares e profissionais, e o estabelecimento de códigos de honra feitas em geral através das recomendações das assistentes sociais. Ainda, Dom Hélder Câmara se ocupou em criar e disseminar normativas ‘cívicas’ e morais perante os novos moradores do conjunto. Nasceram, assim, duas associações que objetivavam “a elevação da família”: ‘Os Cavaleiros de São Sebastião’, direcionada aos homens residentes do novo conjunto, e as ‘Legionárias de São Jorge’, focada nas mulheres residentes da Cruzada. Tais associações chamavam reuniões frequentes<sup>109</sup>, presididas pelo próprio Arcebispo, nas quais discutiam-se questões familiares, e o seguimento (ou rompimento) dos mandamentos-de-honra previstos pela congregação católica para os moradores da Cruzada São Sebastião.

Para as Legionárias de São Jorge, previa-se os seguintes comportamentos: “1. Questão fechada: casa limpa, arrumada e bonita. 2. Quando um não quer, dois não brigam. 3. Anjo de paz e não demônio de intriga. 4. Não vire a cabeça porque o marido não tem juízo. 5. Se o marido faltar, seja mãe e pai. 6. Educar de verdade, sem palavrão, sem grito e sem pancada. 7. Seja liga com os educadores de seu filho. 8. Não seja do contra: com jeito se vai à lua. 9. Nada mais triste do que mulher que degenera. 10. Mulher sem religião é pior do que homem ateu.” Para os Cavaleiros de São Sebastião, a honra residia em: “1. Palavra de homem é uma só. 2. Ajude seu vizinho. 3. Bater em mulher é covardia. 4. Sem exemplo não se educa. 5. Homem que é homem não bebe até perder a cabeça. 6. Jogo, só de futebol. 7. Difícil não é mandar nos outros: é mandar na gente. 8. Comunismo não resolve. 9. Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação. 10. Sem Deus, não somos nada.”

De acordo com Slob (2002), Dom Hélder teve a intenção de criar uma associação focada nas crianças da Cruzada, que se chamaria ‘Pequeninos de São Cosme e Damião’. O

---

<sup>109</sup> De acordo com Slob (2002), não se sabe quantos moradores de fato aderiram à tais associações. E embora o autor argumente que por tal motivo seria difícil analisar se estas associações foram ou não relevantes na ‘educação’ e ‘formação’ dos moradores da Cruzada São Sebastião, eu argumentaria que a sua relevância estaria mais em analisar o conteúdo de tais códigos de honra – independente deles terem sido absorvidos ou não, ou que haja comprovação empírica de tais absorções. Seria interessante pensar histórica e conjunturalmente cada uma dessas afirmações, percebendo a maneira como refletem ou deixam de refletir os ideais, conflitos e comportamentos sociopolítico-culturais do período no qual foram elaborados.

plano não se concretizou, mas o código de honra foi elaborado e registrado, sendo este: “1. Nem covarde, nem comprador de briga. 2. Desgosto aos pais, jamais. 3. Antes só do que mal acompanhado. 4. O que suja mão é pega alheio. 5. Menino de bem não diz palavrão. 6. Homem não bate em mulher; é triste mulher que se mete a homem. 7. Não minta ne que o mundo se acabe. 8. Delicadeza cabe em qualquer lugar. 9. Quem não aproveita a escola se arrepende para o resto da vida. 10. Quem não reza é bicho.”.

Querida leitora, veja. Quando primeiro entrei em contato com os ‘códigos de honra’, confesso ficar ter ficado extremamente surpreendida. Mesmo que toda esta trajetória de pesquisa tenha me causado semelhante reação, quando primeiro me deparei com o material acima, a surpresa ganhou nova qualidade. Do ponto de vista dos estudos de gênero, por exemplo, acredito que tais mandamentos sejam ‘um prato cheio’ para análises e interpretações, podendo lançar mão de múltiplas discussões para cada um desses pontos expostos acima. No entanto, a fim de não perder o foco, farei o que venho buscando fazer ao longo deste terceiro capítulo, isto é, retomar os nós teóricos que já começaram a ser explorados nos capítulos anteriores, desta vez à luz do material empírico específico para o estudo de caso deste trabalho.

*quando o ‘culto a domesticidade’ e a ‘ciência-enquanto-truque-de-Deus’ se encontram*

Ao trabalharmos em espiral, talvez consigamos propor a repetição e (re)atualização dos temas trabalhados nesta pesquisa. Poderia, de maneira preguiçosa, copiar e colar diversos parágrafos que escrevi no segundo capítulo para aprofundar as discussões trazidas neste terceiro, em especial, acerca da atuação da Fundação Leão XIII e da Cruzada São Sebastião. Relendo os capítulos anteriores – pois o processo de escrita, espalhado pelo tempo, também é um processo de esquecimento –, salta aos olhos, e cresce a vontade de ‘substituir’ os termos ‘higiênicos’ e ‘sanitaristas’ por sinônimos ‘humanizantes’, ‘cristãos’ e ‘anticomunistas’. Porém, entendo que um dos meus objetivos nesta pesquisa seja apontar caminhos e direcionamentos para abrir novos questionamentos, e que sugerir tais ‘causalidades’ fuja da metodologia aqui adotada. Assim, continuo apostando nos exercícios de visualização.

Aqui, ficam meus (muitos) questionamentos dessas relacionais e (re)atualizações. Proponho visualizarmos que as metáforas da fé ainda se fazem presentes

nesse espaço-tempo, e que as palavras ganham novo sentido em determinados contextos: o que seriam, por exemplo, os códigos de honra de D. Helder Câmara senão uma versão do culto à domesticidade? A invasão, já vista anteriormente, desse olhar vigilante que controlava e sanitizava o espaço urbano e agora, fazia o mesmo com o lar, a casa, o espaço privado. A ‘ciência-enquanto-truque-de-Deus’ parece, no caso da Cruzada, ter encurtado a operação para ‘ciência=Deus’, ao passo que um dos principais fios motores e organizadores da operação ‘Cruzada’ teria sido uma moral e uma racionalidade católica.

A racionalidade católica não existe, seja num vácuo histórico ou seja numa posição privilegiada. Ao que tudo indica, ela parece estar operando em conjunção com uma racionalidade estatal anticomunista e seus múltiplos eixos normativos dos quais já viemos discutindo ao longo deste trabalho. No entanto, não se teve tempo de explorar profundamente as muitas conectividades entre Igreja e Estado, e toda a complexidade das relações Igreja-Favela e Igreja-“Favelados”. É importante ressaltar que alguns núcleos da Igreja Católica (dissidentes, talvez), ao longo do remocionismo, também atuou em prol da resistência dos núcleos favelados, como foi o caso da resistência da favela Brás de Pina e a participação do Padre Artola em conseguir uma urbanização da favela em detrimento à sua remoção.

Como já falamos anteriormente, a ambiguidade é algo que parece atravessar múltiplas posicionalidades ao longo deste trabalho, e a Igreja Católica também se localizaria neste interstício. Aqui, não é vilã, nem salvadora. Esta dualidade é algo que tentamos contornar. No entanto, trago o exemplo da Cruzada São Sebastião e da atuação da Igreja na estória da Praia do Pinto enquanto provocação e possibilidade para pensarmos em uma contextualização empírica do que aqui já havíamos exposto anteriormente enquanto ‘culto à domesticidade’, por exemplo; assim como fazer um trocadilho com a tão teorizada ‘ciência-enquanto-truque-de-Deus’.

Neste último ponto, ainda, penso o quanto talvez poderíamos pensar em uma passagem do cientificismo higienista, por exemplo, para um cientificismo católico, cada qual com suas ditas ‘poéticas do contágio’. Assim, se para o higienismo o ‘organismo social vivo’ seria um corpo sujeito a ser invadido e contaminado por infecções e viroses e por isso requereria um rígido controle das fronteiras sócio-bio-políticas para o seu funcionamento *optimum*; para o cientificismo católico este ‘organismo social vivo’, ameaçado pela luta de classes e pela amoralidade da pobreza, ainda precisaria de intervenções e controles, em geral

de natureza assistencialista, para que então pudesse funcionar de forma mais harmônica e “humana”.

A situação das favelas, como sabemos, não foi “resolvida” pela iniciativa de Dom Hélder Câmara e perdeu força política logo após a construção da Cruzada São Sebastião. Tal desaceleração do envolvimento de Dom Hélder com a questão das favelas aconteceu concomitantemente ao fortalecimento do poder político de Carlos Lacerda. Assim, em 1964, Dom Hélder foi transferido enquanto a arquidiocese de Olinda, o que impossibilitou qualquer continuidade do ambicioso projeto da Cruzada São Sebastião. A estória segue.

### *os anos 1960 e a era do remocionismo*

O Diário de Notícias do dia 20 de Abril de 1969 anunciava reportagem de página inteira sob a manchete “O Rio Está Melhor como Estado”. Nesta, fala-se sobre um novo horizonte que se desponta com as “remoções feitas por interesse público” e com a “oferta de habitação condigna aos moradores deslocados”. As instituições criadas por Carlos Lacerda ao longo de seu governo ganham centralidade na reportagem, sendo essas melhorias que o Rio de Janeiro passava, fruto das sementes plantadas pelo mesmo. Como veremos a seguir, tais instituições criadas ao longo dos anos 1960 representaram uma virada crucial no que diz respeito à “solução” do problema favela, com o pêndulo entre remover e urbanizar pendendo drasticamente para as políticas que favoreciam a erradicação e remoção das favelas brasileiras. Ainda, como argumentam Silva e Figueiredo (1980), o binarismo urbanização-remoção, adquire um caráter de confrontação político. De um lado, o governo propõe soluções remocionistas e de outro, as organizações faveladas reivindicando a urbanização. No entanto, o que buscaremos aqui compreender, são as nuances e emaranhados deste binômio, questionando se tal polarização é “de facto” ou fictícia.

A década é inaugurada com uma importante decisão política nacional e conseqüentemente estadual: a criação do Estado da Guanabara e a transferência da capital da República para Brasília; marcada ainda pela presença de Carlos Lacerda no poder executivo estadual, no cargo de governador da Guanabara. Durante seu tempo no poder, Carlos Lacerda (1960-1965) reorganizou os serviços sociais da cidade do Rio de Janeiro a fim de alavancar a “solução” remoção. Cada instituição ocuparia o seu lugar no ‘grande esquema remocionista’,

e levaria a cabo o seu papel a fim de que tal projeto pudesse se materializar e ganhar proporções jamais vistas na estória carioca.

As mudanças institucionais iniciaram-se com a extinção do Serfha, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas, logo no início de seu mandato. O Serfha, que vinha fazendo trabalhos em prol da urbanização junto das associações de moradores de favelas, parecia estar gerando incômodo com o trabalho comunitário que vinha fazendo, fortalecendo politicamente as associações de moradores, auxiliando uma maior organização política interna das favelas (SLOB, 2002; BRUM, 2011). No caso específico da favela da Praia do Pinto, o Serfha sob coordenação de José Arthur Rios, planejava-se a urbanização do local e a realizações de operações pró-melhoramento da área<sup>110</sup>, delimitando faixas de trabalho ao longo das favelas para que a urbanização – que seria levada a cabo pelos próprios moradores do local – pudesse ser feita sem provocar “remoções repentinas”, mas ainda sim construindo e instalando “habitações higiênicas para as famílias”. No entanto, no lugar do Serfha, Lacerda criou a Secretaria de Serviços Sociais, órgão do executivo estadual, que ficou sob responsabilidade ainda de José Arthur Rios. No esquema remocionista, a Secretaria de Serviços Sociais ficaria responsável pelas etapas preparatórias da remoção, fazendo o levantamento socioeconômico dos moradores da favela, e intermediando a relação favela-Estado.

Em 1962, fundou a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB), com recursos provenientes da USAID (*United States Agency for International Development*). Esta parceria firmada entre o recém-criado Estado da Guanabara e os Estados Unidos previu um investimento de três milhões de dólares para a i) a urbanização parcial de algumas favelas, ii) a urbanização total de uma grande favela, e iii) a construção de 2250 habitações de baixo custo (VALLADARES, 1978). Através da COHAB-GB, organismo estadual que funcionava enquanto agência habitacional, foram construídos os conjuntos habitacionais da Vila Kennedy (Vigário Geral), Vila Aliança (Bangu) e Vila Kennedy (Senador Camará) – todos localizadas em áreas periféricas do Rio de Janeiro. Apesar de ter sido fundada com objetivos alinhados à urbanização de favelas, a COHAB-GB acabou atuando como uma grande propulsora do remocionismo, como veremos melhor adiante.

---

<sup>110</sup> Diário de Notícias (RJ), 13 07 1961.

Ao longo da administração de Lacerda, um total de 27 favelas foram atingidas pelo programa remocionista, totalizando 8.078 barracos e 41.958 habitantes removidos dos quais se tem registro (VALLADARES, 1978). E esse seria somente o início do que ficaria conhecido como sendo 'a era do remocionismo'. Apesar dos esforços de Lacerda em alinhar as instituições governamentais em prol do remocionismo, o desalinhamento entre os níveis de governo (municipal, estadual e federal) seguravam as possibilidades de escalonamento de tal prática. Afinal, seria necessário a injeção de grandes somas orçamentárias tanto para a remoção das favelas em si, quanto para a construção dos conjuntos habitacionais para os quais seriam transferidas as populações faveladas, o que aconteceria somente na próxima administração. No entanto, argumenta-se que a violência do governo de Lacerda contra as populações faveladas teria sido tão sentida, que "a favela" haveria respondido a tal tratamento nas urnas ao longo das próximas eleições para governador da Guanabara (SIMÕES, 2008). Flexa Riberio (UDN), candidato apoiado por Lacerda perdeu significativamente para o candidato da oposição: Francisco Negrão de Lima. Negrão de Lima, por sua vez, ganhou com uma campanha majoritariamente anti-remocionista, e nos anos iniciais de seu governo, seria bastante cobrado por isto. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*<sup>111</sup> antes das eleições, afirmava ser veementemente "contrário a remoção compulsória dos favelados"<sup>112</sup>, e citava inclusive a Batalha do Rio, lembrando como o então governador da Guanabara afirmava que "o deslocamento em massa" seria violência e utopia, mas aparentava ter mudado de ideia ao longo do caminho.

Aqui, destaca-se também como reação das populações faveladas à ofensiva remocionista a criação da FAFEG, a Federação das Associações de Moradores do Estado da Guanabara, fundada em 1963. Ao longo de sua articulação e funcionamento, a FAFEG priorizou a luta contra a política de remoções sistemática de favelas, localizando-se comumente "ao lado da" urbanização e ainda, da participação comunitária dos favelados em tais processos. As suas 72 entidades filiadas se prontificavam em participar de reuniões com autoridades e órgão remocionistas, ao mesmo tempo que organizavam congressos, como por exemplo o I, II e III Congressos de Favelados da FAFEG, e espaços de debate para

---

<sup>111</sup> *Jornal do Brasil*, 19 09 1965.

<sup>112</sup> O discurso de Negrão de Lima pré-eleições foi fortemente pautado por ideias de urbanização e não-remoção. Ao final desta entrevista com o *Jornal do Brasil*, afirmava ser necessário "sanear as favelas, dotando-as de serviços públicos que permitam condições de vida adequadas a seus moradores".

fortalecimento político. Inclusive, os Congressos de Favelados viraram grandes centros de articulação, onde discutia-se e estudava-se a favela, “suas origens, aspectos humanos, suas causas, participação na sociedade, e as condições de vida condigna indispensáveis a existência humana”<sup>113</sup>. É importante destacar que, algumas remoções específicas como a remoção da Ilha das Dragas na Lagoa Rodrigo de Freitas, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, foram acompanhadas de resistências e revoltas da FAFEG *in loco*, o que acabou por ocasionar uma contra resposta armada por parte do governo. No entanto, devido ao endurecimento do regime militar, a FAFEG foi perdendo força política, mas permaneceu ativa até 1973.

Os membros da FAFEG foram importantes também em “cobrar” do recém-eleito Negrão de Lima que cumprisse as suas promessas de campanha. Inclusive, ao longo do II Congresso de Favelados, os afiliados estudavam “todas as leis – estaduais ou federais – sobre favela”, e debatiam também “o entrosamento das associações e moradores com os órgãos do Estado e Federais” a fim de “defender a tese da urbanização”<sup>114</sup>. No entanto, apesar de ter insistido que seu caso seria diferente, a administração de Negrão de Lima foi responsável pela remoção de um total de 33 favelas, sendo 12.782 barracos e 63.910 pessoas removidas, incluindo a favela e habitantes da Praia do Pinto.

À primeira vista, no início de seu governo, Negrão parece ter dado passos na contramão das políticas remocionistas do período. Criou a CODESCO, a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, em 1968, que foi responsável pela urbanização total da favela de Brás de Pina, e pela urbanização parcial de mais duas favelas<sup>115</sup>. Argumenta-se que a CODESCO teria sido uma sinalização do governo Negrão de Lima pautada na “inclusão” dos

---

<sup>113</sup> Este trecho é parte da convocatória ao II Congresso de Favelados da FAFEG, publicado no Jornal do Brasil em 3-11-1968. Ainda, afirmam: “já é tempo de você lutar pela estabilidade de seu lar, transformando a favela em verdadeira comunidade dentro dos princípios humanos e sociais”.

<sup>114</sup> Em reportagem ao Jornal do Brasil, edição do dia 3-11-1968, fala-se extensamente sobre a realização do II Congresso de Favelados. Ainda, o presidente da FAFEG, organizadora do evento, adiciona que uma das pautas do Congresso seria estudar “as obras de melhorias e urbanização, como a instalação de luz elétrica, reconstrução ou reforma dos barracos, vias de acesso, redes de esgoto e de água, comércio, policiamento”.

<sup>115</sup> A urbanização das favelas Mata Machado e Morro União não puderam ser concluídas devido a criação da CHISAM pelo governo federal, e o enfraquecimento político da CODESCO. A urbanização da favela Brás de Pina, no entanto, foi considerada um grande estudo de caso. A urbanização de Brás de Pina, favela situada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, se configurou enquanto experiência de urbanização participativa de favelas. A urbanização foi realizada pelo grupo QUADRA, integrado por arquitetos militantes, dentre eles, Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Foi feita em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (CODESCO), num contexto de ditadura militar, e foi iniciado por uma mobilização popular. Foi analisado e descrito no livro “Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro”, de Carlos Nelson Ferreira dos Santos e é tido como uma resposta à questão habitacional através de um projeto de urbanização participativo, não com a construção de um conjunto habitacional.

territórios favelados aos bairros adjacentes, incentivando processos urbanizatórios que contavam com a participação popular<sup>116</sup>. No entanto, a atuação da CODESCO a nível estadual foi limitada pela criação, a nível do governo federal, da CHISAM, a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana, que visava unificar as políticas e processos municipais, estaduais e federais acerca das favelas brasileiras. Com a criação da CHISAM, Negrão de Lima ficaria muito isolado politicamente, não tendo força nem vontade política de contrariar as decisões federais (VALLADARES, 1978; BRUM, 2011).

Este momento histórico e político no qual a CODESCO e a CHISAM coexistiram pode ter marcado um dos períodos de maior ambiguidade política brasileira acerca do tratamento de favelas. Pois, se a CODESCO de Negrão de Lima prezava pela urbanização dos territórios de favela e pela permanência da população favelada próximo a seus locais de trabalho, a CHISAM do governo militar tinha outras prioridades em pauta. Esta nasceu enquanto um órgão ligado ao Ministério do Interior, vinculado diretamente ao BNH, Banco Nacional de Habitação, criado em 1964 também pelo militarismo, com o intuito primário de estabelecer políticas únicas e contínuas acerca do “problema-favela” e reorganizar a multiplicidade de soluções das quais os mais diversos governos vinham lançando mão (BRUM, 2011). O BNH, por sua vez, nasceu com a principal atribuição de ser o órgão central do Sistema Financeiro de Habitação, e sua “missão” girava em torno da promoção e aquisição da casa-própria, como argumentaremos mais a frente.

De acordo com o historiador Mário Brum (2011), a CHISAM defendia que o “problema-favela” tinha raízes extrarregionais e que seria necessária a multiplicação dos esforços públicos para conseguir mobilizar um encaminhamento considerável desta situação. Essa mobilização e concentração maciça de esforços teria sido potencializada e viabilizada com o golpe militar de 1964, e sua intensificação a partir de 1968 com a promulgação do Ato Institucional n. 5, que abafou e reprimiu as resistências políticas populares aos planos de reorganização urbana do governo federal. A CHISAM se apoiaria na estrutura institucional já existente, mas também serviria como uma articuladora das relações entre essas instituições, pois acreditava-se que tais organismos não conseguiriam articular sozinhos um programa remocionista globalizante. Um ponto de virada crucial para o programa remocionista e a

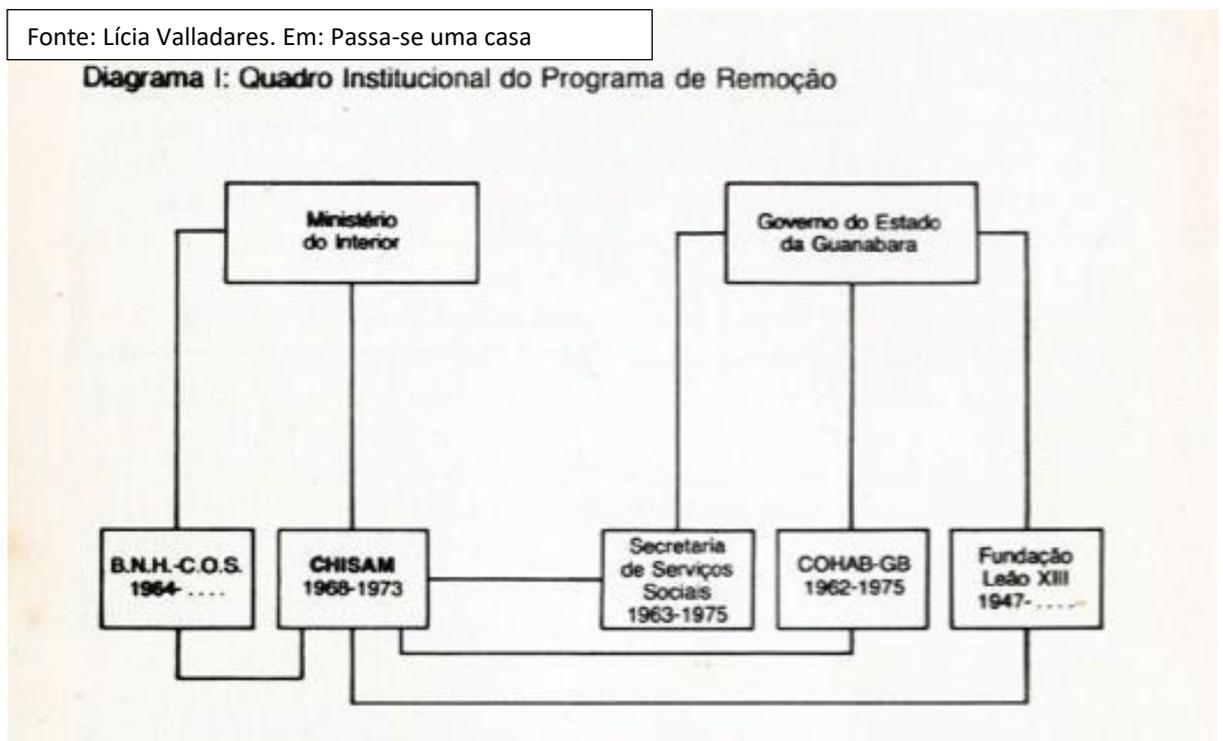
---

<sup>116</sup> Para a CODESCO, urbanização de favelas incluiria a regularização, pavimentação e iluminação das ruas, além da instalação das redes de água, esgoto e eletricidade, e a prestação de algum auxílio na reconstrução das casas, que em geral seriam feitas a partir da mão-de-obra dos próprios favelados. (VALLADARES, 1978)

própria força política da CHISAM, foi quando esta passou a contar com a ajuda do BNH, e o direcionamento que este realizou dos recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para a construção habitacional.

A formação da tríade BNH-CHISAM-COHAB foi fundamental para o alavancamento do remocionismo, como argumenta Valladares (1978). A junção institucional desses organismos permitiria aos governos federal, estadual e municipal, movimentar uma série de elementos, desde a desocupação de zonas e áreas em constante valorização pelo mercado imobiliário; até geração de empregos; e auxílio ao reaquecimento do setor da construção civil que se encontrava em fase de estagnação desde os anos 1950. De acordo com Valladares (1978), entre 1966 e 1970, um total de 75.226 unidades habitacionais foram financiadas pelo BNH, o que movimentou de forma significativa a indústria de construção civil e todas aquelas relacionadas a esta indústria.

A seguir, uma tabela de elaboração da própria autora Lícia Valladares, nos mostra uma esquematização das instituições envolvidas no programa de remoção carioca:



No entanto, embora o quadro institucional se mostre assim, Valladares (1978) argumenta que a prática das operacionalizações teria sido um pouco diferente. Por exemplo, inicialmente seria previsto que a Secretaria de Serviços Sociais cuidasse do momento pré-

remocionista, sendo responsável pelos levantamentos socioeconômicos das favelas e fazendo visitas regulares para cooptação de apoio local em prol das remoções. Paralelamente, a COHAB-GB seria a principal responsável pela construção, comercialização e fiscalização dos conjuntos habitacionais, coordenando o cronograma de construção com o cronograma de remoções planejados pela CHISAM, e ainda alinhando isso às ações preparatórias da Secretaria de Serviços Sociais. A prática, no entanto, foi um tanto mais desencontrada do que o planejado. De acordo com Valladares (1978), a CHISAM foi assumindo aos poucos as próprias tarefas de planejamento e execução do programa de remoção, pois muitas vezes não se satisfaziam com o trabalho realizado pela Secretaria de Serviços Sociais. Os funcionários da CHISAM passaram eles próprios a visitarem as favelas e a conduzir levantamentos socioeconômicos por conta própria. No entanto, o cronograma ideal planejado pela CHISAM e as entregas de unidades habitacionais por parte da COHAB-GB também se desencontravam, criando uma série de disfuncionalidades e atrasos no programa, o que Valladares chamou de 'práticas de distorção do sistema', as quais veremos mais profundamente adiante.

Montada a estrutura remocionista, argumenta-se que a CHISAM se posicionava cada vez mais com afinco no continuum remover-urbanizar: condenava os antigos programas públicos mais voltados para a urbanização, dentre eles a Cruzada São Sebastião, destacando que programas como estes não conseguiram "dar conta" de solucionar definitivamente o "problema-favela" (BRUM, 2011). O momento de uma "solução-definitiva" haveria chegado, e as medidas paliativas da urbanização não "serviriam mais". Tornou-se comum manchetes como esta vista a seguir, publicada no primeiro caderno do Jornal do Brasil<sup>117</sup> em 1969. Para a CHISAM, a solução se fazia clara: remover-se-ia todas as favelas do Rio de Janeiro até 1976. Porém, devido aos desencontros entre as instituições-membro do programa remocionista, o objetivo final da CHISAM não pode ser atingido. No entanto, apenas na primeira etapa do projeto, entre 1968-1971, aproximadamente 49 favelas foram removidas para um total de 35.157 unidades em conjuntos habitacionais (VALLADARES, 1978).

---

<sup>117</sup> Jornal do Brasil, 02-03-1969.

# Um terço das 215 favelas do Rio desaparecerá em 2 anos

Se levarmos em consideração o Rio de Janeiro da atualidade, é difícil negar a pegada histórica que as ações de reorganização do espaço urbano levadas a cabo nos anos 1960-1970 deixaram na cidade. Assim, a seguir, buscaremos aprofundar, finalmente, na remoção da favela da Praia do Pinto.

## *a remoção*

### Parte I: À espera de um milagre

Uma pequena multidão se encontrava na birosca de Dona Corina, por dentre os becos da Praia do Pinto. Discutiam o plano de remoção do governo estadual. As opiniões divergentes traziam à tona desde a insalubridade da favela e a vantagem do apartamento, até o cansaço daqueles que construíram suas vidas inteiras por ali. A transferência para os ditos apartamentos estava longe de ser consenso entre os moradores. Foi Francisco Alves de Oliveira, senhor de 74 anos de idade e 40 de Praia do Pinto, que abriu sua fala lembrando que a área não passava de um vasto areal. Contou que teria sido a comunidade que foi aterrando o território para construir suas casas e “agora, o governo quer fazer especulação imobiliária logo aqui e nos mandar para uma zona turística, onde iremos morar em apartamentos modernos na montanha e perto do mar, mas sem condução e emprego. Eu já estou velho e quero morrer por aqui mesmo”<sup>118</sup>.

Mas, “ah, dizem que aquilo lá é um canto muito bonito”, retrucou uma jovem também presente no comício improvisado.

---

<sup>118</sup> Jornal do Brasil, 20 12 1967

Não muito distante da birosca de Dona Corina, no barraco n.52, a reportagem do JB se encontrou com tio Aristides de Assis, Presidente vitalício da Tenda Espírita Vovó Cambina. Tio Aristides de Assis não era o mesmo tio que Totó, mas se encontravam no fato de serem antigos moradores dos territórios ameaçados de despejo. Talvez, pelos olhares de Maria-Nova, Tio Aristides seria um “tiradeiro de terço”. Havia nas favelas aqueles que tiravam as rezas, dirigiam as orações – não no espaço-tempo da Igreja, mas de seus próprios barracos. No caso de seu Aristides, seu terreiro era seu barraco, cujas paredes sustentavam santas<sup>119</sup>, e cujas rezas (e santos) eram enviadas para os outros barracos<sup>120</sup> ameaçados, pedindo proteção.

Tanto na Praia do Pinto, quanto na favela Pindura Saia, Tio Aristides, assim como Maria-Nova, recorriam ao sobrenatural para assegurar alguma materialidade. Se Maria-Nova rezava à Nossa Senhora, “para que não permitisse que eles acabassem com a favela”<sup>121</sup>; Seu Aristides dizia: “Meus filhos, vocês precisam contar lá embaixo que as rezas agora irão pedir garantias para o povo daqui, iluminando as ideias do Governador Negrão de Lima e do Secretário Vitor Pinheiro”.

## Parte 2: Admirável mundo novo

Em um espaço-tempo próximo, na mesma manhã, encontravam-se na Secretaria de Serviços Sociais o secretário Vitor Pinheiro e representantes de núcleos favelados<sup>122</sup>. Debatiam, também, as transferências. Em pauta estava o plano de remoção das favelas localizadas às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Sr. Vitor Pinheiro, em nome do governo, enfatizava que as favelas da Lagoa eram insaneáveis, e não classificavam sob nenhuma categoria para os planos de urbanização, “tendo em vista os aspectos sócio habitacionais e urbanísticos da Lagoa”<sup>123</sup> (embora não tenha ficado claro o

---

<sup>119</sup> Jornal do Brasil, 20 12 1967

<sup>120</sup> Becos da Memória, p. 44

<sup>121</sup> Becos da Memória, p.46

<sup>122</sup> Correio da Manhã, 20 12 1967

<sup>123</sup> Jornal do Brasil, 08 02 1968

que isso significa). O destino dos moradores seria o Centro Comunitário Sul, conjunto habitacional popular a ser construído no bairro de São Conrado, próximo à favela da Rocinha.

Inicialmente, o Centro Comunitário Sul seria composto por 7.500 unidades habitacionais, “dispostas em blocos de altura máxima de cinco pavimentos sobre pilotis, com estrutura de concreto, alvenaria não revestida, instalações hidrelétricas completas, esquadrias rústicas e caiação, sendo 85% de quarto e sala, 10% de sala e dois quartos e 5% de sala e três quartos, todos com dependências”<sup>124</sup>. A construção estava marcada para começar dentro de três meses, e levaria 36 meses para ficar pronta. De acordo com representantes do governo, o projeto seria autofinanciável: o preço estimado para construção do Centro Comunitário Sul seria de NCr\$ 40.120 cruzeiros novos, e para fazer face a estes gastos, contaria-se com NCr\$ 41.500 da venda do terreno da Catacumba e da Praia do Pinto.<sup>125</sup>

Henrique Monteiro da Silva, representante da Praia do Pinto presente na reunião cobrava o candidato Negrão de Lima de suas promessas não-remocionistas. Disse: “Nós saímos, se esta for a lei, mas contra a vontade.”

No entanto, o Sr. Pinheiro retrucava que a remoção da Praia do Pinto e das favelas da Lagoa Rodrigo de Freitas não conformavam rompimento do pacto eleitoral de Negrão de Lima: “uma vez que o fundamental desta política é mantido: ao ser removido, o favelado não rompe as relações socioculturais que mantém com a comunidade vizinha. Assim, mudar um favelado que mora na chamada bacia Lagoa Rodrigo de Freitas, para São Conrado, não é a mesma coisa que mudar um favelado de Botafogo, por exemplo, para Campo Grande, pois no primeiro caso o favelado continua próximo ao local onde trabalha, onde se diverte.”<sup>126</sup>

Das reuniões, “as pessoas voltavam cabisbaixas e condoídas de si mesmas”<sup>127</sup>.

---

<sup>124</sup> Correio da Manhã, 20 12 1967

<sup>125</sup> Correio da Manhã, 10 12 1967

<sup>126</sup> Correio da Manhã, 10 12 1967

<sup>127</sup> Becos da Memória, p. 153

A propaganda governística repetia que o Centro Comunitário Sul traria “melhor condições sociais, humanas e econômicas para os favelados cariocas”<sup>128</sup>. Repetia-se que escolher um local na própria Zona Sul para remover as favelas da Lagoa era importante para não romper vínculos e laços “socioeconômicos”<sup>129</sup>.

O Governo do Estado se mostrava empenhado em atuar em cima do ‘problema-favela’. Negrão tinha planos de incluir no plano-diretor um setor de favelas a fim de centralizar a tomada de decisão e ação acerca do tema<sup>130</sup>, no entanto, isso nunca chegou a acontecer. Dizia que a questão das favelas era uma questão de déficit habitacional, e atuava sob o lema: “urbanizar quando possível, transferir quando inevitável”. Dizia não enxergar o Centro Comunitário como “solução modelar, roteiro ou diretriz”<sup>131</sup>, mas sim enquanto uma solução parcial.

A ideia original tornada pública pela Secretaria de Serviços Sociais seria construir o Centro Comunitário Sul em um espaço-tempo de três anos, a partir do qual se iniciaria a transferência dos mais de 31.000 moradores da Bacia Rodrigo de Freitas para São Conrado. No entanto, desde o início, suscitou resistência dos moradores dos prédios de elite do bairro, e em especial, dos donos e frequentadores do Golfe Clube da região. Em dado momento, Sr. Vitor Pinheiro teve que – literalmente – desenhar para uma comissão de moradores do bairro<sup>132</sup> e engenheiros contratados pelo Golfe Clube que o conjunto habitacional não tocaria a área do clube de Golfe e que os moradores do bairro não seriam “prejudicados” pela presença do conjunto no local.

Ao mesmo tempo, os jornais já anunciavam os planos do governo para quando a Praia do Pinto fosse removida. A venda de lotes ganhou grande centralidade nas reportagens do período, e já havia projeções de construções modernas para a área. Como na imagem abaixo, a Praia do Pinto que é tida como “o Terror do Leblon”, seria substituída por um “Admirável

---

<sup>128</sup> Jornal do Brasil, 08 02 1968

<sup>129</sup> Jornal do Brasil, 08 02 1968

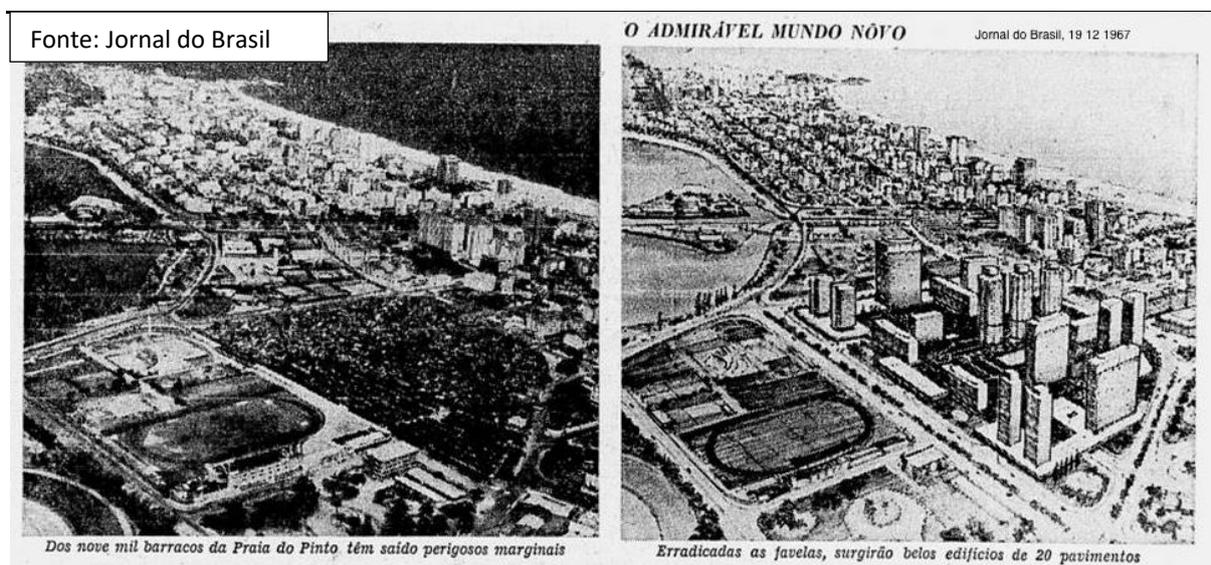
<sup>130</sup> Jornal do Brasil, 12 01 1968

<sup>131</sup> Jornal do Brasil, 08 02 1968

<sup>132</sup> Jornal do Brasil, 12 01 1968

mundo novo”, o que, de acordo com a reportagem: “transformaria a região em fonte de atração turística”<sup>133</sup>.

Ainda, o Sr. Jorge Dutra, assessor da Secretaria de Serviços Sociais, revelou que a remoção das favelas da Lagoa visava “não só garantir possibilidades turísticas e autênticas para toda a área, como também impedir a contínua poluição das águas, acarretando a mortandade dos peixes.” Falava-se que “as próprias necessidades de urbanização, como o alargamento das alamedas e ajardinamentos, são incompatíveis com a existência das favelas. As reclamações dos clubes e dos moradores das Avenidas Epitácio Pessoa e Borges de Medeiros são constantes contra o mau cheiro e a sujeira que enfeiam um dos locais mais bonitos da cidade”.



O fio do Centro Comunitário foi abandonado em meados de 1968, com a criação da CHISAM pelo Presidente Costa e Silva. A partir de então, passou-se a anunciar as novas diretrizes governamentais acerca do ‘problema favela’, extinguindo as instituições estaduais que Negrão de Lima planejava inaugurar (inclusive a que cuidaria do estudo e construção do Centro Comunitário Sul). Entendeu-se que o “problema precisava ser resolvido em conjunto”

<sup>133</sup> Jornal do Brasil, 05 05 1968

e que “o Governo federal, com maior facilidade de recursos” poderia realizar uma melhor política habitacional<sup>134</sup>.

O plano da CHISAM era de remover “61 das 215 favelas cariocas”<sup>135</sup> em dois anos. Em documento que elaborava o histórico de sua origem e especificava seus objetivos a curto prazo, tornava-se público que “um dos aspectos principais da filosofia da CHISAM é não afastar os favelados do mercado de trabalho” e que “pelos planos da coordenação, sempre que houver remoção de favela, seus moradores serão levados para moradias construídas a uma distância máxima de 10km do ponto onde vivem hoje”.

Inicialmente, a CHISAM se propunha a continuar com a linha proposta pelo governo Negrão de Lima ao efetuar remoções dentro de uma distância específica. Chegou-se a criar seis setores iniciais, dividindo entre eles as 61 favelas marcadas para remoção e, a princípio, as remoções aconteceriam dentro dos próprios setores, em uma distância máxima de 10km. Ainda, haveria as favelas que não seriam removidas e sim, ‘renovadas’<sup>136</sup>, com a ajuda da CODESCO.

A todo tempo, as autoridades da CHISAM argumentavam “que a aquisição da casa própria, além de representar acesso às condições indispensáveis de higiene, é fator altamente positivo de afirmações do indivíduo e da família”<sup>137</sup>.

Nos planos originais da autarquia, estava a ideia de “propiciar a aquisição de casa própria a famílias de baixa renda, desenvolvendo-lhes o sentido de propriedade e confiança nas autoridades legalmente constituídas”, ao mesmo tempo que estariam retirando os

---

<sup>134</sup> Jornal do Brasil, 08 05 1968

<sup>135</sup> Jornal do Brasil 2-3-1969

<sup>136</sup> Nesta reportagem em reprodução aqui, o Jornal do Brasil afirma que dentre as favelas destinadas à renovação urbana estariam aquelas favelas sob atuação da CODESCO, dentre elas, Brás de Pina. Assim, percebe-se que a CHISAM, em sua coexistência com a CODESCO, ainda matinha um discurso flexível pró-urbanização, algo que viria a se perder com o tempo. De acordo com esta reportagem, o programa de renovação urbana consistia em urbanização de serviços básicos nas regiões escolhidas: acesso ao serviço de esgoto, de água encanada, rede de energia elétrica, pavimentação de ruas etc. Em uma segunda etapa, seria concedido crédito para a substituição dos barracos por habitações de alvenaria (construídos pelos próprios moradores), através do sistema de crédito possibilitado pelo Sistema Financeiro de Habitação.

<sup>137</sup> Jornal do Brasil, 08 08 1968

‘favelados’ de “um ambiente irrecuperável”, assim como estariam recuperando “social e economicamente para poderem integrar a sociedade constituída”<sup>138</sup>.

Ainda, um objetivo concomitante era “a alteração da paisagem urbana, atualmente deformada pelos núcleos de sub-habitações, através da substituição de barracos por habitações”<sup>139</sup>.

O remocionismo se alinhava.

### Parte 3: A notícia

Em uma tarde que começou comum, a reportagem do JB foi fazer visita à favela da Praia do Pinto. Em conversa com os moradores, descobriria que estes ainda não teriam sido informados da ordem final (ou inicial) de despejo. Foi o próprio veículo de notícia que informou a Dona Jerusa, Presidente da Escola de Samba Independentes do Leblon, e moradora da Praia do Pinto há mais de 30 anos, que teria que deixar o seu barraco e se mudar para uma casa em Jacarepaguá. Dona Jerusa chegou a ameaçar que pararia de sambar caso fosse despejada, o que causou grande alvoroço entre os presentes.

A pequena multidão que foi se formando debateu a ordem de despejo, e as posições de sempre se mostraram presente. Tinha os que falavam da sujeira – e a falta dela nos conjuntos -; tinha os que, como Tio Totó, queriam chão: “Vamos propor a urbanização”, ouvia-se. “Eu não saio daqui nem a pau”, gritava-se. “Eu moro aqui há 23 anos e já nasci ouvindo falar que a favela da Praia do Pinto vai acabar”<sup>140</sup>.

“Todos sabiam que a favela não era o paraíso, mas ninguém queria sair. Ali perto estava o trabalho, a sobrevivência de todos (...). Havia famílias que moravam ali havia anos, meio século até, ou mais”<sup>141</sup>.

---

<sup>138</sup> CHISAM\_apud\_BRUM, 2011, p. 103

<sup>139</sup> CHISAM\_apud\_BRUM, 2011, p. 104

<sup>140</sup> Jornal do Brasil, 08 05 1968

<sup>141</sup> Becos da Memória, p. 71.

As notícias de remoção, em geral, encontravam resistência nas favelas. O novo aparato encabeçado pela tríade CHISAM-COHAB-BNH se fortalecia e começava a se materializar em práticas cada vez mais concretas, encontrando por vezes a resistência organizada da FAFEG. A FAFEG vinha se fortalecendo politicamente sob bandeira anti-remocionista, e se preparavam para lutar contra a remoção<sup>142</sup>. Faziam de tudo “para se munir de medidas legais e argumentos substanciais contra a remoção”<sup>143</sup>. Organizava-se congressos, participava-se de reuniões constantes com representantes do governo. No entanto, com o enrijecimento do governo militar, a organização política da FAFEG foi enfraquecendo, até a sua total dissolução ao longo dos anos 1970.

### Parte 3: “A maioria vai”

Como a notícia chegou de forma extraoficial, não se sabia ao certo quando seria o despejo.

Sabia-se que aconteceria até 1970.

De acordo com a redação do JB, entendia-se que “os moradores das três favelas restantes da Lagoa Rodrigo de Freitas – Praia do Pinto, Ilha do Piraquê e Catacumba – deverão ser removidos para os conjuntos residenciais que a Coordenação da Habitação Social da Área Metropolitana do Grande Rio – CHISAM – está construindo nos subúrbios cariocas”<sup>144</sup>.

Pela primeira vez começava-se a falar de Cordovil, onde estava para ser entregue pela COHAB o conjunto habitacional da Cidade Alta. O conjunto leva esse nome por estar localizada em uma colina. Localiza-se – até hoje – nas proximidades da Avenida Brasil, Zona Norte do Rio de Janeiro. Anunciava-se a construção de 64 blocos de apartamento, totalizando 2.597 unidades habitacionais. Cada bloco levaria o nome de um bairro da cidade do Rio de Janeiro, em homenagem da COHAB à cidade maravilhosa. Os apartamentos estavam assim distribuídos:

---

<sup>142</sup> Jornal do Brasil 03 11 1968

<sup>143</sup> Jornal do Brasil 03 11 1968

<sup>144</sup> Jornal do Brasil 03 11 1968

1793 unidades compostos por sala e dois quartos, com uma área de 50 metros quadrados. Custavam inicialmente NCr\$ 83,00 por mês e aos pretendentes era exigida uma renda familiar mínima de 350,00. Os 804 apartamentos restantes, eram de sala e quarto, custando uma mensalidade inicial de NCr\$ 60,00, e renda familiar exigida em torno de dois salários-mínimos, ou NCr\$ 230,00<sup>145</sup>.

Estimava-se que a Praia do Pinto era composta por 2.219 famílias, totalizando 9.109 pessoas, mas só iriam para Cordovil as famílias com renda igual ou superior a dois salários-mínimos, como dito anteriormente. Para determinar essa possibilidade, o governo lançava mão do chamado 'levantamento socioeconômico' que, desde a criação da CHISAM, era realizado pelos profissionais dessa instituição.

Assim, foi em uma Segunda-Feira, no dia 15 de março de 1969, que a equipe da CHISAM chegou à Praia do Pinto, com pranchetas e formulários para realizar o dito 'levantamento'. De acordo com os resultados divulgados da pesquisa, cerca de duas mil famílias estavam em condições de pagar "a amortização dos apartamentos em Cordovil"<sup>146</sup>. Para os demais, restava-se algumas opções: apartamentos mais baratos na Cidade de Deus em Jacarepaguá, algum parque proletário, ou os que não tivessem condições financeiras para as opções anteriores, seriam levados temporariamente para alguma casa de triagem do governo.

A remoção estava marcada para começar logo após o fim do levantamento, e seria levada a cabo em até 56 dias.

Desde esse momento, o movimento na Praia do Pinto passou a ser "bastante tenso". "Enquanto uns providenciavam a vacinação dos seus cães, obrigação imposta pela Secretaria de Serviços Sociais, outros se aglomeravam à porta da administração da favela querendo saber se "os seus contratos de compra de apartamentos de Cordovil estavam ali catalogados". A maioria esperava meio indecisa pela transferência, pois não sabia se a nova moradia iria "trazer mais vantagens do que desvantagens."<sup>147</sup> "Todos estavam totalmente

---

<sup>145</sup> Correio da Manhã, 16 03 1969

<sup>146</sup> Jornal do Brasil 15 03 1969

<sup>147</sup> Jornal do Brasil, 20 03 1969

desestruturados. Havia briga por tudo e por nada. As coisas mais corriqueiras serviam como ponto de discórdia”<sup>148</sup>.

Em Pindura-Saia, o clima era semelhante. A cada família que recebia a “carta de bota-fora”, a instabilidade aumentava. E também os medos. O “bicho-pesadão voltou bravo, com fome e sede de barracos, barrancos, buracos. Passava certo, derrubando tudo”. O desconforto crescia a cada barraco demolido: “as pessoas estavam num desespero tal, que queriam de qualquer forma abreviar o sofrimento. Havia famílias que, quando o caminhão de mudança aparecia, elas mesmas se ofereciam para ir. Ficar ali tinha se tornado um inferno. O bicho pesadão campeava durante todo o dia e, nas noites de estrelas iluminando a terra, a fera campeava pelo tempo adentro e tudo era poeira e desespero. Havia ainda a escassez, a falta d’água. (...) Andávamos, muitas vezes, quase uma hora com uma lata na cabeça e outra dependurada nas mãos. Ao amanhecer, estávamos extenuados. Ninguém reclamava mais. Acreditávamos que nada mais havia para se fazer. As três únicas torneiras públicas que ainda existiam passaram a jorrar pouca água durante poucas horas do dia. As lavadeiras começaram a perder a freguesia. Os que resistiam não sabiam como e por quê”<sup>149</sup>.

#### Parte 4: A mudança ou “novas perspectivas”

Certa manhã, Maria-Nova foi para a escola “com má vontade a rondar-lhe o coro e a mente. Cada vez que tinha de se ausentar da favela, o medo, o susto, a dor agarravam-lhe intensamente. Era como se fosse sair, e ao voltar, não encontrasse mais ninguém naquele território espremido”<sup>150</sup>.

Os caminhões chegavam pela manhã. Tanto que, “as famílias que restavam na favela havia muito tempo já estavam de pé. Era difícil continuar na cama”<sup>151</sup>.

---

<sup>148</sup> Becos da Memória, p. 151.

<sup>149</sup> Becos da Memória, p. 156

<sup>150</sup> Becos da Memória, p. 149

<sup>151</sup> Becos da Memória, p. 168.

Na Praia do Pinto, “apoiado à porta, um homem olha o lugar onde viveu por 12 anos. Um punhado de barracos velhos, descorados, alguns ameaçando cair. A mulher o chama lá de dentro, pedindo ajuda para arrastar um armário. O homem suspira e dá as costas para a favela da Praia do Pinto. Durante toda a noite, a casa de Paulo Tibúrcio da Silve foi uma confusão só. Móveis arrastados, santos retirados da parede, um boião de gás rolando pelo chão, até uma porta arrancada do batente. Nada disso perturbou os vizinhos. Afinal, eles também passaram a noite em claro, aguardando a hora de ir para a Cidade Alta.

- Olha, para dizer a verdade, é uma mistura de saudade e medo. Sei lá, a gente se acostuma com um lugar. Na hora de deixar, vem uma coisa apertando por dentro e a gente quase não quer ir. Depois, eu não conheço onde vamos ficar. Melhor que aqui, sei que é, mas a gente ouviu falar uma porção de coisas de Cidade de Deus e outros lugares. Querer, eu quero me mudar. Quero mesmo, apesar de tudo isso”<sup>152</sup>.

A família de Sr. Paulo Tibúrcio fez parte das primeiras vinte casas a serem transferidas para a Cidade Alta. Esperou os “caminhões cinzentos” encostarem na calçada que já estava cheia de coisas: “geladeira, máquina de costura, dois estrados de cama, um vaso, um guarda-roupas”.

“As vezes, era confuso. As mudanças eram iguais, parecidas. Os mesmos trastes, as mesmas velharias, os colchões rasgados, as trouxas encardidas. As latas de plantas, os penicos, as tinas, as bacias”<sup>153</sup>.

“As mudanças, trouxas, latas, meninos e grandes, cachorros, desamparo, merda e merda, tudo era acomodado desacomodadamente em cima do caminhão (...). Os vizinhos próximos observavam a partida, sabendo que daí a uns dias seriam eles. O caminhão levantava poeira”.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> Jornal do Brasil, 20 03 1969

<sup>153</sup> Becos da Memória, p. 170

<sup>154</sup> Becos da Memória, p. 170

“No caminho, quase ninguém falou. Todo mundo queria conhecer logo o conjunto residencial”<sup>155</sup>.

Deixavam a favela acompanhados por assistentes sociais da Secretaria de Serviços Sociais. Eram levadas para seu ‘novo endereço’, na Cidade Alta, “o maior conjunto habitacional da América Latina”, onde as ruas eram asfaltadas e os construtores garantiam o perfeito abastecimento de água e energia elétrica<sup>156</sup>.



No dia da inauguração do conjunto, os agora “ex-favelados” foram recebidos com uma cerimônia. Receberam suas chaves diretamente dos chefes de governo presentes, dentre eles “o Ministro do Interior, Governador do Estado, Secretário de Serviços Sociais, presidente da COHAB e Cardeal Jaime de Barros Câmara”<sup>157</sup>.

<sup>155</sup> Jornal do Brasil, 28 03 1969

<sup>156</sup> Jornal do Brasil, 28 03 1969

<sup>157</sup> Jornal do Brasil, 28 03 1969

“Aperta a mão do Secretário Vitor Pinheiro e recebe as chaves. Apartamento 301. A assistente social vai na frente e abre a porta. Começa a elogiar o apartamento, mas Paulo Tibúrcio ainda nem entrou. Agora, ele entra. Passeia pela casa inteira de mãos na cintura. Um quarto, o outro, a cozinha, a área, o banheiro. E a sala.

- Ê, o negócio é bom mesmo. Mas eu sabia que ia ter um defeito qualquer, está vendo. Não tem luz.

Alguém liga a chave e acende a luz. Ele ri e convoca toda a família para ir buscar os móveis no caminhão. Vão sendo empilhados na sala e formam um contraste notável. Parece que também se acostumaram com o barraco de um quarto dividido ao meio por um tapume, uma sala com geladeira e fogão e a fossa sanitária”<sup>158</sup>



Fonte: Jornal do Brasil

---

<sup>158</sup> Jornal do Brasil, 28 03 1969

## Parte 5: O incêndio

A transferência dos moradores acontecia aos poucos. Mudavam-se em torno de 60 famílias por dia.

“A família de Maria-Nova já tinha para onde ir. Logo que começou o desfavelamento, Maria-Velha e Mãe Joana começaram a comprar um lote lá onde Deus tinha pensado iniciar o mundo. Era um lugar de mato e bichos, bem calmo. Era longe. A primeira dificuldade seria vir trabalhar, ganhar a vida. Havia também a escola que era muito distante. Maria-Nova e os irmãos iriam parar de estudar”.<sup>159</sup>

Os jornais já anunciavam os planos de venda dos lotes da área da favela. O presidente da COHAB, Sr. Augusto Villasboas, estimava o valor da área da Praia do Pinto de 105 mil metros quadrados em NCr\$ 120 milhões e dentre os interessados em comprar o terreno estava o Clube de Regatas do Flamengo. Anunciava-se, no entanto, que antes da urbanização e consequente venda de lotes, a área precisava passar por um nivelamento via aterramento da região. Ainda, notava-se uma certa pressa “para que a retirada dos moradores fosse feita em apenas 45 dias”<sup>160</sup> e o aterramento pudesse ser levado a cabo.

As remoções iniciaram-se em março. No entanto, ainda em maio, faltava aproximadamente metade da favela para ser removida. Foi então, que na madrugada do dia 10 para o dia 11 de maio, a Praia do Pinto acordou sob fogo e fumaça.

“O alarme dado por dona Sebastiana Trindade, às 3h15min da madrugada, quando ela acabava de retornar de uma macumba no terreiro de dona Ana, correu de barraco em barraco. Subitamente, estabeleceu-se pânico geral. O fogo já destruíra metade dos barracos do Lote D que estavam desocupados (...). Dona Sebastiana corre pra cá e pra lá, dando a notícia, acordando a um e a outro. Os minutos corriam, o fogo aumentava. Velhos, mulheres

---

<sup>159</sup> Becos da Memória, p. 172

<sup>160</sup> Correio da Manhã, 30 03 1969

grávidas, crianças, todos tentavam salvar o que podiam. Mesas, cadeiras, geladeiras, televisões, sacos de arroz e feijão, fogões, tudo era empilhado nas calçadas (...).

Os bombeiros chegaram quinze minutos depois, mas de cara encontraram a primeira dificuldade: não havia água e um gasômetro perto. Uma das primeiras providências foi isolá-lo para evitar uma catástrofe de proporções imprevisíveis. Por volta das 5 horas da manhã – apesar dos esforços dos duzentos bombeiros em ação – metade da favela da Praia do Pinto já estava destruída.”<sup>161</sup>

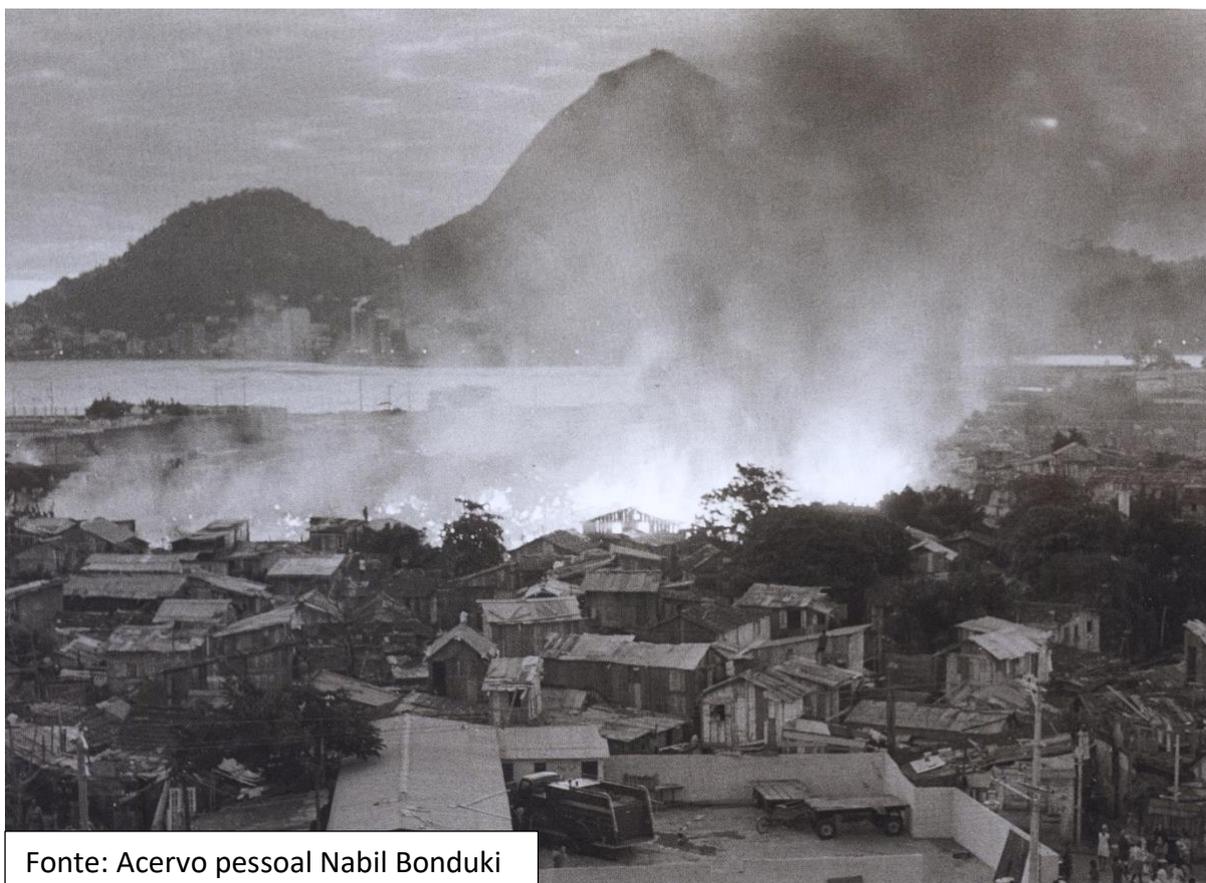
“Sentada no parapeito da calçada, com o filho no colo, dona Rosa Pereira, olhava triste para os outros que arrumavam seus pertences: - Eu não consegui salvar nada. Na afobação só peguei o Adriano que estava no colchão e saí correndo. Foi melhor assim.”<sup>162</sup>



Fonte: Correio da Manhã

<sup>161</sup> Correio da Manhã, 11 05 1969

<sup>162</sup> Correio da Manhã, 11 05 1969



Fonte: Acervo pessoal Nabil Bonduki

Até hoje, especula-se qual teria sido a verdadeira causa e origem do fogo que deixou mais de 5,000 pessoas desabrigadas, destruindo cerca de 800 barracos. Uns dizem ter começado no barraco 61, do “seu Pompeu, onde se realizava um carteadado à luz de velas”<sup>163</sup>. Ainda, havia aqueles que especulavam que o fogo teria sido intencional, plantado na favela por parte do governo para acelerar o processo de remoção. Alguns moradores relatam que o incêndio haveria começado em múltiplas partes da favela, e que por tal motivo parecia muito ter sido algo mais causado do que acidental<sup>164</sup>.

“Talvez a leitora se questione sobre quem de fato é responsável pelo fogo, se o Estado ou se os moradores. Se quem ateou o fogo sobre os próprios barracos foram os moradores ou o Estado. Talvez a leitora conclua que o responsável é o Estado, ainda que o fogo venha das mãos dos moradores”<sup>165</sup>. Afinal, provavelmente já não tinha mais água na Praia do Pinto

---

<sup>163</sup> Correio da Manhã, 13 05 1969

<sup>164</sup> Correio da Manhã, 13 05 1969

<sup>165</sup> PATERNIANI, 2019, p. 220.

também por causa do desfavelamento. As torneiras fechadas podem ter dificuldade uma reação efetiva das forças de combate ao fogo.

Mas podemos ir além. Talvez essa cisão diga mais respeito à compreensão de acontecimentos históricos como eventos singulares. Talvez, se buscarmos compreender o espaço-tempo de possibilidade do incêndio como algo mais extenso do que uma madrugada em maio, ou até mesmo os meses que antecederam a remoção, poderemos enxergar de que formas ‘o incêndio’ e suas consequências se perpetuam – pelo passado, presente e futuro – do ato em si<sup>166</sup>.

As investigações acerca das causas do incêndio foram encerradas exatamente um mês após o incêndio e terminaram ‘inconclusivas’: “O Instituto de Criminalística deu ontem por encerrado o laudo pericial sobre o incêndio ocorrido na madrugada do dia 10 de maio na Favela da Praia do Pinto, sem, no entanto, explicar suas verdadeiras causas.”<sup>167</sup>

O governo lançou mão de um plano emergencial para prestar assistência aos “flagelados”. Pararam os serviços de levantamento econômico nas outras favelas a serem removidas<sup>168</sup> para concentrarem os esforços na realocação dos desabrigados pelo incêndio. No entanto, aqueles atingidos pelo incêndio pareciam julgar insuficiente os esforços feitos pelo Estado. Os apartamentos de Cordovil não estavam todos prontos ainda para receber os moradores da Praia do Pinto, e por isso, os desabrigados foram divididos entre albergues e centro-comunitários, onde esperariam até poderem ser transferidos para a Cidade Alta<sup>169</sup>.

Isso não se deu sem grande insatisfação. Conta uma reportagem que “a revolta das famílias que estavam com suas mudanças amontoadas na rua (...) começou quando souberam,

---

<sup>166</sup> Paterniani se utiliza da noção de singularidade de Christina Sharpe para desenvolver uma ideia de ‘singularidade’ enquanto oposta ao ideal de um ‘evento singular’. Para a autora, uma singularidade está vinculada a circunstâncias históricas e temporais específicas, mas que não necessariamente se encerram nesse momento histórico em que ocorreram. A ideia de ‘evento singular’ traria a conotação de que ‘só aconteceu uma vez’, ou a ideia de é um evento isolado, sem uma conexão macro temporal.

<sup>167</sup> Jornal do Brasil, 20 06 1969

<sup>168</sup> Correio da Manhã, 13 05 1969

<sup>169</sup> Correio da Manhã, 13 05 1969

através do coordenador da remoção, Sr. Jorge Dutra, que teriam de ir de qualquer jeito para o albergue ou para o abrigo do Estado, se não quisessem dormir na rua”<sup>170</sup>.

“Dona Glória da Silva, moradora do barraco 304, era uma das que afirmava, bastante revoltada, ter sido coagida a deixar o seu barraco. Entre outros moradores, reclamava o direito de receber uma casa como todos os moradores da favela”<sup>171</sup>. Dizia haver sido “fichada” para Cordovil, mas as assistentes sociais lhe prometiam transferi-la para algum parque proletário ou albergue.

No mesmo espaço-tempo que os desabrigados pelo incêndio buscavam um encaminhamento satisfatório para a sua condição, o JB publicou uma reportagem sob manchete: “bosque tropical contornando a lagoa Rodrigo de Freitas fica pronto ainda este ano”. De acordo com a matéria a Lagoa se preparava para receber: “algodoeiros-da-praia, flamboyants, amendoeiras, casuarinas, paineiras e coqueiros de vários tipos”. Anunciava-se que as ruas onde “esteve localizada até poucos dias a Favela da Praia do Pinto”<sup>172</sup> seria totalmente traçada, dividida em ruas e arborizada.

“Os últimos barracos na favela pareciam estar ali teimosos. Eram poucos, pouquíssimos.”

Os sentimentos de Maria-Nova talvez pudessem ser extrapolados. Não para todos, mas para alguns. Aqueles que se lembravam do “de como era ali na época em que chegaram. Muitos becos já haviam desaparecido. Agora, sobre aquela planura, era impossível reconstituir pela e fielmente onde ficavam” os barracos. “Um terreno, que antes era reconhecível até de olhos fechados, de um momento para outro perdera todas as suas características. Perdera todo o tortuoso relevo. Os becos de onde saltavam tantas vidas desapareceram como se nunca houvessem existido”<sup>173</sup>.

## Parte 6: A vida no conjunto

---

<sup>170</sup> Jornal do Brasil, 28 03 1969

<sup>171</sup> Jornal do Brasil, 28 03 1969

<sup>172</sup> Jornal do Brasil, 28 03 1969

<sup>173</sup> Becos da Memória, p. 179

Faltou água a semana toda<sup>174</sup>. Para alguns, acabaram fazendo o que tinham costume: desceram até a avenida Brasil com latas para encher com água em uma bica por lá. Era parecido com a favela, diziam.

Além de não ter água, e os barracos serem mais elevados do que na favela de onde partiram, ali não tinha condução. “Realmente a Cidade Alta é como as cidades da Antiguidade: fica no alto de uma elevação, e está inteiramente isolado do resto do bairro de Cordovil, em termos de “vias de acesso”<sup>175</sup>. Só jipes subiam sem dificuldade.

“Não se acostuma com uma nova moradia em tão pouco tempo”, diziam as assistentes sociais que acompanhavam a população transferida. As mesmas assistentes que faziam visitas regulares ao conjunto e à casa das famílias “atendidas” a fim de “instruí-los” sobre convivência social<sup>176</sup>.

Era preciso aprender “normas de higiene e comportamento na nova comunidade”: “cada uma das 2.597 famílias do conjunto residencial ganhará de uma das 12 educadoras da secretaria folhetos com instruções de fácil assimilação, além de receber visitas para um diálogo pessoal”<sup>177</sup>. Somados aos ensinamentos comportamentais, as assistentes passaram a prestar a função de educadoras financeiras também, constantemente conversando com a população do conjunto sobre a importância de pagar as prestações da nova casa no tempo estipulado e determinado pela COHAB.

#### Parte 7: A saída do conjunto

Para alguns, “o sonho de uma boa casa-própria”<sup>178</sup> durou pouco.

---

<sup>174</sup> Correio da Manhã, 16 05 1969

<sup>175</sup> Correio da Manhã, 16 05 1969

<sup>176</sup> Correio da Manhã, 16 05 1969

<sup>177</sup> Correio da Manhã 14 08 1969

<sup>178</sup> Correio da Manhã 14 08 1969

De acordo com a reportagem do Correio da Manhã, muitas famílias chegaram até o terceiro mês de moradia no conjunto da COHAB sem pagar uma só mensalidade. Houve o que chamaram de um “erro de cálculo”. De acordo com a redação, “todas as famílias transferidas para Cordovil passaram por um levantamento socioeconômico, realizado por assistentes sociais. Ficou comprovada que a renda familiar de cada uma seria suficiente para adquirir uma unidade em Cidade Alta. Segundo os técnicos da COHAB, houve um erro de cálculo entre a renda do favelado – ocupando um barraco na zona sul – e a necessária, de fato, para ocupar um apartamento na Zona Norte”<sup>179</sup>.

Esse “erro de cálculo” por parte das autoridades governamentais foi umas das “práticas de distorção” do sistema remocionista identificadas por Lícia Valladares (1978). Na prática, grande parte das famílias declaravam renda superior à real ao longo do levantamento socioeconômico. Mas, além disso, as novas obrigações financeiras após mudança para o conjunto se mostraram um ‘peso’ superior ao que puderam imaginar.

“A elevada despesa de transporte surgiu como um fator extra para dificultar a amortização e a renda familiar baixou. Além disso, muitas mulheres (cujos ganhos entraram no cálculo de renda familiar) deixaram de trabalhar porque suas atividades estavam muito em função da Zona Sul.”<sup>180</sup>

D. Deolinda era lavadeira na Lagoa Rodrigo de Freitas, e já tinha montado a sua clientela por lá. Depois da mudança para a Cidade de Deus, estava pagando NCr\$ 1,76 por dia de condução. E não era só dinheiro com a condução que estava perdendo, como também – essa medida imaterial que chamamos de – tempo, que já não podia mais ser preenchido com “biscates”. “A gente não morava lá por capricho, mas por necessidade” explica D. Deolinda ou, por ser uma solução orçamentária<sup>181</sup> possível.

O pedreiro Heitor de Oliveira ganhava NCr\$ 187,44 por mês trabalhando no Country Club do Rio de Janeiro. Depois de sua mudança para a Zona Norte, pagava \$NCr 55,00 por mês de

---

<sup>179</sup> Correio da Manhã 14 08 1969

<sup>180</sup> Jornal do Brasil 02 03 1969

<sup>181</sup> VALLADARES, 1978, p. 74

condução, além da prestação da casa nova. E ainda tinha que sustentar os filhos: “é claro que agora sobre muito menos dinheiro para o feijão”<sup>182</sup>.

#### Parte 8: (Re)favela

A COHAB estava dando até 90 dias para as famílias começarem a pagar as prestações, mas depois desse período, ameaçava a família transferida de um novo despejo. Algumas famílias seriam “demovidas” para apartamentos “piores” na Cidade de Deus. Mas ainda sim, mesmo na Cidade de Deus, problemas similares permaneciam.

“Apesar do despejo ser renunciado pelo levantamento de atrasos e pela visita de fiscais e inspetores da COHAB, a ordem chegava sempre em cima da hora, às vezes com apenas três dias de antecedência, o que alarmava e inquietava os residentes: “agora a alegria acabou: sábado recebi o aviso que ia ser transferida para Senador Camará, na Fazenda Coqueiro. Desde abril os fiscais da COHAB começaram a fazer o levantamento dos moradores em atraso, mas nunca disseram que a gente tinha que sair com tanta pressa. Nos deram apenas dois dias de aviso para a mudança”<sup>183</sup>.

A COHAB autorizou um programa de cessão de direitos, onde famílias cadastradas no programa remocionista que já estavam ocupando os imóveis do conjunto habitacional, mas não tinham condição financeira de arcar com eles, podiam passar o direito das casas para outras famílias – prática que deu nome ao livro “Passa-se uma casa”, de Valladares.

A (re)favela se constituía então, enquanto prática de deixar o conjunto para retornar à favela - em condições diferentes das que deixaram o local: uma saída, muitas vezes, “onerosa, pela qual tiveram que pagar um bom preço”.

No caso da Praia do Pinto, se seus moradores removidos optassem o retorno para alguma favela, seria outra. Pois, em dezembro de 1969, já se anunciava a venda dos lotes liberados

---

<sup>182</sup> Jornal do Brasil 02 03 1969

<sup>183</sup> VALLADARES, 1978, p. 75.

pela remoção: “nove dos 10 lotes localizados na área da antiga Favela da Praia do Pinto foram vendidos (...) pela superintendência de projetos especiais – SEPE – pelo preço de NCr\$ 9 milhões”<sup>184</sup>

Os despechos foram muitos, cada família com o seu. Tiveram os que permaneceram nos conjuntos, os que retornaram às favelas – nunca mais a do Pinto, no entanto. Tiveram os que foram violentamente expulsos – mais uma vez – da moradia para a qual foram removidos. Tiveram aqueles que, “decorrido o prazo de permanência, nem o dinheiro, nem as tábuas, nem os tijolos, só o nada”<sup>185</sup>.

Talvez Maria-Nova concordasse com o que a antropóloga Annelise Guterres (2017) chamou de *desabituação*. Uma tecnologia – no que se disfarça em seu tecnicismo – estatal de disciplinamento moral, e produção de territórios de vulnerabilidade. Um processo concomitante de produção de ruínas sob a bandeira do ‘déficit-habitacional’, que por sua vez, acaba por aumentar este próprio déficit. No escopo desta pesquisa, (des)habitação talvez se faça mais coerente. Pois, as palavras com parênteses, que se fazem bastante presente nessa estória, frisam ambiguidade, não-fixidez, ciclicidade: as ficções inerentes aos conceitos, termos, ideais com as quais trabalhamos aqui.

---

<sup>184</sup> Correio da Manhã 20 12 1969

<sup>185</sup> Becos da Memória, p. 71.

---

## Um fim ou “até aqui e agora”

Se evitamos fincar um início certo, entendemos também que o final é arbitrário, assim como tudo aquilo que se escolheu incluir e excluir do corpo desta pesquisa. Chamar de conclusão seria uma ofensa à uma metodologia que se propõe a permanecer com os problemas. As voltas que demos, os becos sem saída que adentramos, enfim, toda a circularidade do trabalho, desemboca em um fim tão artificial quanto o seu começo: não há fôlego para relatar tudo aquilo que se julga necessário. Mas, como este julgamento mesmo também é subjetivo, nos quedemos com o que foi possível.

Retomo, como exercício não-conclusivo as perguntas do início: a partir de quais estórias se conta uma estória. A partir de quais ideais, teorias, paradigmas. Enlaçamos fios diversos, criamos uma ‘zona’, onde estas estórias pudessem emergir. Com o encontro da multiplicidade, criam-se mais possibilidades, mais diálogos, mais (con) fusão. A magia dos encontros é que versam ao infinito, ao inacabado, à incompletude. Assim, “o apagamento

também é da ordem da incompletude” – nem que isso signifique que o que se perpetua são histórias, sentimentos, memórias. Repito: há algo no testemunho de eventos violentos que perpetua a sua força residual.

Todo esse documento buscou explorar formas de contação de história. Buscou ampliar o escopo de “histórias até aqui e agora” para contar o caso do remocionismo, da remoção da favela da Praia de Pinto, assim como buscou alargar, em um meta-exercício, o que pode ser considerado legítimo dentro do ‘espaço’ de um trabalho acadêmico. Foi uma tentativa de construção metodológica que busca se aproximar de um fazer mundo/pesquisa/história/espaço/cidade especulativo/real. Afinal, como já argumentamos anteriormente: “As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas”<sup>186</sup>.

A especulação fabulativa, método que impulsionou e incentivou este trabalho, propõe explorar a criação de novos mundos, mesmo que isso significa deslocando o olhar para o passado, e tentando buscar ali possibilidades de abertura para futuros menos excludentes. Acontecimentos históricos, tais quais compreendemos estes, em geral são compostos por múltiplos fios e eixos que se encontram e materializam em um espaço, em dado momento do tempo. E por mais que a nossa visão comprometida sempre nos impeça de enxergar todos esses fios (afinal, não somos Deus), a especulação fabulativa pode ser uma via sensível a partir da qual nos propomos a ampliar o escopo de fios e histórias que compuseram tais acontecimentos.

No mais, sinto que escrevi tudo o que consegui neste pedaço de texto. Enquanto documento, ele é falho e incompleto. As perspectivas são limitadas. Foi uma tentativa de operacionalizar a interseccionalidade e a multidisciplinaridade, ao mesmo tempo que a práxis mostrou o quanto essa operacionalização é difícil e por vezes até utópica. Mas aqui, podemos pensar na utopia de Galeano – esta que existe no horizonte, e que nos incentiva sempre a continuar caminhando em sua direção.

Me despeço de você, Leitora, e da nossa narradora-guia, Maria-Nova. Até a próxima história.

---

<sup>186</sup> Prefácio, *Becos da Memória*.

---

## Referências Bibliográficas

- ABREU, M. . *Evolução urbana do Rio de Janeiro* . Rio de Janeiro : Instituto de Planejamento Municipal, 1987.
- ADORNO, T., & HORKHEIMER, M. . *Dialectics of Enlightenment*. New York: Continuum, 1987
- ANZALDÚA, G. *Borderlandas, La frontera, The new mestiza, towards a new consciousness*. San Fransisco: Aunt Lutte Books. 1987
- BONDUKI, N. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. . São Paulo, 1998.
- BONDUKI, N.. *Os pioneiros da Habitação Social* . São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BRAH, A. Introduction. In: A. Brah, *Cartographies of Diaspora* (pp. 1-17). London-New York: Routledge, 1996.
- BRUM, Mario Sergio. *Cidade Alta – histórias e memórias da remoção e a construção do estigma de favela num conjunto habitacional*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.
- BRUM, M. *Anais do 12 Encontro de História Oral* . Niterói: Programa Pós-Graduação de História UFF. 2012a
- BRUM, M. S. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973) . *Cad. Metrópole* , 14 (28), 2012b, pp. 357-379.

BUTLER, J. . *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Adreline. Do Quilombo à Favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 3 Edição. 2010. 210p.

CHALHOUB, S. *Cidade febril- cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

COLLINS, P. H. . *Black Feminist Thought* . New York: Routledge, 2002.

CRENSHAW, K. . Demarginalising the Intersection of Race ad Sex: A Black Feminist Critique of Anti-discrimination Doctrine, Feminist Theory, and Anti-racist Politics. *The University of Chicago Legal Forum*, 1989.

EVARISTO, Maria da Conceição. Poemas Malungos - cânticos irmãos. Niterói, 2011. Tese de Doutorado. UFF.

FORSYTH, A. A gender agenda: new directions for planning . *Journal of the American Planning Association*, 1992.

FOUCAULT, M. Polemics, Politics and Problematizations. Interview by P. Rabinow. May 1984. In: M. Foucault, *Essential Works of Michel Foucault*. The New Press, 1998.

FOUCAULT, M- Arqueologia do Saber. Grupo Editora Nacional, 2012.

FRANZONI, J.. *O direito e o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico espacial*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado entregue à Faculdade de Direito e Ciências do Estado, 2018

Freitas, F. *Das Kitandas de Luanda aos tabuleiros de São Sebastião: conflitos entorno do comércio das quitadeiras negras do Rio de Janeiro*. (D. d. Mestrado, Ed.) Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2015

Grabois, G. . *Em busca da integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro* . Rio de Janeiro : Dissertação de mestrado. IPPUR-UFRJ, 1973.

GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Leticia de Luna. Contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil. *Cadernos de Antropologia Social*, N 31, 2010, pp. 97-120.

GUTTERES, A. A (des)habitação enquanto um disciplinamento moral e uma prática de Estado na criação de territórios . *etnográfica*, 2017.

HARAWAY, D. A Cyborg Manifesto. In: D. Haraway, *Simians, Cyborgs and Women* (pp. 148-181). London: Free Association Books, 1991

HARAWAY, D. SF: Science Fiction, Speculative Fabulation, Strting Figures, So Far . *Pilgram Award Acceptance Speech*, 2011

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies* , 14, 1988, pp. 575-599.

HARAWAY, D. . *Staying with the trouble: making kin in the chthulucene*. Durham : Duke University Press, 2016.

HARDING, S.. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas* , 1993, 7-32.

HILL-COLLINS, P. . *Black Feminist Thought*. Boston: Unwin Hyam, 1990.

HILL-COLLINS, P., & Bilge, S. . *Intersectionality; Key Concepts*. Cambridge: Polity Press.

HOLSTON, J. (2008). *Insurgent Citizenship. Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil* . New Jersey: Princeton University Press, 2016.

HOOKS, b. . *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. Boston: South End Press, 1981.

HOOKS, b. . Choosing the Margin as a Space of Radical Openness. In: b. hooks, *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics* (pp. 203-209). Boston: South End Press, 1990.

- HOOKS, b. . Homeplace (a site of resistance). In: b. hooks, *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics* (pp. 41-49). Boston : South End Press, 1990.
- HOOKS, b. (203-209). The Margin as a Space of Radical Openness. In: b. hooks, *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics*, Boston: South End Press, 1990
- IMARISHA, W. . Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça, 2016.
- INAYATULLAH, N. Falling and Flying: An introduction. In: Autobiographical International Relations: I, IR. Routledge, 2011, p. 1-12.
- LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Lins, R. D., & Rolnik, R. *Relatório bianual do Observatório das Remoções*. FAU USP, 2018.
- LUGONES, M. . Toward a Decolonial Feminism . *Hypatia*, 2010, 742-59.
- MASSEY, Doreen. *For space*. London ; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2005.
- MCCLINTOCK, A. . *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- MIRAFETAB, F. . Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos* , 18, 2016, 363-377.
- MISKOLCI, R. . *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012.
- MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.
- NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. Em: Elisa Larkin Nascimento (Org.), *Cultura em Movimento: Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. Sankofa, 2. São Paulo: Selo Negro, 2014. pp. 140-168.
- OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. A Batalha do Rio de Janeiro e a representação da “favela”. Anpuh. XIV encontro regional da Anpuh-Rio: memória e patrimônio. Rio de Janeiro. 19 a 23 de julho de 2010.
- PATERNIANI, S. . *São Paulo cidade negra: branquitude e afrofuturismo a partir de lutas por moradia* . Brasília: Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2019.
- PATEMAN, Carole. *The Sexual Contract*. Stanford University Press. 1993. 276p.
- PEREIRA, G. L. . *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus* . Salvador : Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2015.
- QUEIROZ, L., & CARDOSO, A. . Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: L. Queiroz, & R. Pechmann, *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RAGO, M. . *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*, 1985.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). *Revista de Estudos Afro-Asiáticos* 17, CEAA, Universidade Cândido Mendes, set 1989.
- ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lucio (org.). [1988] *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1997.
- ROLNIK, R. . *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANDERCOCK, L. . Exploring Planning's Knowledges . In: L. Sandercock, *Planning for Multicultural cities*. John Wiley and Sons, 1998a.

SANDERCOCK, L. . Re-presenting Planning's Histories . In: L. Sandercock, *Towards Cosmopolis: Planning for MULTicultural Cities* (pp. 30-54), 1998b.

SILVA, Eduardo. As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 166p.

SILVA, Luiz Antonio Machado da, e Ademir FIGUEIREDO, 2015, "Urbanização x remoção", em L.A.M. SILVA, *Fazendo a Cidade: Trabalho, Moradia e Vida Local entre as Camadas Populares Urbanas*. Rio de Janeiro, Mórula Editor, 70-83. SIMÕES, Soraya Silveira. Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro. Niterói, 2008. Tese de Doutorado. UFF. 447 p.

SLOB, Bart. *Do barraco para o apartamento – a "humanização" e a "urbanização" de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2002, trabalho de conclusão de curso Museu Nacional, 173p.

TAVARES, R. B. . *Indiferença à diferença espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese de doutorado. PROURB*. Rio de Janeiro : UFRJ FAU, 2015.

TOPALOV, C. . Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: L. C. Ribeiro, & R. Pechman, *Cidade, povo e nação genese do urbanismo moderno* (pp. 23-51). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

Valladares, L. . *Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Valladares, L. . *Repensando a Habitação no Brasil* . Rio de Janeiro, 1982.

VALLADARES, Licia. A Invenção da favela – do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204p.

Valladares, L. . A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *RBCS*, 2000.

Vaz, L. F. . *Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro- Estudo da Modernidade através da Moradia* . São Paulo : Tese de Doutorado da Faculdade de Arquitetua e Urbanismo de São Paulo, 1994.

White, H.. *The Content of the Form: Narrativa discourse and historical representation*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1987.

Yiftachel, O. . Critical theory and 'gray space'. *City* , 13 (2-3), 2009.

